



SECRETARIA ESPECIAL  
DE POLÍTICAS  
PARA AS MULHERES - SPM



Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana

TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS



Maria Lucia da Silveira  
Neuza Tito  
(organizadoras)



# TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS

Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana



ISBN 978-85-86548-15-4



9 788586 548154

Maria Lucia da Silveira  
Neuza Tito  
(organizadoras)

# TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS

Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana



São Paulo  
2008

**TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS**

Luiz Inácio Lula da Silva  
*Presidente da República Federativa do Brasil*

Nilcéa Freire  
*Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM*

Integração regional geradora de igualdade de gênero – Convênio SPM/PR n. 225/2006

**Coordenação**

Nalu Faria  
Neuza Tito



**SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA**

**Diretoria**

Maria Luiza da Costa - *Presidenta*  
Rosângela Dias Oliveira da Paz - *Vice-presidenta*  
Tatau Godinho - *1ª Secretária*  
Ângela das Graças Oliveira Santos - *2ª Secretária*  
Marilane Oliveira Teixeira - *1ª Tesoureira*  
Denise Gomide Carvalho - *2ª Tesoureira*

**Conselho Fiscal**

Alice Mitika Koshiyama  
Anderson de Souza Campos  
Beatriz Costa Barbosa

**Equipe Técnica**

Nalu Faria - *Coordenadora geral*  
Miriam Nobre  
Sonia Coelho  
Neide Yamaguchi  
Maria Fernanda P. Marcelino  
Camila Furchi

**Equipe Administrativa**

Laís Sales Costa - *Gerente administrativa*  
Andreia do Nascimento Pereira  
Elaine da Silva Campos

**Apoio e Manutenção**

Antonio Pinheiro Maciel Filho

**SOF Sempreviva Organização Feminista**  
**Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros**

**05417-080 – São Paulo – SP**

**Fone/fax: (11)3819-3876**

**Endereço eletrônico: sof@sof.org.br**

**Página eletrônica: www.sof.org.br**

**Equipe editorial**

Todotipo Editorial  
Comunicação Pública Ltda.  
Moema Kuyumjian - *Projeto Gráfico e Desktop*  
Biba Rigo - *Ilustração da capa*  
Cláudia Cantarin - *Preparação*

S586t

Trabalho Doméstico e de Cuidados: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana / organização Maria Lucia da Silveira e Neuza Tito.

São Paulo : Sempreviva Organização Feminista, 2008

Várias autoras.

Bibliografia.

ISBN 978-85-86548-15-4

1. Trabalho Doméstico 2. Economia Feminista. 3. Política Pública.  
4. Integração I. Silveira, Maria Lucia da e Tito, Neuza.

CDU 396.5

# Sumário

- 5** APRESENTAÇÃO Tatau Godinho
- 11** A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NA LUTA CONTRA O LIVRE-COMÉRCIO E PELA CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS Nalu Faria e Renata Moreno
- 27** EXPERIÊNCIAS DE SOCIALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NA AMÉRICA LATINA Taís Viudes de Freitas
- 55** REFLEXÃO COLETIVA SOBRE QUATRO EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA SOCIALIZAÇÃO DO TRABALHO DE ALIMENTAÇÃO Maria Lucia da Silveira
- 67**  
REPENSANDO O TRABALHO DE CUIDADOS A PARTIR DAS LUTAS DAS MULHERES NO ÂMBITO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO CONTINENTAL Maria Lucia da Silveira
- 77** O TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS: NOVOS DESAFIOS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL Bila Sorj
- 91** POR UMA ECONOMIA NÃO ANDROCÊNTRICA: DEBATES E PROPOSTAS A PARTIR DA ECONOMIA FEMINISTA Cristina Carrasco
- 105** CONTRAGEOGRAFIAS DA GLOBALIZAÇÃO: A FEMINIZAÇÃO DA SOBREVIVÊNCIA Saskia Sassen

## Siglas e abreviaturas

Aids/Sida – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

Alca – Área de Livre Comércio das Américas

Anpocs – Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisa em Ciências Sociais

ASC – Aliança Social Continental

Aspan – Aliança pela Segurança e Prosperidade da América do Norte

BM – Banco Mundial

CDI – Centro de Desenvolvimento Infantil

CNC – Comissão Nacional Provisional de Comedores

Cohab – Companhia Metropolitana de Habitação

Conab – Companhia Nacional de Abastecimento

Copavi – Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda.

CPs – Comedores Populares

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSM – Fórum Social Mundial

GAATW – sigla em inglês de Aliança Global contra o Tráfico de Mulheres

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMM – Marcha Mundial das Mulheres

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Nafta – sigla em inglês de Tratado de Livre Comércio da América do Norte

OFA – Organizações Femininas para a Alimentação

OGM – organismos geneticamente modificados

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG – organização não governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

Opep – Organização dos Países Produtores de Petróleo

PEA – População economicamente ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

Procera – Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronaa – Programa Nacional de Assistência Alimentar

Remte – Rede Latino-Americana de Mulheres Transformando a Economia

SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

SOF – Sempre Viva Organização Feminista

STV – sigla em inglês de Fundação contra o Tráfico de Mulheres

TLC – Tratado de Livre-Comércio

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Unifem – sigla em inglês de Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres

# Apresentação

O trabalho doméstico, a produção e a reprodução cotidiana da vida, as atividades necessárias para a reprodução social são temas centrais do feminismo contemporâneo. Nos anos 1990, entretanto, perderam proeminência diante da desqualificação de propostas de alternativas ao modelo capitalista de sociedade. Uma década mais tarde, a rearticulação de movimentos sociais e a luta antiglobalização retomam as perspectivas de mudança de paradigmas econômicos e sociais hegemônicos. Priorizando a construção de uma ação militante, setores do movimento de mulheres tornaram-se parte ativa nas articulações dos movimentos sociais na América Latina, na luta contra a Alca, contra o chamado “livre-comércio”. Esse feminismo militante ganha com a experiência e o conhecimento crítico gestados no bojo de lutas sociais amplas e contribui para alimentar estratégias de construção de alternativas por uma integração da América Latina em que a perspectiva da esquerda esteja impregnada da luta pela igualdade entre mulheres e homens. Afinal, não podemos mais permitir os equívocos de se pretender construir uma visão de mundo, de economia, de vida, de política e de alternativas ao capitalismo que desconheça o lugar das atividades e do trabalho atribuído às mulheres na sustentação da vida.

A Sempreviva Organização Feminista – SOF – tem se colocado como sujeito ativo na elaboração teórica e na atuação pautadas por essa perspectiva feminista militante. Nesse sentido, propôs-se a estudar, pesquisar e promover uma reflexão coletiva em torno da centralidade da mulher como sujeito político nas lutas pela transformação da América Latina. A partir da contribuição teórica da economia feminista, questiona o paradigma centrado no mercado e abre espaço para um outro – qual seja, o da sustentabilidade da vida humana.

Com o apoio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a SOF realizou estudos sobre experiências coletivas de alternativas aos trabalhos de cuidados, oficinas de debates e seminário ampliado sobre o trabalho doméstico. Esse conjunto de ações visava contribuir para a garantia de uma integração latino-americana geradora de igualdade de gênero.

Os primeiros passos foram dados em diálogo com experiências nas

quais as próprias mulheres organizadas encontraram saídas coletivas para o trabalho doméstico e de cuidados, dimensão que é central na reprodução do viver e componente da divisão sexual do trabalho, atividade decisiva para se dar visibilidade à importância da contribuição econômica das mulheres.

Quatro experiências na área de socialização do trabalho de alimentação foram selecionadas para estudo: duas do Peru – o Programa Vaso de Leite (Copo de Leite) e os *Comedores Populares* (refeitórios populares) –; uma de refeitório coletivo em assentamento com integrantes do (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil; e um *Comedor Popular* da Argentina. Exceto a experiência brasileira, as demais originaram-se em contextos de crise econômica.

As redes sociais gestadas entre as mulheres para a resolução coletiva da reprodução da vida cada vez mais podem ser alimentadas pelas contribuições do feminismo que almeja a transformação social, que soma forças na superação do poder colonial sobre nossos povos e territórios.

Os resultados dessas experiências estão apresentados nos artigos de Taís Viudes de Freitas e de Maria Lucia da Silveira.

Para compartilhar experiências visitadas e pontos de análise nesse percurso, foi realizada uma oficina com eixo no debate sobre a socialização do trabalho reprodutivo, tendo como pano de fundo a perspectiva de uma integração regional geradora de igualdade. A sistematização desse debate com lideranças do movimento de mulheres, realizada por Maria Lucia da Silveira, buscou acentuar os desafios que emergem das experiências, ao indagar sobre a reorganização necessária do trabalho doméstico e de cuidados, a fim de que a possibilidade de uma integração no nosso continente se alicerce na construção de igualdade.

Em um terceiro momento, foi realizado o Seminário Internacional Reorganização do Trabalho Doméstico e de Cuidados,<sup>1</sup> durante o qual essas experiências foram debatidas com pesquisadoras e gestoras públicas, ativistas e lideranças dos movimentos de mulheres e movimentos sociais em que as mulheres estão organizadas. No evento, procurou-se refletir criticamente sobre o papel do Estado na implementação de políticas públicas que interfiram de maneira favorável às mulheres na divisão sexual do trabalho no âmbito reprodutivo.

1 O Seminário Internacional Reorganização do Trabalho Doméstico e de Cuidados: Por Outro Paradigma de Sustentabilidade da Vida Humana foi realizado em São Paulo, de 28 a 30 de maio de 2008.

Nesse seminário, o diálogo profícuo com algumas pesquisadoras foi abrangente. Foram abarcados estudos sobre indicadores não androcêntricos, que permitam rever o conjunto das políticas públicas e romper com a dicotomia entre políticas sociais e políticas econômicas, considerando as necessidades das mulheres e dos demais atores sociais, discutidos pela economista feminista Cristina Carrasco, da Universidade de Barcelona. Em seu texto neste livro, a autora acentua a necessidade de ampliação da economia para incluir a economia não monetizada. A novidade da elaboração de indicadores não androcêntricos se deve principalmente à análise integrada do trabalho de cuidados, que torna visível um lado oculto da economia, junto ao trabalho reconhecido pelo mercado de trabalho.

Da mesma forma, foi estimulante e sugestiva para a agenda da luta feminista a reflexão sobre políticas necessárias para socializar o trabalho doméstico e de cuidados, garantindo a autonomia econômica das mulheres, em discussão levada a cabo por Bila Sorj, a partir da experiência brasileira. O artigo de Bila Sorj, em que se examina a problemática da articulação entre trabalho remunerado e cuidados com a família, parte das recentes mudanças na estrutura das famílias e da composição de gênero do mercado de trabalho no país. A autora mostra os campos de tensão vividos pelas mulheres na relação com o tempo dedicado ao trabalho remunerado e ao trabalho do cuidado.

As discussões do seminário também abordaram o desafio de novas concepções para repensar visões e políticas de desenvolvimento, como a noção de “bem viver”, expressa no debate em torno do processo constituinte na Bolívia, e a agenda de lutas das mulheres, em particular na dinâmica proposta pela Marcha Mundial de Mulheres e pela Rede Latino-Americana Mulheres Transformando a Economia (Remte) no tocante à integração regional, que passa inevitavelmente pelo desafio de articular as agendas de lutas nacionais ao processo continental.

Os textos aqui apresentados são fruto dos vários espaços de discussão desse trabalho realizado pela SOF e, sem pretensões conclusivas, propõem-se a abrir portas para a continuidade do debate sobre uma integração geradora de igualdade, a partir de uma perspectiva feminista.

A amplitude do debate nos mostra que existe um campo fértil na América Latina, onde as feministas podem e querem organizar mulheres em movimento para disputar a própria concepção do modelo político e

econômico, com vistas a alterar paradigmas. Esse desafio é coletivo e conjunto com as forças sociais que emergem do processo de lutas continentais, em oposição às forças do mercado e seus protagonistas, como as transnacionais, o agronegócio, o grande capital financeiro etc. A presença organizada das mulheres nessa disputa é fundamental para inserir na agenda o tema dos trabalhos de cuidado e reposicionar grandes temas, como a soberania alimentar, as questões do território e do modelo energético, o papel da economia solidária, a relação entre o urbano e o rural, o papel do Estado na socialização do trabalho de reprodução, entre outros, sob uma perspectiva feminista. O histórico contextualizado das lutas sociais na América Latina e os desafios atuais a partir de um olhar feminista são aqui apresentados no artigo de Nalu Faria e Renata Moreno.

Tanto as novas dinâmicas de inserção das mulheres no mercado de trabalho como a reivindicação de sua participação igualitária nas definições políticas da sociedade exigem uma alteração no provimento das necessidades coletivas e de cuidado da vida que o Estado deve ofertar através de políticas públicas, as quais podem e devem dar um salto para alterar a tradicional divisão sexual do trabalho.

Igualmente importantes são as políticas de cuidado e educação infantil, em particular em relação às creches e pré-escolas. No Brasil, por força do movimento de mulheres, a creche aparece como uma política pública que contribui para sua autonomia e para a socialização do cuidado com as crianças, como tarefa que deve ser compartilhada por toda a sociedade. Sabemos que falta muito para que, na prática, essa política tenha um caráter universal. Mas ela é imprescindível. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE, 2006), em nosso país apenas 15,5% das crianças de até três anos são atendidas por esse serviço de educação infantil. Nas faixas de renda familiar de até um salário mínimo, o acesso à creche é de 9% e, na faixa de renda de um a três salários mínimos, o atendimento é de 14%. Há outros instrumentos de políticas públicas e construção de alternativas, em diversas áreas, que devem ser impulsionados pelos organismos de políticas para mulheres, de modo mais efetivo e como prioridade. No entanto, é extremamente reduzida a intervenção do Estado na universalização de políticas já conhecidas na área do cuidado. Também é praticamente inexistente o suporte concedido pelo Estado a experiências ainda embrionárias, surgidas no interior dos movimentos ou de políticas locais.

É indispensável ampliar os marcos de políticas públicas voltadas à

socialização de parte do trabalho doméstico, quer por meio de experiências como a de restaurantes populares da prefeitura de Belo Horizonte, quer por meio de iniciativas ainda incipientes, como a das lavanderias coletivas da prefeitura de Teresina, no Piauí. É preciso construir uma lógica de demandas que, assentada em experiências concretas das mulheres como sujeito das políticas, não permita que sua experiência seja reapropriada pelo mercado, com a manutenção dos padrões de desigualdade.

Por fim, a crise do modelo hegemônico e as fissuras do neoliberalismo produzidas atualmente na América Latina desafiam sobretudo as mulheres, que, como categoria social, sofrem de forma especial o peso do mercado em suas vidas. Elas vivenciam a exploração intensiva ou a precarização do trabalho, a mercantilização de seus corpos pelo turismo sexual e pela prostituição, a exportação para países ricos, nos quais se empregam como domésticas. Restaurar o sentido da soberania dos povos não se dá sem a soberania das mulheres. Sua autonomia é um desafio central, se quisermos uma integração continental com igualdade.

Dentro desse marco, também é aqui apresentado um texto de Saskia Sassen, que discute o lugar das mulheres nas migrações, a internacionalização da cadeia dos cuidados e o papel do trabalho das mulheres provenientes de países pobres no contexto das grandes metrópoles.

Aspectos relevantes dos debates coletivos de mulheres ativistas, impulsionados pela SOF, podem ser vislumbrados nos artigos presentes nesta coletânea, que pretende estimular a reflexão por meio da conexão de agendas políticas de um feminismo militante, do estabelecimento de prioridades e da vinculação destas à agenda da integração regional. Almejamos, ainda, com esta publicação, contribuir para a atuação de gestoras e gestores, no sentido de fortalecer a pauta das políticas públicas voltadas ao redesenho da divisão do trabalho doméstico e de cuidados, frisando o caráter coletivo desses trabalhos e chamando a atenção para as responsabilidades sociais que cabem ao Estado, em suas diversas dimensões.

Eleger a satisfação das necessidades humanas como desafio para o conjunto da sociedade significa reconhecer a interdependência dos trabalhos efetuados nos âmbitos público e privado e dar a necessária visibilidade ao trabalho doméstico e de reprodução, que ainda é realizado em sua maior parte pelas mulheres.

*Tatau Godinho*

# A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NA LUTA CONTRA O LIVRE-COMÉRCIO E PELA CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS

Nalu Faria  
Renata Moreno

## INTRODUÇÃO

O momento atual na América Latina é marcado por grandes e complexos desafios em relação à construção de propostas alternativas que de fato apontem para uma integração dos povos. Essa questão foi levantada a partir da crise do modelo neoliberal e da construção de uma nova correlação de forças no continente.

Essa nova situação se deu no bojo de amplos movimentos de resistência ao livre-comércio, representados pela luta contra a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a assinatura de Tratados de Livre Comércio (TLCs) com os Estados Unidos e a União Européia. Nesse processo, em vários países da região foram eleitos governos apoiados pelos setores populares e assim se configurou um novo cenário na América Latina. O ganho mais importante nesse trajeto foi a não-concretização do projeto da Alca, o que alavancou na região as possibilidades de disputa de um novo modelo econômico, político e social. A derrota da Alca trouxe concretamente a necessidade de se debater um projeto alternativo, direcionado hoje para a integração regional.

Sáimos de um momento de perdas de direitos e de retrocessos políticos e econômicos e transitamos para novas esperanças, mas, ainda que com muitas incertezas, em uma conjuntura em disputa.

Isso só foi possível pela resistência organizada pelos movimentos sociais

que se traduziu em uma estratégia de articulações nos âmbitos continental e mundial. Portanto, em um momento marcado pela globalização dos mercados, deu-se a organização de um movimento por outra globalização, por outra mundialização. A campanha contra a Alca teve entre seus importantes ganhos políticos uma articulação das diversidades da região, não como um somatório das agendas, e sim como a construção de uma agenda comum.

Um setor do movimento de mulheres esteve presente nessa articulação desde o início, a partir de uma crítica global ao neoliberalismo que fazia parte de uma agenda feminista radical. Ao longo de toda a resistência ao livre-comércio, esse campo do movimento de mulheres se consolidou e aprofundou a análise feminista do neoliberalismo. Indo além da visão de que o modelo neoliberal tem impactos sobre a vida das mulheres, localizou as relações de gênero como nucleares na implementação e no aprofundamento desse modelo.

Este texto percorre o processo de construção da luta dos movimentos sociais de todo o continente contra a Alca. Ao tornar visível a intensa participação das mulheres nos processos de resistência e enfrentamento ao neoliberalismo, o artigo avalia os acúmulos da agenda feminista radical contra o capitalismo patriarcal, racista e homofóbico, bem como contra o modelo androcêntrico de análise econômica e clama pela construção de alternativas à sociedade de mercado que tenham como elemento central a sustentabilidade da vida humana.

## A INTENSA E VITORIOSA LUTA CONTRA A ALCA<sup>1</sup>

A Área de Livre Comércio das Américas foi proposta em 1994 na Cúpula das Américas, em Miami, com a pretensão de compor o maior bloco econômico do planeta. Ao buscar reunir 34 países do continente americano (excluindo-se Cuba) cuja soma do Produto Interno Bruto era de quase US\$ 11 trilhões e cuja população era de mais de 808 milhões de habitantes, tinha como objetivo a quebra de barreiras comerciais e tarifárias entre esses países.

A reunião ministerial de Miami, realizada em novembro de 2003, definiu que as negociações continuariam em dois “pisos”. O primeiro seria um piso

---

<sup>1</sup> Esta parte do artigo utilizou como referência um levantamento, realizado por Sarah de Roure, sobre a trajetória das mulheres e seus movimentos nas campanhas e mobilizações contra a Alca entre 2000 e 2006.

mínimo para todos os países. No segundo, cada país seguiria negociações bilaterais nos temas de interesse. No Brasil, essa definição foi anunciada pela imprensa como uma vitória do governo nacional, passando a imagem de que se caminhava para a negociação de uma Alca *light*, que correspondesse mais aos “interesses brasileiros”. O conteúdo do piso mínimo, no entanto, seria justamente o mesmo que se negociava na OMC.

Contrariando o compromisso firmado anteriormente, a Cúpula de Presidentes, realizada em Mar del Plata, Argentina, em 2005, não conseguiu chegar a um encaminhamento final. Ao término do encontro, estava explicitada no documento a divergência sobre a continuidade das negociações da Alca. Os países membros do Mercado Comum do Sul (Mercosul) – Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai – e a Venezuela afirmaram que não havia condições para se firmar um acordo equitativo, já que as economias envolvidas eram muito desiguais, e, assim, não seria possível definir uma data para dar prosseguimento às negociações.

A proposta da Alca veio no sentido de estender por todo o continente um tratado nos mesmos moldes do Nafta (sigla em inglês de Tratado de Livre Comércio da América do Norte), assinado por Estados Unidos, Canadá e México. Todas as avaliações sobre o Nafta serviram de alerta para o que significaria a Alca. A proposta pretendia que o tratado fosse assinado por economias com fortes desigualdades e assimetrias, sem que fossem dadas as condições necessárias para a livre competição. Desde o início houve um debate para avaliar o significado de tal proposta, uma vez que havia ficado bem claro que a ambição dos Estados Unidos ultrapassava em muito o âmbito do comércio.

Mas, o mais relevante em relação a Alca foi o aprofundamento do significado das propostas de novas instituições reguladoras do chamado livre-comércio e também o fato de que essa proposta se dava em um momento de total hegemonia do modelo neoliberal, quando havia muitas dificuldades para se construir posicionamentos críticos, considerando-se que a hegemonia do neoliberalismo foi fruto de amplas derrotas da classe trabalhadora, de uma profunda reestruturação no modelo produtivo e de ajuste fiscal imposto sobre os Estados dos países do Sul.

O livre-comércio é uma proposta organizada nos marcos do liberalismo econômico que tem como meta a liberdade de mercado, com base na premissa de que a competição é a melhor forma de organizar a vida econômica. O neoliberalismo reelaborou essa visão. Segundo Julia Di Giovanni (2006): “O capitalismo busca colocar sob as leis da livre competição de mercado coisas

que não eram vistas como mercadoria. Entre elas, o direito de usar as riquezas naturais, os conhecimentos populares, passando pelo controle da vida através de novas tecnologias e pela privatização dos serviços sociais básicos como saúde e educação”. O livre-comércio inclui produtos, serviços, licenças tecnológicas e operações financeiras – portanto, não se trata apenas de comércio. Os tratados teriam como finalidade “remover os obstáculos” para a livre competição no mercado. Quem necessita removê-los são as empresas transnacionais, que detêm poder e interesses no livre mercado. Por isso, na verdade, tais tratados existem para garantir o lucro das transnacionais, em sua maioria de origem estadunidense ou européia, que influenciam os governos de seus países sede para que atuem em seu favor nas negociações internacionais sobre comércio. Dessa forma, os interesses das transnacionais são convergentes com os interesses econômicos e políticos dos países do Norte, beneficiados com o aprofundamento do neoliberalismo.

Nas negociações de livre-comércio internacional, a regra tem sido um comportamento protecionista das grandes economias em relação a seus produtos e subsídios para sua agricultura. Trata-se de uma política com forte impacto nas economias pequenas e em ascensão, que muitas vezes dependem centralmente da exportação agrícola ou da venda para esses mercados fechados.

Assim, o livre-comércio, apesar da designação, só tem favorecido economias como a dos Estados Unidos, país que aparentemente conta com o modelo mais aberto do mundo, mas que, no que se refere aos produtos comprados dos países em desenvolvimento, mantém seu mercado extremamente fechado, em face do estabelecimento das maiores barreiras protecionistas vigentes.

As assimetrias econômicas entre os países se aprofundam com os TLCs, que também agravam desigualdades entre homens e mulheres, entre Norte e Sul. Seus efeitos atingem todos os setores como a juventude, o setor público, o dos indígenas e das mulheres, além de depredar o meio ambiente. Globalizam o acesso ao comércio, mas não aos direitos básicos que, no neoliberalismo, são precários e privatizados. Esse modelo aumentou a migração e o tráfico de pessoas dos países do Sul para o Norte, como parte do projeto de precarização das condições de trabalho. Outra característica da migração é sua feminização. Entre os que saem da América Latina e do Caribe, 50% são mulheres, destinadas principalmente aos serviços domésticos, à prostituição e a outras modalidades da indústria do entretenimento. Muitos países “exportadores” de migrantes hoje são dependentes das remessas de dinheiro enviadas por essas pessoas a seus lares.

As empresas movem-se livremente pelas fronteiras, sem estar submetidas a nenhuma norma trabalhista. Nesse ambiente os tratados contribuem para uma superexploração dos trabalhadores e para o desemprego. No caso da Alca, o texto proposto inicialmente proibia os governos de dar prioridade às empresas locais em licitações e de criar regulamentações para o fluxo de capitais.

As mobilizações sociais denunciaram que as negociações da Alca estavam se dando sem nenhuma transparência e sem o respaldo da população. Ficou evidente que a pretendida área de livre-comércio era um instrumento novo para garantir um novo predomínio de mercado e que se estenderia para áreas além daquelas tradicionalmente reconhecidas como comércio. Por trás desse novo predomínio do mercado, estavam os interesses das grandes empresas transnacionais de concentrar o domínio do mercado nas mãos de poucos grupos econômicos. Também ficou evidente que o livre-comércio buscava a mercantilização da água, dos serviços, da biodiversidade etc. – isto é, a mercantilização da vida. Por essa razão, foi fundamental passar do questionamento do tratado da Alca para o questionamento do próprio modelo neoliberal, o que incluiu o questionamento à dívida externa, à militarização do continente, às instituições financeiras (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional) e à OMC.

## DEBATES E POSICIONAMENTOS SOBRE A ALCA E O LIVRE-COMÉRCIO

Nas articulações da sociedade civil, representadas principalmente pela Aliança Social Continental (ASC), duas posições se configuraram. A primeira, que se pautava por uma visão da Alca como um projeto irreversível, fazia propostas para criar melhores cláusulas, com o objetivo de obter vantagens para o conjunto dos países da América Latina e Caribe. Foi a partir dessa visão que surgiu o debate sobre a cláusula social e também sobre a inclusão dos aspectos de gênero nas negociações.

A outra visão defendia a necessidade de uma oposição global à Alca, fundamentada na avaliação de que o tratado não era apenas um acordo comercial, e sim parte de um plano estratégico do imperialismo estadunidense pelo controle do território, da economia, dos investimentos, da biodiversidade e da cultura dos países latino-americanos.

As negociações comerciais a respeito da Alca e da OMC, assim como de outros processos multilaterais, acontecem nas Cúpulas Presidenciais e nas

Reuniões Ministeriais. Os movimentos sociais passaram a organizar contra-cúpulas, ou reuniões paralelas, chamadas Cúpulas dos Povos, que consistem em espaços de debate político destinados à construção das estratégias comuns dos movimentos e também a mobilizações e ações públicas de denúncia e protesto contra as negociações.

Após um longo debate na Cúpula dos Povos de Quebec, Canadá, em 2001, foi aprovada a posição de rejeição à Alca e de realização de uma campanha continental contra esse tratado. Na reunião da ASC de setembro de 2001, em Florianópolis, tomou-se a decisão de lançar a Campanha Continental Contra a Alca no Fórum Social Mundial (FSM), de 2002. A proposta dessa campanha estava baseada num amplo processo de informação e formação, uma vez que até então o tema do tratado era considerado assunto de especialistas e até a própria imprensa divulgava poucas notícias sobre a questão. Esse amplo processo formativo e de mobilização culminaria com um plebiscito popular.

A partir dessa visão de oposição global à Alca e da análise de que seus objetivos estavam muito além de um tratado comercial, a campanha se organizou como resistência aos três pilares de sustentação do modelo: o livre-comércio, a dívida e a militarização.

O Brasil foi o primeiro país a realizar o plebiscito sobre a Alca, que ocorreu em setembro de 2002 e obteve mais de 10 milhões de votos. Seu resultado expressou o rechaço do povo brasileiro a esse tratado.

A partir de 2003, a luta contra a Alca se somou às mobilizações contra a OMC, principalmente durante a 5ª Reunião Ministerial desse órgão, que teve lugar em Cancún, no México, em setembro daquele ano. Nesse processo, fortaleceu-se o posicionamento crítico ao livre-mercado e aprofundou-se a compreensão sobre as conexões entre as várias iniciativas do livre-comércio e sobre seus objetivos, que pretendiam garantir o poder das transnacionais. Ou seja, os governos pareciam estar negociando tratados em nome do comércio e usando uma retórica sobre o desejo de aumentar a competitividade dos países, contudo o que estava em jogo era o lucro das grandes empresas.

A luta contra o livre-comércio na América Latina foi fundamental para a reorganização dos movimentos sociais. Nessa trajetória, o Fórum Social Mundial foi o espaço em que se ampliou o debate e se afirmou uma visão crítica que legitimou aqueles e aquelas que se recusavam a viver sob a tirania do livre-comércio. Nesse processo, a Campanha Continental Contra a Alca concretizou uma intensa mobilização, que envolveu milhares de pessoas. As ações de resistência e de crítica chegaram a todos os cantos de vários países; foi

a força construída durante a campanha que tornou possível, a partir da iniciativa dos povos da América Latina e do Caribe, a derrota do império estadunidense. Esse processo avançou ainda mais na medida em que a conjuntura política de alguns países mudou e permitiu que se organizasse um campo crítico à Alca, também no nível dos governos.

## PRESENÇA E ESTRATÉGIAS DAS MULHERES NAS LUTAS CONTRA O LIVRE-COMÉRCIO

A luta contra a Alca e o livre-comércio foi fundamental para legitimar as vozes críticas ao processo de institucionalização e despolitização do movimento de mulheres ocorrido a partir do processo de conferências da Organização das Nações Unidas (ONU), nos anos 1990. Em 2000, enquanto lideranças feministas percorriam os corredores da ONU com o objetivo de evitar retrocessos no período de Pequim+5,<sup>2</sup> um grande grupo de mulheres construía, desde a base, uma estratégia de resistência e enfrentamento ao neoliberalismo.

Nesse processo, houve ampla participação das mulheres. Na ASC, formou-se desde o início o Comitê de Mulheres, com forte presença sindical e de grupos vinculados ao que hoje é chamado de economia solidária, mas com pequena presença de grupos e ONGs vinculados ao feminismo tradicional. Na verdade, tal participação nesse espaço já refletiu uma nova dinâmica na organização das mulheres na região.

O fato de o conjunto do movimento de mulheres não ter se envolvido com o tema da Alca não significou homogeneidade de posições entre as que participaram. No início do processo, o debate sobre tratados de livre-comércio se deu com base na análise sobre os impactos específicos para as mulheres. Por um lado, desenvolveram-se posições que pretendiam, além de verificar os aspectos positivos e negativos da abertura e da globalização, neutralizar os efeitos negativos, conseguir eficiência a partir dos produtos e sua competitividade e introduzir a dimensão de gênero e cláusulas sociais. Por outro, desenvolveu-se uma visão crítica e de questionamento ao modelo neoliberal, buscando realizar a conexão entre uma visão crítica da sociedade de mercado e a mercantilização da vida e do corpo das mulheres.

<sup>2</sup> Pequim+5 foi a reunião de avaliação e monitoramento realizada cinco anos após a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim, 1995).

## FEMINISMO ANTICAPITALISTA: A FORMAÇÃO DE UM MOVIMENTO MUNDIAL

Foi nesse embate, que buscava definir a agenda a ser construída que a Marcha Mundial de Mulheres (MMM), a Rede Latino-Americana Mulheres Transformando a Economia (Remte) e outras aliadas defenderam a avaliação de que era necessário se posicionar contra o modelo neoliberal como um todo. Para isso, foi fundamental uma avaliação crítica sobre a relação com as agendas da ONU. Foi igualmente determinante a compreensão de que o mercado estava organizando a vida das mulheres.

A análise crítica da sociedade de mercado mostrou que se deve ir além da discussão quanto aos impactos do livre-mercado sobre as mulheres, uma vez que se compreende que as desigualdades de gênero estão no coração da economia e se agravam com o neoliberalismo. Isso foi se traduzindo em chamadas críticas, como “O mundo não é uma mercadoria e as mulheres também não”, num diálogo com a chamada “O mundo não é uma mercadoria”, empregada na mobilização que, em 1999, impediu a realização da reunião da OMC em Seattle, nos Estados Unidos. Esse foi um dos marcos na constituição de uma ofensiva no processo de resistência, conhecido como “movimento por outra mundialização”.

Durante 2002, na campanha continental mencionada, aquela chamada crítica foi usada pelas brasileiras nas várias iniciativas de informação e formação que culminaram com um dia de luta das mulheres contra a Alca, em preparação para o plebiscito. No ano seguinte, com a formação da batucada feminista da Marcha Mundial de Mulheres, a chamada evoluiu para “A nossa luta é todo dia! Somos mulheres e não mercadoria!”.

Tais mobilizações ocorreram nos vários eventos continentais desde a Cúpula dos Povos de Quebec, em 2001, durante a 7ª Reunião Ministerial da Alca no Equador, em 2002, durante as mobilizações contra a OMC, em Cancún, no México, em 2003, entre outras. Em alguns desses eventos também se realizaram debates em que ficaram evidentes as diferentes posições. Mas, em Cancún, num momento em que se verificava o crescimento da mobilização em todo o continente, houve um amplo processo preparatório, no qual as articulações de mulheres escreveram declarações para subsidiar o debate sobre os acordos de livre-comércio que ocorreu no Fórum Internacional Os Direitos das Mulheres nos Acordos Comerciais, naquela cidade mexicana.

Há um elemento que é importante destacar. A discussão estava muito polarizada sobre a forma de ação: mobilizações contra a OMC ou a tentativa

de interferir nos conteúdos dos acordos por ela firmados? No debate, chegou-se à definição de que o problema não estava nas formas de ação, mas na visão política com que se atuava, ou seja, se a posição escolhida era contrária aos acordos ou se havia uma avaliação de que era possível negociar conquistas para as mulheres nos marcos de tais acordos. Foi nesse momento que as mulheres da Remte e da MMM começaram a trabalhar com o lema “As mulheres dizem não à tirania do livre-mercado”.

Em sua intervenção em Cancún, no Fórum Internacional Os Direitos das Mulheres nos Acordos Comerciais, Miriam Nobre assim expressou a posição da MMM:

**A MMM atuou para a construção coletiva de argumentos e da força das mulheres a partir da realidade que estão vivendo, ressaltando exemplos de luta e resistência. Para isso, buscou a partir do feminismo desmascarar e desnaturalizar o discurso econômico. Alertou que tratar os temas das negociações de forma separada é a armadilha de tentar identificar o que é pior, enquanto o que acontece é a concentração de poder e recursos nas mãos de poucas transnacionais que atuam em vários temas: [por] exemplo, agricultura, propriedade intelectual, medicamentos. Então, o sentido político dos debates não deve ser tirar um tema ou outro da OMC, mas derrotar a OMC. Sua estratégia é de estabelecer aliança com os movimentos sociais em uma dinâmica de mão dupla: não só para as mulheres protagonizarem as lutas gerais, mas para que as lutas gerais incorporem o feminismo e as mulheres conectem suas lutas com o questionamento global do modelo.**

Uma primeira alteração produzida por essa visão foi deslocar o debate sobre o direito das mulheres do terreno social e localizar suas demandas no plano econômico. Com essa estratégia, deu-se visibilidade às contribuições por elas feitas para a economia e a seu papel como protagonistas, de modo a mostrar que sua inserção nesse terreno não era somente como demandantes. Além de lutar pelo reconhecimento do estatuto econômico da reprodução, identificou-se a necessidade de romper com a linha divisória traçada pelo neoliberalismo entre econômico e social. Nessa divisão, o que se considera econômico são as questões do mundo monetário e financeiro. E todos os temas relacionados com a população, como trabalho, pobreza, saúde e

educação, são vistos como sociais (M. León, 2005). Tal rompimento, a partir da economia feminista, demonstrou as conexões entre os lucros do mercado e outros dois elementos: o trabalho invisível das mulheres na reprodução e sua exploração intensiva na produção. Essa análise fundamenta a denúncia da utilização das mulheres pelo modelo neoliberal como vantagem comparativa, em face da utilização intensiva da mão-de-obra feminina nos setores mais explorados e precários.

A nova abordagem, tomando como base a atuação da sociedade de mercado em relação às mulheres, enfatiza a análise de como a divisão sexual do trabalho organiza uma nova divisão internacional deste e estrutura o atual modelo. Nesse mesmo sentido, aprofundou-se a crítica à polarização entre as mulheres como consequência do modelo. Nas palavras de Danièle Kergoat (2003):

**Vemos surgir, assim, pela primeira vez na história do capitalismo, uma camada de mulheres cujos interesses diretos (não mediados como antes pelos homens: pais, esposos, amantes, ...) se opõem frontalmente aos interesses daquelas tocadas pela generalização do tempo parcial, dos empregos de serviços muito mal remunerados e não reconhecidos socialmente e, usualmente, mais atingidas pela precariedade.**

## **O ENFRENTAMENTO DA SOCIEDADE DE MERCADO: O LUGAR DA PRODUÇÃO DO VIVER**

A nova visão sobre como o mercado organiza a vida das mulheres contribuiu para alterar a forma como vinha sendo analisado o trabalho doméstico e de cuidados. O debate que mais se desenvolveu foi o da necessidade de incorporar esse tipo de trabalho no Produto Interno Bruto (PIB), dentro de uma perspectiva de mensuração econômica. Em geral, nas análises latino-americana e caribenha sobre o tema, está subjacente uma contradição: o trabalho doméstico costuma ser apontado como um problema das mulheres pobres, e, mesmo que isso não esteja explícito, pode ser percebido nas propostas. O que está subjacente é que, por nossa história escravocrata e pela profunda desigualdade econômica, o emprego doméstico e outras iniciativas de mercado, com produtos que facilitam a execução desse

trabalho (máquinas de lavar, por exemplo), fazem com que mulheres de classe média e alta não se questionem a esse respeito. É como se houvesse duas categorias, as profissionais e as mulheres. Na abordagem crítica, buscou-se justamente, a partir do aporte da economia feminista, desvendar um ponto central da economia capitalista, que considera como de seu âmbito somente o que está inserido na esfera mercantil. Além de não reconhecer como tal o trabalho doméstico e de cuidados, a economia capitalista o joga para as mulheres como se fosse uma atribuição natural delas. Portanto, o que está em pauta é o questionamento do paradigma dominante da economia, com a reconceituação do que é trabalho, a colocação dessa atividade no centro do processo de produção de riqueza e, ao mesmo tempo, o reconhecimento e a incorporação da experiência das mulheres.

## A VISIBILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR

A ação das camponesas na construção da soberania alimentar, como parte das alternativas à economia de mercado, constitui um exemplo emblemático da necessidade de reconhecer e incorporar a experiência das mulheres. Trata-se de uma soberania que remete diretamente a processos da produção do viver. Em um momento de profundo ataque à agricultura camponesa pelas transnacionais, a resistência camponesa argumenta que as bases da vida estão ameaçadas. Tais empresas passaram a investir muito em biotecnologia, e o produto mais conhecido desse investimento é a tecnologia dos transgênicos. Para cada novo “invento” se cria uma patente, para que só a empresa proprietária da patente possa utilizá-lo e com ele lucrar. Por sua vez, as patentes também são objeto de negociação nos acordos comerciais, naquilo que toca à propriedade intelectual. Um dos pontos importantes da crítica a esses acordos de propriedade intelectual consiste nas patentes de biodiversidade, a chamada biopirataria.

As camponesas, ao lançarem a campanha “Sementes: um patrimônio da humanidade a serviço dos povos”, tornaram visível sua experiência na seleção, hibridação e preservação de sementes. Adicionalmente, trouxeram para o debate político a noção de que o conhecimento histórico das mulheres nesse campo não pode ser apropriado pelo mercado e reafirmaram que o papel por elas desempenhado foi e é fundamental na defesa dos conhecimentos tradicionais dos povos e na preservação da biodiversidade.

## MERCANTILIZAÇÃO DO CORPO DAS MULHERES: OUTRA FACE DA MESMA LUTA

O outro campo do debate sobre mercantilização abordado na elaboração sobre o modelo econômico dominante refere-se aos processos de interferência no corpo das mulheres. Para construir um posicionamento sobre o tema, foi importante recuperar elementos do feminismo da década de 1960, os quais haviam saído da agenda da maioria dos grupos feministas desde os anos 1990. Foi preciso identificar como o mercado, em função das grandes empresas transnacionais, empreendeu um retrocesso ideológico no que diz respeito à autonomia das mulheres sobre seu corpo. Nesse aspecto, tal como na visão acerca do trabalho doméstico, é visível a imbricação de capitalismo e machismo, uma vez que o corpo das mulheres constitui um campo em que se expressa a relação de dominação dos homens mais próximos a cada mulher, ao mesmo tempo que cada vez mais eles alcançam uma expressão globalizada no mercado. O ponto de partida consistiu em olhar para a imposição, no neoliberalismo, do modelo de feminilidade baseado em modelo de beleza estrito, para cuja obtenção as mulheres devem recorrer a todas as soluções de mercado colocadas à venda.

Na América Latina, isso tem acarretado uma verdadeira febre de cirurgias plásticas, aplicação de silicone, incremento no uso de hormônios sintéticos. Ressalte-se que esses hormônios são produzidos pelas mesmas indústrias que produzem agrotóxicos e sementes transgênicas.

Nesse contexto, debateram-se também a mercantilização do corpo das mulheres no campo do turismo sexual e o lugar dos países da América Latina em uma divisão sexual e internacional do trabalho, que tem reservado a muitas mulheres um posto nas montadoras ou *maquilas*<sup>3</sup> e na prostituição, controlada por máfias e conglomerados de empresas de turismo. É preciso que nos perguntemos seriamente por que, ao lado de uma aparente permissividade no campo da sexualidade, com o crescimento do mercado da prostituição e da pornografia, têm-se verificado o aumento do conservadorismo e o ataque ao direito das mulheres de decidir sobre seus corpos. Diante de tudo isso, a resposta política foi a de introduzir com peso

---

<sup>3</sup> As *maquilas* estão instaladas no México, em vários países da América Central, como Honduras e El Salvador, e também em países asiáticos. São fábricas que produzem para as transnacionais e que têm como mão-de-obra principal mulheres jovens em um regime de superexploração e sem garantia de direitos.

na agenda a questão da autonomia e da autodeterminação das mulheres sobre suas vidas.

O campo do feminismo se consolidou, nesse percurso, como um movimento que considera inseparáveis as várias dimensões da exploração e da opressão; portanto, deve-se falar de capitalismo patriarcal, racista e homofóbico. Constituiu-se, assim, como um movimento situado historicamente, não apenas por se posicionar como uma força mundial como também pelo fato de que, em um momento caracterizado pela priorização da economia, participou dessa disputa e atuou com uma agenda que questiona estruturalmente a globalização neoliberal.

## A NOSSA LUTA É TODO DIA: DESAFIOS DA CONJUNTURA ATUAL

Após o fracasso da Alca e das tentativas de negociação da Rodada de Doha, em 2005, as transnacionais, os Estados Unidos e a União Européia intensificaram suas iniciativas no sentido de tentar aprovar acordos de livre-comércio em diferentes formatos. Os Acordos de Associação Econômica propostos pela União Européia, ou os TLCs, propostos pelos Estados Unidos, buscam avançar em temas que ainda não se resolveram na OMC e que estavam previstos na Alca (serviços, propriedade intelectual, proteção de investimentos, compras governamentais). A negociação isolada com países, ou com sub-regiões com economias menores, se dá em uma correlação de forças extremamente desfavorável aos países pobres. Entre os acordos desse tipo que já foram assinados estão os TLCs dos Estados Unidos com o Chile, a Colômbia e o Peru, ou entre a União Européia e o México e o Chile. Em alguns deles, para que haja menos obstáculos para a assinatura dos TLCs, têm sido feitas alterações nas legislações nacionais, a fim de se adequarem aos projetos dos tratados.

Outra ofensiva dos Estados Unidos é a proposta de aprofundar o acordo já existente na América do Norte – o Nafta –, com a criação da Aliança para a Segurança e a Prosperidade da América do Norte (Aspan). Essa aliança representa uma nova geração de acordos de livre-comércio, com forte conteúdo voltado para o estabelecimento de respostas às “ameaças terroristas” internas e externas e que se servem do pretexto de combater o narcotráfico. O Ascan prevê, por exemplo, a coordenação dos exércitos.

Outro elemento é a chamada harmonização das políticas dos países, que pode ser vista nas medidas relativas à imigração e à militarização das

fronteiras, mas que vai além. Na proposta do Aspan, se um remédio ou alimento for aprovado nos Estados Unidos, ele deverá ser automaticamente aprovado nos outros países. As negociações desse novo acordo representam também a privatização da política pública: já existe um “conselho norte-americano de competitividade”, formado pelos dez principais empresários do México, dos Estados Unidos e do Canadá, para “aconselhar” os governos nos temas relativos à competitividade. Além disso, a adesão ao Aspan não requer a aprovação da aliança pelo poder legislativo dos países, apenas pelo executivo.

Assim, a luta contra o livre-comércio segue e deve se dar paralelamente à construção de alternativas. A influência das transnacionais nas propostas de tais acordos é evidente, como acontece com outras propostas em debate no continente – por exemplo, aquelas relacionadas à infra-estrutura, aos agrocombustíveis e à integração energética, que não estão nos marcos dos acordos de livre-comércio. É necessário alterar a lógica de formulação das políticas, fortalecer a crítica e o combate aos interesses e à presença das transnacionais, para recuperar o sentido público do Estado e de suas políticas. Somente desse modo é que se poderá avançar na construção de alternativas.

## ESTRATÉGIAS PARA A TRANSFORMAÇÃO DO PARADIGMA NEOLIBERAL

A superação do neoliberalismo e da devastação que esse modelo produz exige políticas que alterem a lógica atual de predomínio do mercado. Trata-se, portanto, de alterar o paradigma dominante centrado no mercado para fixar como prioridade o cuidado da vida humana. Essa perspectiva exige uma nova relação entre produção e reprodução e, em decorrência, o reconhecimento das dimensões econômicas que estão na base da produção do viver e que integram uma esfera não mercantil. Há diferentes maneiras de fazer economia, e, neste caso, é necessário romper com o traço androcêntrico da economia dominante, pensada a partir da experiência masculina.

As propostas feitas pela MMM, a Remte e organizações aliadas, no tema da Integração Regional, apresentam como eixo estruturador a questão da soberania e da autodeterminação dos povos, em uma perspectiva de um projeto de igualdade. Essas propostas se fundamentam na concretização de quatro alicerces:

- recuperar a centralidade do trabalho como base da economia;
- garantir a soberania alimentar e reconhecer as mulheres como sujeitos;

- ❑ garantir a soberania, a autodeterminação e autonomia para o corpo das mulheres;
- ❑ recuperar e ampliar o sentido público do Estado, o que envolve a democratização das políticas e o fortalecimento da visão do Estado como garantidor de direitos.

Esses eixos enfatizam ainda a importância de garantir que as mulheres tratem dos temas que ocupam os principais lugares na agenda regional (como energia, infra-estrutura e financiamento) e destacam a urgência da democratização da comunicação.

O desafio consiste em construir alianças, coincidências e convergências nos temas de soberania, autodeterminação e autonomia sobre o corpo e também no questionamento da divisão sexual do trabalho, no reconhecimento do trabalho doméstico como econômico e das mudanças necessárias para garantir o equilíbrio na relação entre produção e reprodução e a plena igualdade entre mulheres e homens.

No debate de integração que tem sido conduzido, verificam-se muitas coincidências, nos enunciados gerais, do que se quer. No folheto que esse campo do movimento de mulheres produziu para a Cúpula dos Povos de Cochabamba, na Bolívia,<sup>4</sup> lê-se:

**O debate atual sobre Integração está fundado na ética e nos valores de humanidade e não apenas no mercado. Lança o desafio de mudanças no modelo econômico e questiona noções como crescimento, mercado, modernização e desenvolvimento. Ao mesmo tempo, nos enunciados gerais há coincidências com postulados-chaves da economia feminista: solidariedade, cooperação, reciprocidade, justiça.**

A tarefa é fazer com que esses enunciados sejam assumidos pelo conjunto dos movimentos sociais, a fim de que se consolidem em propostas passíveis de serem impulsionadas de fato.

---

<sup>4</sup> Em dezembro de 2006, realizou-se a Cúpula Social pela Integração dos Povos, em Cochabamba, na Bolívia, simultaneamente à Cúpula dos Presidentes da América do Sul. A Cúpula de Cochabamba teve um caráter diferenciado das anteriores, pois não foi uma contra-cúpula. Ao contrário, houve inovação no modelo de diálogo entre movimentos sociais e governos, com momentos de diálogo entre as duas cúpulas a respeito dos temas em debate.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, Sonia. A globalização dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Eveline; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2000, pp. 383-426.
- CODAS, Gustavo. “América Latina: integración regional y luchas de emancipación”. Contexto Latinoamericano. *Revista de Análisis Político*, nº 1, Bogotá: Ocean Sur, 2006.
- DI GIOVANNI, Julia (org). Agricultura na sociedade de mercado – As mulheres dizem não à tirania do livre comércio. Publicação da SOF, 2006.
- FARIA, Nalu. O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas frente ao neoliberalismo. In: *Desafios do livre mercado para o feminismo*. Cadernos Sempreviva. São Paulo: SOF, 2005.
- FARIA, Nalu; MORENO, Renata. *Feminismo e integração da América Latina e do Caribe*. São Paulo: SOF, 2007.
- INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: SUBSÍDIOS PARA DEBATER A INTEGRAÇÃO DOS POVOS. Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip), ASC, Campanha Brasileira Contra a ALCA/OMC.
- KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta Julia; MEYER Dagmar; WALDOW, Regina (Orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- \_\_\_\_\_. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; GODINHO, Tatau; NOBRE, Miriam. *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres*. Coleção Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher. São Paulo, 2003.
- LEÓN, Irene; LEÓN, Magdalena (Orgs.). *Mujeres contra el Alca: razones y alternativas*. Equador: Alai, 2002.
- LEÓN, Magdalena. Globalización y libre comercio: un acercamiento desde el feminismo. In: LEÓN, Irene. *Mujeres en resistencia – experiencias, visiones y propuestas*. Equador: Alai, 2005.
- \_\_\_\_\_. La perspectiva de las mujeres. In: *Integración: nuevas rutas*. América Latina en Movimiento 414-5. Equador: Alai, 2006.
- \_\_\_\_\_. Alternativas al modelo: experiencias y desafíos en América Latina. Texto-aula do curso virtual da Remte “Economia feminista: uma visão anti-sistêmica”, 2007.
- SOF. *Ações das mulheres contra o jogo da OMC*. São Paulo, 2003.

# EXPERIÊNCIAS DE SOCIALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NA AMÉRICA LATINA

Taís Viudes de Freitas

As sociedades de economia capitalista são marcadas por profundas desigualdades – de renda, social, de raça e de gênero, entre outras. A desigualdade de gênero diferencia as práticas sociais entre os sexos, ao estabelecer uma relação de poder na qual as mulheres ficam em posição de desvantagem perante os homens.

Historicamente, as mulheres foram destinadas à esfera privada, responsabilizadas que foram pelas atividades domésticas, ou seja, pelo cuidado do lar e da família. Já os homens tiveram o espaço público como seu lugar privilegiado de atuação, através do trabalho econômico. Essas dicotomias entre trabalho produtivo e trabalho doméstico e entre público e privado se desenharam a partir do século XIX, período em que se deu o advento do capitalismo.

Joan Scott (1994) mostra que, antes do século XIX, predominava o modelo de trabalho familiar, em que toda a família dividia tarefas. As mulheres, no entanto, já trabalhavam fora do lar, principalmente com a venda de produtos em mercados, a manutenção de pequenos comércios ou a realização de trabalhos ocasionais (lavando, costurando roupas etc.). A autora aponta ainda que, devido a esse tipo de trabalho, a rua era o local central onde elas realizavam tais atividades.

Segundo Michelle Perrot, no século XIX, iniciou-se um triplo movimento, de “relativo retraimento das mulheres em relação ao espaço público; constituição de um espaço privado familiar predominantemente feminino;

superinvestimento do imaginário e do simbólico masculino nas representações femininas” (1988, p. 179). Entretanto, essa autora chama a atenção para alguns aspectos importantes: nem todo público podia ser considerado político e masculino, pois as mulheres continuaram a freqüentar a cidade e circular por ela. Da mesma forma, nem todo familiar era feminino, já que na família o pai ainda detinha o poder principal.

O racionalismo desse período contribuiu fortemente para acentuar a divisão entre homens e mulheres, uma vez que definiu para cada sexo sua função, seus espaços e suas atividades (Perrot, 1988). À mulher destinaram-se o lar e o cuidado, e ao homem foi atrelada a tarefa de ser o provedor da família e da casa. Os diversos discursos proclamados reiteravam e reforçavam a diferenciação entre os sexos e contribuía para que passasse a ser vista como algo natural.

A participação feminina na esfera produtiva também foi regulada de forma que as mulheres seguissem realizando primordialmente suas atividades domésticas e de cuidado dos filhos. Os discursos – do Estado, sindicatos, empregadores, entre outros –, afirmavam que elas eram menos produtivas que os homens e que seus salários deveriam ser inferiores (Scott, 1994). Sua remuneração era apontada apenas como um complemento, o que as mantinha dependentes financeiramente do marido e familiares.

Além disso, os discursos reiteravam que a natureza feminina era ligada à maternidade, o que contribuía para a manutenção do modelo de família patriarcal e da ordem social. Susan Besse (1999) também aponta que, na realidade brasileira, seguiu-se essa regulação da participação das mulheres no mercado de trabalho, com vistas a garantir a ordem e o equilíbrio familiar.

Fica evidente que as atividades realizadas na esfera reprodutiva foram tratadas como a função principal das mulheres, e suas atividades assalariadas como complementares, subsidiárias, não produtivas. Essa divisão sexual do trabalho e da vida permitiu uma organização da sociedade fundamental para o desenvolvimento capitalista, embora a importância da esfera reprodutiva no processo de acumulação do capital tenha sido deixada de lado nas mais diferentes análises econômicas.

O pensamento econômico clássico (e posteriormente o neoclássico) focou a produção capitalista, ou seja, aquela orientada pelo mercado, ignorando a produção realizada no lar (Carrasco, 2006). A centralidade da esfera produtiva econômica dentro do capitalismo se explica por ser ela o local em que ocorre a extração de mais-valia, isto é, onde o capitalista obtém seu lucro. Deste modo, as atividades que não produzem diretamente a mais-valia foram consideradas de menor valor social e sua importância foi ocultada.

É nesse sentido que, no percurso histórico, as atividades realizadas na esfera doméstica – majoritariamente pelas mulheres – permaneceram invisíveis, aspecto que obscureceu o papel essencial de tais atividades na economia, uma vez que são elas que gratuitamente garantem a reprodução da vida e a satisfação das necessidades humanas e, assim, a reprodução da força de trabalho, tão necessária para a produção do capital.

Como explica Jesus Albarracín, para os capitalistas em conjunto, o trabalho doméstico faz com que o trabalho assalariado necessário para manter o nível de vida dos trabalhadores e de suas famílias seja menor que o que seria necessário *sem ele*.<sup>1</sup> Supõe uma diminuição do valor da força de trabalho e, em conseqüência, uma redução do capital variável<sup>2</sup> total e, ainda, um aumento da mais-valia total. Assim, o trabalho doméstico contribui para a formação da mais-valia global da sociedade (1999, p. 58).

Cristina Carrasco (2003) atribui a invisibilidade do trabalho realizado na esfera privada a dois grandes motivos. Um deles está relacionado ao caráter ideológico patriarcal, que atribui maior valor às atividades desenvolvidas pelo poder masculino (como ciência e cultura), uma vez que o próprio grupo dominante (neste caso, os homens) é responsável pela atribuição de valores. O outro motivo está ligado ao funcionamento dos sistemas econômicos, os quais procuram se apresentar como autônomos, ocultando a importância do trabalho desenvolvido na esfera doméstica, essencial para a produção e a manutenção da força de trabalho e da vida. Assim, apesar de o capitalismo ser retroalimentado pela esfera privada, essa relação permaneceu oculta.

O movimento feminista, no fim dos anos 1960 e início dos 1970, foi um dos pioneiros na denúncia da grande contribuição que as atividades domésticas executadas pelas mulheres traziam para a produção capitalista. Segundo Dominique Fougeyrollas-Schwebel (1999), esse movimento conseguiu mostrar que era exatamente por serem mulheres que estas eram dominadas e que, por pertencerem a um gênero, o trabalho doméstico foi a elas atribuído.

1 Grifo do autor.

2 Segundo definição de Karl Marx, meios de produção e força de trabalho são as diferentes formas de existência que o valor do capital originário assume ao transformar-se em fatores do processo de trabalho. A parte do capital que se converte em meios de produção não altera sua grandeza de valor no processo de produção e, portanto, é o capital constante. Já a parte que é convertida em força de trabalho “muda seu valor no processo de produção. Ela reproduz seu próprio equivalente e, além disso, produz um excedente, uma mais-valia que ela mesma pode variar, ser maior ou menor” (1983, p. 171). Essa é parte definida por Marx como capital variável. Deste modo, quanto menor o valor da força de trabalho, menor o gasto do capitalista com ela e maior o seu lucro.

De acordo com Maria Cristina Bruschini (1990), o debate da época considerava a necessidade de ampliar o conceito de trabalho e de atentar para a vida familiar e a condição de classe da mulher trabalhadora. As atividades domésticas passaram a ser definidas como trabalho. O debate feminista, assim, lançava luz sobre uma esfera – a vida privada – até então deixada de lado pelas análises econômicas.

Desse momento em diante tanto as atividades executadas pelas mulheres na esfera produtiva como na reprodutiva começaram a ser levadas em conta. Segundo Bruschini, em seu estudo realizado com Felícia Madeira (1983), inovou-se ao computar os afazeres domésticos como parte da atividade econômica. O resultado disso foi a ampliação das taxas de atividades das mulheres e a evidência da sobrecarga do trabalho levado a cabo por elas – a chamada “dupla jornada de trabalho” – ou seja, um número elevado de horas trabalhadas concomitantemente nas esferas produtiva e reprodutiva.

Nas últimas décadas, assistiu-se ao aumento massivo da contribuição feminina nas atividades econômicas. Entretanto, isso não foi acompanhado por uma redução do tempo gasto com as atividades domésticas e de cuidado com os filhos. “Essa ampliação dos regimes de assalariamento [entre as mulheres] não representou uma transformação do trabalho doméstico e particularmente uma repartição mais igualitária das tarefas entre homens e mulheres, como os debates do início dos anos 60 podiam fazer esperar” (Fougeyrollas-Schwebel, 1999, p. 65). As atividades domésticas permaneceram (e ainda permanecem) sob responsabilidade delas.

Bruschini (2006), ao analisar os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), de 2002, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatou que 68% dos entrevistados afirmaram que cuidavam dos afazeres domésticos<sup>3</sup> na semana da pesquisa. Mas, ao separá-los por sexo, notou-se que 89,9% das mulheres responderam afirmativamente a essa pergunta, enquanto apenas 44,7% dos homens o fizeram.

Em relação às horas médias por semana gastas com os afazeres

---

<sup>3</sup> Por afazer doméstico, a PNAD considera a realização de tarefas, no domicílio de residência, relativas a “arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar essas tarefas para si ou para outro(s) morador(es); orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; cuidar de filhos ou menores moradores; limpar o quintal ou terreno que circunda a residência” (Bruschini, 2006, p. 338).

domésticos, essa autora aponta que a população total pesquisada disse usar, em média, 21,9 horas. Contudo, novamente, ao desagregar por sexo, obtiveram-se 27,2 horas para as mulheres e 10,6 horas para os homens. Esse número mostrou-se ainda maior entre as mulheres com filhos – quase 32 horas semanais.

Os dados acima reiteram a idéia de que “as mulheres, muito mais do que os homens, dedicam parte significativa de seu tempo ao trabalho para a reprodução social” (Bruschini, 2006, p. 351), e de que isso se intensifica entre as cônjuges e as mães, sobretudo aquelas com filhos pequenos. A autora chama a atenção para o fato de que foram exatamente essas as que, desde a década de 1980, entraram mais intensamente no mercado de trabalho e nele permaneceram: “Ou seja, são aquelas que mais trabalham atualmente na atividade produtiva as que mais consomem seu tempo, no domicílio, na atividade reprodutiva, enfrentando enorme sobrecarga de trabalho e dificuldades de conciliação entre as responsabilidades familiares e as profissionais” (idem, *ibidem*).

Dados recentes reforçam essa tendência, ao mostrar o abismo existente entre as atividades domésticas que cabem aos homens e às mulheres inseridos no mercado de trabalho. Segundo dados da PNAD de 2006, referente a 206,5 mil famílias com renda familiar média de R\$1.634,00, 85% dos homens com jornada de trabalho semanal de quarenta horas ou mais gastavam, em média, cinco horas por semana com os afazeres domésticos. Já 56,3% das mulheres com jornada de trabalho idêntica dedicavam uma média de dezoito horas semanais às atividades domésticas.<sup>4</sup>

Tais dados comprovam que é responsabilidade das mulheres encontrar mecanismos que possibilitem conciliar o tempo destinado ao mercado de trabalho e aquele destinado às atividades de cuidado do lar. Essa diferença no uso do tempo entre homens e mulheres evidencia as disparidades e as desigualdades existentes nas práticas realizadas por cada sexo.

Assim, como resultado da divisão sexual do trabalho, as mulheres têm suas vidas reguladas por dois tipos de tempo: um ligado à esfera econômica e o outro, às necessidades humanas. Como aponta Carrasco (2003), para conseguir manter ambas, elas intensificam o tempo de trabalho total e reduzem o tempo de ócio, chegando até a diminuir o tempo dedicado às necessidades pessoais. Os homens, por outro lado, continuam a se pautar pelo trabalho remunerado e a ele se dedicar.

<sup>4</sup> Dados publicados no jornal *Folha de S.Paulo*, 17 de maio de 2008.

Claudio Deddeca (2004) também aponta essa desigualdade, recorrendo a um estudo apresentado por Fisher e Layte, em 2002, efetuado em países desenvolvidos.<sup>5</sup> Constatou-se que o menor tempo livre é observado pelas mulheres e, em especial, por aquelas com filhos com até quinze anos. No caso dos homens, encontram-se um tempo econômico pago mais elevado e tempos não pagos e para a organização familiar menos intensos. Situação inversa é verificada com relação às mulheres, cujo tempo econômico pago é menor, mas cujas jornadas de trabalho pago e na organização familiar são mais extensas.

Segundo o autor, situação semelhante ocorre no Brasil, onde as mulheres com filhos com até quinze anos cumprem maior jornada de trabalho total quando comparadas àquelas sem filhos e aos homens. No entanto, essa jornada supera a dos países desenvolvidos: enquanto aqui elas gastam doze horas semanais, a média naqueles países é de nove horas semanais. A atribuição majoritária da responsabilidade pelos afazeres domésticos às mulheres tem forte peso na intensificação do tempo de trabalho total delas e nas disparidades entre os sexos.

Em outra obra, Deddeca (2007) afirma que, independentemente de estarem inseridas ou não no mercado de trabalho, as mulheres possuem jornada de trabalho maior que a dos homens. Portanto, a maior participação feminina no mercado de trabalho não significa uma redução no tempo despendido com os afazeres domésticos, mas sim uma intensificação da jornada de trabalho. O autor aponta ainda um agravante: as mulheres que participam do mercado de trabalho e executam afazeres domésticos tendem a receber menor remuneração do que aquelas que não realizam afazeres domésticos, diferenciação que não foi constatada entre os homens (Deddeca, 2004).

Para Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), a conciliação das atividades domésticas e do trabalho assalariado pelas mulheres acaba por gerar outro tipo de desigualdade – a desigualdade socioeconômica. Assim, aquelas de renda mais elevada, para poderem se dedicar mais intensamente a sua atividade profissional, contratam outras mulheres em piores condições socioeconômicas para realizar suas atividades domésticas. Essas, por sua vez, repassam o cuidado de seus lares e filhos a outras mulheres da família, como mães, irmãs e avós.

---

<sup>5</sup> Os países contemplados por esse estudo foram Canadá, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Noruega, Reino Unido e Estados Unidos. A obra de referência é Fisher, K. & Layte, R. *Measuring work-life balance and degree of sociability*, working paper 12, Essex: EPAG, 2002.

A esfera doméstica, portanto, continua a determinar a vida das mulheres, ajustando inclusive sua participação no mercado de trabalho. Conforme Carrasco (2003), elas tendem a se retirar do mercado de trabalho com o nascimento do primeiro filho e a ele retornar quando os filhos alcançam idade escolar. Entretanto, a trajetória referente às atividades domésticas não apresenta tais oscilações: as mulheres começam a realizá-las ainda em idade precoce e continuam a fazê-las até atingir idade avançada, quando a saúde não permite mais que se dediquem a elas. A autora chama a atenção para o fato de tais atividades não serem lineares, mas seguirem o ciclo da vida humana, intensificando-se quando se trata de cuidar de pessoas dependentes. Já a participação dos homens nessa atividade, além de minoritária, é linear, ou seja, não é afetada pelo ciclo vital.

O mesmo achado é mostrado por Isabel Georges e Nádyá Guimarães (2005), que, ao analisarem experiências de trabalho e de desemprego entre alguns profissionais em cargos (atuais ou passados) de chefia, constataram que a trajetória feminina de emprego é caracterizada por grande oscilação entre entrada e saída do mercado de trabalho, isto é, as carreiras são truncadas e entrecortadas por eventos da vida familiar.

A partir de um olhar lançado ao percurso histórico referente à divisão sexual do trabalho, que mostra a manutenção da responsabilidade das atividades domésticas pelas mulheres, Carrasco (2003) desenha três cenários para o futuro, que envolvem a relação entre a sustentabilidade da vida – as respostas às necessidades humanas – e a produção econômica.

No primeiro cenário (e o mais pessimista), mantém-se o modelo atual, no qual o objetivo continua a ser a obtenção de lucro, em que os homens seguem com sua dedicação intensiva ao mercado de trabalho e as mulheres se responsabilizam pela conciliação das atividades desenvolvidas dentro do mercado de trabalho e as do cuidado familiar e do lar. No segundo cenário também se prossegue com o modelo anterior, porém com maior oferta de serviços que auxiliem nas tarefas familiares e domésticas, como maior número de creches e serviços de atenção a pessoas adultas ou doentes. O terceiro cenário, indicado pela autora como aquele que promoveria uma divisão mais igualitária do trabalho, pressupõe uma mudança de paradigma que corresponde a ter como foco central o cuidado das pessoas, e não a obtenção de lucro. Assim, as jornadas e os regimes de trabalho deveriam ser flexionados e modificados de acordo com as necessidades da vida humana, com maior valorização do tempo não mercantilizado: os homens diminuiriam o tempo dedicado ao trabalho econômico e aumentariam sua

contribuição às atividades de cuidado da família e do lar, possibilitando maior igualdade entre os sexos.

Com o objetivo de facultar a construção do terceiro cenário é que este estudo voltou sua atenção para algumas experiências concretizadas na América Latina e que surgiram a partir de movimentos sociais e de mulheres que buscam alternativas para a questão do trabalho doméstico. As experiências, apresentadas a seguir, são os Comedores Populares e o Vaso de Leche (no Peru), os Comedores Populares (na Argentina) e um Refeitório Coletivo (no Brasil, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra).

Este estudo procurou compreender o impacto que tais experiências trouxeram à vida das mulheres e de que maneira elas contribuíram para o alcance de maior igualdade entre os sexos. Os resultados são apresentados com base na literatura e em estudos existentes e em entrevistas realizadas com pessoas que participam e/ou usufruem das experiências.

Ainda que de modo preliminar, este estudo, ao buscar conhecer as diferentes experiências mencionadas, objetiva contribuir com a reflexão sobre alternativas possíveis e desejáveis à questão do trabalho doméstico e de cuidado familiar, a fim de que este deixe de ser uma responsabilidade apenas das mulheres e resolvido individualmente em cada lar. Trata-se de uma reflexão essencial para a construção de uma sociedade que se enquadre no cenário apontado por Carrasco, no qual a sustentabilidade da vida seja central, pensada e resolvida coletivamente.

Este estudo se conecta à proposta de integração regional, que tem por meta, com base na participação das próprias mulheres, provocar transformações em busca de uma sociedade mais igualitária, interligando os diferentes povos e as diferentes esferas políticas. As mulheres, como atoras políticas e sociais, aparecem como agentes privilegiadas para provocar essas transformações e auxiliar na formulação de políticas públicas que favoreçam uma melhoria em suas vidas. É por essa razão que se propõem uma luta coletiva, fundamentada nos princípios de solidariedade, cooperação, reciprocidade e justiça, como forma de alcançar maior equilíbrio entre as esferas produtivas e de reprodução da vida humana, bem como a soberania das mulheres sobre sua vida e dos povos sobre sua produção (inclusive alimentar), e o rompimento com a lógica capitalista, a qual se apropria de seus corpos e suas vidas (Faria e Moreno, 2007). Conhecer tais experiências, portanto, é um passo na ampliação desse debate e na conquista de maior igualdade entre os sexos.

## COMEDORES POPULARES – A EXPERIÊNCIA PERUANA

A experiência dos Comedores Populares (CPs) no Peru é aqui apresentada com base nos estudos realizados por Carmen Lora (1996) e Sandra Altea (2007) e em entrevistas realizadas com mulheres participantes dos CPs.

### Histórico/contexto

Em meados dos anos 1960 e 70, o Peru enfrentou uma forte crise econômica, durante a qual a miséria e o desemprego afetaram grande parte da população. Diversos movimentos populares surgiram, reivindicando o estabelecimento de serviços básicos à população. Um destes movimentos foi o dos Comedores Populares, cujas experiências se iniciaram em 1978 na tentativa de enfrentar o problema da fome.

Anteriormente, nas mobilizações populares que estavam em curso no país desde 1950, as mulheres tiveram uma importante participação, principalmente como acompanhantes, ao preparar as refeições dos participantes, ocupar os lugares como forma de protesto e fazer reivindicações. Essa participação as levou a tomar consciência social e política e a se auto-organizar, constituindo-se como atoras políticas.

Foi a partir dessas experiências e da necessidade de superar o problema da fome que aquelas mulheres se organizaram, em nome da solidariedade, da cooperação e da ajuda mútua, e fundaram o movimento social dos Comedores Populares. No início, elas contaram com a contribuição e o apoio da Igreja e de ONGs.

Apesar de iniciado com uma tarefa básica, à medida que avançava, o programa se configurou como um movimento social pautado por um novo modelo de economia social, a partir da defesa do conceito de soberania alimentar. Esse conceito, como definido pela Via Campesina e citado por Altea, considera “o direito dos povos, de seus países ou união de Estados, de definir sua política agrária, sua política alimentar e suas práticas de comércio, sem *dumping* ante países terceiros, e servindo-se dos direitos das pessoas a uma produção segura, saudável e ecológica” (2007, p. 7).

Ainda segundo a Altea (2007), a defesa da soberania alimentar aposta em uma alternativa às políticas neoliberais; prioriza a produção agrícola local e o acesso dos(as) campesinos(as) à terra, aos recursos naturais e ao crédito; reconhece o papel essencial das campesinas na produção agrícola e na alimentação; incorpora em sua luta as demandas das organizações de mulheres de base que elaboram alimentos e luta pelo estabelecimento de um comércio internacional justo.

Trata-se de um movimento que luta por um desenvolvimento nacional baseado no desenvolvimento local; por um desenvolvimento social que elimine as desigualdades sociais e de gênero no país; por um desenvolvimento das capacidades e do poder de decisão das mulheres; e por um novo modelo econômico de inclusão de todos e de todas. O foco do movimento é marcado pelo lema “Protesto com proposta”.

### O movimento

Após as primeiras experiências na década de 1970, os Comedores Populares se multiplicaram e se espalharam por todo o país. Atualmente, estipula-se que há cerca de 7 mil CPs no Peru, os quais envolvem mais de 130 mil mulheres e atendem 13,5% da população, ou seja, 25% de famílias em condições de pobreza (Altea, 2007).

A atividade básica dos Comedores Populares é servir refeições às famílias pobres peruanas. Em cada comedor, o trabalho é executado por vinte a sessenta mulheres, que se constituem como sócias e se revezam em turnos.

O preparo e o cozimento dos alimentos são as principais atividades desenvolvidas dentro do comedor, embora sejam desempenhadas outras atividades, como organização e administração.

É de extrema importância ressaltar que esse trabalho é feito voluntariamente pelas mulheres. O benefício que recebem são quatro refeições gratuitas no dia em que trabalham no comedor; nos demais dias, elas podem comprar suas refeições por um preço menor do que o da venda.

Todos os dias é recolhida, no período da manhã, uma cota de dinheiro de cada sócia para a aquisição dos ingredientes, da água e do combustível. A cota é determinada com base no preço decidido por alimentação. Cada mulher paga um valor referente ao número de refeições que atende aos membros de sua família.

Recolhido o dinheiro, duas ou três mulheres compram os alimentos no mercado local, enquanto as outras arrumam a cozinha e se encarregam dos preparativos. O cardápio é decidido de acordo com o planejamento e a quantidade de dinheiro coletada.

Finalizado o preparo do almoço, as refeições são distribuídas a cada família em um recipiente. O consumo das refeições não é feito nos comedores, e sim nos lares. Portanto, não há um lugar próprio de funcionamento do comedor. Normalmente, as refeições são preparadas num espaço da casa cedido por uma das sócias.

Após a distribuição das refeições, é feita uma planilha de prestação de

contas, que mais tarde é apresentada à assembléia de sócias, que vem a ser a instância máxima de decisão do comedor. Durante esses encontros, que ocorrem quinzenalmente ou mensalmente, são tomadas todas as decisões referentes ao funcionamento do comedor.

As sócias elegem para a direção de cada comedor, por tempo determinado, uma presidente, uma vice-presidente e secretárias responsáveis por diversos setores (atas e livros, alimentação, direitos humanos, entre outros). O sistema é baseado na autogestão.

Outras instâncias de organização e de coordenação dos comedores se formaram ao longo do tempo. Segundo Lora (1996), na seqüência dos primeiros comedores, criaram-se as centrais, que são responsáveis pela articulação das diversas experiências existentes no país. Em 1989, havia 42 centrais em Lima, e cada uma agrupava de quinze a quarenta comedores; atualmente, existem mais de setenta centrais, as quais possibilitam comparar as diversas experiências, gerar novas capacitações e auxiliar nas negociações com as diferentes instituições e o Estado. Nelas também são realizadas assembléias, ao longo das quais despontam os problemas mais gerais que atingem as mulheres, como a pobreza, a discriminação, entre outros.

Em 1986, teve lugar o Encontro Nacional de Comedores, durante o qual foi eleita uma Comissão Nacional Provisional de Comedores (CNC), que teve por atribuições a coordenação e a direção dos comedores no período de 1986 a 1991 e que proporcionou visibilidade ao movimento e destaque na cena política. Em 1991, foi realizada a Primeira Convenção, em que foi deliberada a permanência da CNC na função de articuladora e coordenadora dos comedores em nível nacional, num período de dois anos posteriormente prorrogado por mais dois anos.

No geral, os recursos dos Comedores Populares provêm do Programa Nacional de Assistência Alimentar (Pronna), da venda das refeições e de doações. Em 1991, foi promulgada a Lei n° 25.307, que os reconheceu como organizações sociais de base e os inseriu no programa de apoio alimentar aos mais pobres, obrigando o Estado a cobrir 65% do custo de cada porção de comida (Garcia, 2007). Não obstante, o Estado só cobre 19% do custo. Os 81% restantes são conquistadas das próprias mulheres, através da venda dos cardápios e de diversas atividades de arrecadação de fundos que elas organizam.

### Avanços e desafios

Ao longo dos seus anos de existência, os CPs já alcançaram diversos êxitos

e se tornaram essenciais para a sobrevivência da população pobre do Peru. Porém, são muitos os problemas que o movimento enfrenta, como a postura assistencialista do Estado e outras instâncias. De acordo com Altea (2007), apesar de os Comedores Populares se apresentarem como uma nova alternativa econômica e social, o Estado não os reconhece como tal e mantém uma política assistencialista em relação a eles. Embora seja de extrema importância a conquista da elaboração da Lei nº 25.307, que reconhece e regulamenta os CPs, as participantes entrevistadas afirmam que ainda falta um reconhecimento público e político do movimento e da proposta econômica e social que ele representa.

A despeito dessas dificuldades, ao longo de sua existência o movimento transformou-se em um exemplo para todo o país e em uma necessidade para a população. Ademais, a iniciativa das mulheres e seu modelo de autogestão são aspectos que caracterizam a singularidade dos Comedores Populares.

### A experiência das mulheres

A experiência dos CPs traz uma série de impactos à vida das mulheres. Uma das entrevistadas revela que a participação no programa “melhora o desenvolvimento pessoal, a elevação da auto-estima. [Elas] reconhecem que colaboram para o desenvolvimento de sua família, não com dinheiro, mas com suas ações que chegam em casa. [Elas] aprenderam a valorizar a si mesmas”.

Entretanto, a falta de remuneração é apontada como um ponto ambíguo no que se refere à conquista da autonomia. Por um lado, a contribuição dessa atividade para a redução dos custos de vida é reconhecida pelas mulheres e seus familiares, mas a falta de remuneração faz com que elas não tenham dinheiro próprio, o que, de certa forma, conduz a uma dependência financeira em relação aos parceiros e outros familiares. Por outro lado, o trabalho nos comedores permite o desenvolvimento de outras atividades em empregos remunerados, sem a necessidade de permanecer apenas no lar, uma vez que as refeições diárias dos familiares estão garantidas.

Deste modo, o movimento se configura como uma possibilidade de as mulheres conquistarem novos espaços. Para muitas, essa foi a primeira experiência de pertencimento coletivo que não o familiar (Lora, 1996). Tais vivências contribuem para que elas se reconheçam e se conformem em atoras políticas e agentes de transformação capazes de conquistar outros espaços políticos e sociais.

Altea (2007) ressalta o fato de o movimento ter sua atividade baseada no espaço reprodutivo – ou seja, na cozinha – e, portanto, ligada ao trabalho

doméstico. A autora não considera isso negativo, mas destaca que foi a partir desse espaço cotidiano e tradicionalmente relegado a elas que as mulheres passaram a se organizar e a clamar por reconhecimento como atoras econômicas e políticas.

Segundo uma das entrevistadas, ainda que dentro dos comedores as mulheres cumpram funções tradicionais, o que altera é “sua ocupação no espaço público”. Assim, para algumas delas, a grande mudança trazida pelos CPs, para além da questão alimentar, é a conquista do espaço político e social.

## VASO DE LECHE – OUTRA EXPERIÊNCIA PERUANA

A experiência do Programa Vaso de Leche (“Copo de Leite”, em português) é apresentada com base em um estudo realizado por Miguel Bustamante (2003) e por entrevistas com mulheres participantes do programa e por ele beneficiadas.

### Histórico/contexto

O Programa Vaso de Leche, assim como os Comedores Populares, surgiu como uma possibilidade para enfrentar a crise econômica e a situação de miséria que crescia no Peru. Por meio da distribuição de leite, o programa procurava auxiliar no combate à fome e elevar o nível nutricional daqueles considerados mais vulneráveis – principalmente crianças e mães em condições socioeconômicas desfavoráveis.

A experiência surgiu a partir da iniciativa da gestão municipal de Lima e manteve um caráter informal de 1983 a 1984. Logo no início, devido à essencialidade do programa na vida da população, os Vasos de Leche se multiplicaram por todo o território nacional. Segundo Bustamante, as mulheres o reivindicavam como um direito e pressionavam o poder público para que o programa fosse regularizado e se tornasse permanente. Como resultado dessas mobilizações, foi sancionada em 1985 a Lei nº 24.059, que transformou o Vaso de Leche em um programa de assistência alimentar materno-infantil, estendido a todo o país. Essa lei indicava como público-alvo do programa as crianças com até seis anos de idade e as gestantes e as lactantes.

As mulheres mobilizadas continuaram a fazer reivindicações e, em 1986, a cobertura do programa foi ampliada para as crianças de sete a treze anos de idade, considerados de segunda prioridade, e para os idosos e doentes com

tuberculose, considerados de terceira prioridade do Programa. Além disso, foi incluído um artigo na lei que obrigava o Ministério de Economia e Finanças a transferir recursos a todos os municípios para financiar o programa.

Os objetivos do Vaso de Leche são contribuir para a melhoria do nível nutricional e a qualidade de vida; reduzir a mortalidade infantil; oferecer diariamente uma ração complementar às crianças, mães gestantes e lactantes; estimular o desenvolvimento de formas de organização comunal, em especial da população feminina, que permitam desenvolver ações capazes de elevar o nível de vida e conscientização; buscar alternativas para solucionar o problema alimentar, entre outros. Bustamante aponta que, atualmente, um dos focos principais da luta das participantes do Vaso de Leche é a garantia da segurança alimentar, isto é, “o acesso de todos, o tempo todo, a suficientes alimentos para ter uma vida ativa e saudável” (2003, p. 5).

Esse programa, por intermédio da mobilização das mulheres, constituiu-se em um modelo de defesa de uma melhor qualidade de vida da população peruana. Portanto, trata-se de uma iniciativa que não se apresentou apenas como uma proposta para resolver o problema nutricional da população, e sim como uma resposta política a um problema social.

### O programa

Voltado para a promoção da melhora da qualidade nutricional, o programa distribui aveia ou leite preparado a uma parte da população vulnerável do Peru. Seu público-alvo é composto, principalmente, por crianças e mulheres gestantes e lactantes, mas outros grupos são igualmente atendidos, como idosos e portadores de tuberculose. Bustamante (2003) revela que hoje são atendidas por volta de cinco milhões de pessoas no país.

Embora seja um programa de responsabilidade das administrações municipais peruanas, na base do Vaso de Leche as atividades são realizadas por mulheres das comunidades. Assim, conforme descreve o autor, há duas frentes de organização: a municipal e a comunal, que caminham em paralelo e se conectam por canais informais. Da primeira, fazem parte dois órgãos – o Comitê de Administração e as municipalidades. O Comitê de Administração é responsável, entre outras atividades, por coordenar a seleção de beneficiários; solicitar a compra dos insumos; elaborar o programa de distribuição dos produtos e da entrega ao armazém municipal; elaborar a execução mensal sobre o uso e o destino dos fundos. Já as municipalidades têm a incumbência de organizar e estabelecer os Clubes de Mães ou Comitês de Vaso de Leche; definir o tipo de alimento que será utilizado; armazenar, conservar e distribuir

os produtos segundo o programa de distribuição aprovado pelo Comitê de Administração; supervisionar a execução do programa; fazer a gestão dos recursos ou doações.

Na organização comunal, está o trabalho das mulheres, que fazem a distribuição diária do leite ou aveia à população e coordenam o abastecimento dos produtos junto às municipalidades. Nessa organização de base, as atividades são realizadas por diferentes comitês, cada um deles composto por vinte sócias e até oitenta beneficiados, com direção própria, constituída por coordenadora, vice-coordenadora e secretárias de saúde, atas, economia e fiscal, entre outras.

O trabalho é voluntário, portanto não são dirigidos recursos para nenhum tipo de remuneração. De duas a três mulheres trabalham em turnos, começando logo de manhã com o preparo do leite. Na seqüência, os beneficiados recolhem a sua porção de leite para tomar o café-da-manhã. Alguns comitês, contudo, optam por executar o preparo e entregar o leite no período da tarde. Há ainda outros que não efetuam o preparo, somente distribuem os ingredientes aos beneficiados.

Assim, em seu funcionamento, a administração municipal compra os ingredientes e os repassa a cada comitê, que prepara e distribui a porção de leite. Outros ingredientes complementares são adquiridos pelas próprias participantes. Os recursos do programa provêm do Ministério de Economia e Finanças, que cobre a aquisição do produto, o transporte e o armazenamento. Os demais processos são financiados pelos beneficiados.

### Avanços e desafios

A regulamentação do programa Vaso de Leche, obtida como resultado da luta e da mobilização das mulheres, é apontada pelas entrevistadas como a grande conquista do movimento. Elas acreditam que diversos avanços foram alcançados junto ao poder público devido à atuação dessa organização.

A luta aparece como símbolo da resistência do programa. De acordo com uma das entrevistadas, nenhum governo conseguiu eliminar os recursos destinados ao Vaso de Leche porque as mulheres sempre saem “às ruas com força”.

Um dos obstáculos ainda enfrentados pelo programa, como no caso dos Comedores Populares, é a falta de remuneração, que agrava a situação de dependência econômica das mulheres em relação aos seus parceiros, como discutiremos abaixo. Apesar disso, uma das entrevistadas considera o benefício do trabalho no âmbito social, e que a possibilidade de conseguir enfrentar o problema da fome, que também as atingia, a deixa “feliz”.

## A experiência das mulheres

A organização e a mobilização dessas mulheres peruanas permitiram que muitas se reconhecessem como agentes de transformação e se colocassem na arena política. A partir das atividades desenvolvidas no Vaso de Leche, elas começaram a participar de diversos espaços dentro do programa e fora dele, como nos espaços políticos, em movimentos sociais e outros.

Para Bustamante (2003), as mulheres fizeram da iniciativa contra a fome uma luta para mudar a realidade de miséria vivenciada por parte da população e para trabalhar pela maior participação feminina e da comunidade em modelos de autogestão e co-gestão. A importância do movimento, para uma das entrevistadas, está não só no reconhecimento do trabalho que fazem, como também na transformação das participantes em um símbolo: de mulheres que se organizam, pressionam e lutam.

Tais conquistas se refletem igualmente em maior conscientização de seus direitos, como cidadãs e mulheres. Entretanto, ainda há algumas dificuldades no que diz respeito à conquista de autonomia e de igualdade. É o caso da falta de remuneração, como já mencionado.

Segundo uma das entrevistadas, algumas mulheres, além de participar do Vaso de Leche, realizam um trabalho remunerado, porém geralmente se trata de uma atividade informal. Isso contribui para a manutenção tanto de situações de precarização das mulheres como de uma jornada de trabalho diária elevada.

O que acontece é que as mulheres permanecem no exercício de uma atividade ligada à reprodução da vida e continuam a ser responsabilizadas pelas atividades que histórica e culturalmente foram destinadas a elas – aquelas próprias do espaço doméstico e reprodutivo.

Uma das entrevistadas questiona se o fato de as mulheres se incumbirem do preparo do leite não é uma forma de contribuírem para a manutenção da divisão sexual do trabalho. Sua opção é a de não realizar o preparo do leite, apenas distribuir os ingredientes. Segundo ela, “se falamos de igualdade de gênero, nós vamos continuar cozinhando por toda vida? O governo tinha que preparar. Se somos uma organização e aprendemos a defender nossos direitos, onde está a igualdade se os homens vão trabalhar e as mulheres seguem a cozinhar?”.

A despeito dos questionamentos apresentados, a experiência do Vaso de Leche está sendo bem-sucedida ao atuar em três frentes: no combate à fome e à miséria no Peru; na ocupação, pelas mulheres, de outros espaços fora do lar, e na proposição de uma transformação econômica e social, na qual a participação feminina é fundamental.

## COMEDORES POPULARES – A EXPERIÊNCIA ARGENTINA

Os Comedores Populares argentinos apresentam profundas semelhanças com os peruanos no que se refere ao seu surgimento, estrutura e funcionamento. Porém, há algumas diferenças. Para este estudo, baseamo-nos em pesquisa efetuada por Madalena Nisman (2006) e em entrevista realizada com uma importante estudiosa e conhecedora da experiência.

### Histórico/contexto

A Argentina passou por uma profunda crise econômica. Como decorrência do neoliberalismo, o país viu emergir uma forte desigualdade de renda e a elevação da miséria e da exclusão social, o que levou à eclosão de uma crise no final dos anos 1990 e início de 2000. Diante desse quadro, diversos movimentos populares surgiram, principalmente entre a classe trabalhadora, incluindo as mulheres, que procuravam alternativas para o modelo econômico hegemônico. Um desses movimentos resultou na criação dos Comedores Populares.

A proposta era resolver coletivamente um problema que cada mulher, sozinha, não conseguia enfrentar: garantir a alimentação de seus filhos e filhas. Conta Nisman que, com o passar do tempo, os comedores ampliaram sua atuação e tornaram-se também centros de capacitação, informação e alfabetização. Em tais espaços, deu-se início uma discussão sobre os principais problemas que as afetavam, o que alterou a configuração original dos comedores, os quais deixaram de ser um lugar de produção de alimentos para se transformarem em um espaço de fortalecimento e de conscientização das mulheres.

### O movimento

A atividade básica dos Comedores Populares consiste no preparo de refeições para alimentar os filhos e as filhas das famílias em piores condições socioeconômicas. Em funcionamento nos bairros mais pobres da Argentina, são realizados na casa das próprias mulheres, que cedem um espaço para a produção coletiva das refeições.

Diariamente, elas cozinham, cuidam de suas crianças, limpam e lavam as louças, além de pedir doações de comida aos comerciantes do bairro e administrar o funcionamento dos comedores.

De acordo com uma entrevistada, há comedores em que homens tomam parte das atividades. No entanto, como o espaço da cozinha sempre foi

relegado às mulheres, eles ficam responsáveis por “tarefas tipicamente masculinas”, como a manutenção elétrica. Em geral, os homens participam também das reuniões sociais e das oficinas profissionalizantes. Segundo essa entrevistada, eles não executam as atividades da cozinha nem cuidam das crianças, exceto em casos raros, representados pelos companheiros mais jovens.

A maioria das mulheres que trabalham nos comedores populares recebe do governo 150 pesos argentinos (o equivalente a pouco menos de 50 dólares). Originalmente, os requisitos para se candidatar a essa contribuição consistiam em não receber nenhum outro tipo de ajuda econômica, ter mais de dezoito anos e um filho ou filha menor de idade. Conforme nos foi relatado, a idéia dos planos sociais era que cada uma das mulheres a que se destinasse essa ajuda fizesse parte de um comedor popular, quer trabalhando, quer recebendo capacitação, quer desenvolvendo alguma tarefa.

Após a crise, a revitalização econômica vivida pelo país permitiu que algumas participantes dos Comedores Populares também executassem trabalhos remunerados, inclusive devido à necessidade de complementar a renda familiar. Contudo, muitos desses trabalhos são representados por atividades “tipicamente femininas”, ou seja, vinculadas à esfera doméstica, como limpeza de casas e cuidado de crianças ou idosos. Assim, muitas participantes acumulam as atividades levadas a cabo nos Comedores Populares e as desenvolvidas no mercado de trabalho.

A organização e a configuração dos Comedores Populares não são homogêneas. Há experiências vinculadas aos partidos tradicionais do país e outras ligadas a organizações sociais. A diferença entre eles reside no fato de que aqueles associados às organizações sociais se tornaram centros de debate e de construção coletiva e não unicamente lugar de obtenção de recursos, como é o caso dos comedores associados aos partidos tradicionais.

Assim, em alguns casos, a experiência mantém relação direta com o Estado, em nível nacional, provincial ou municipal. Os que não recebem ajuda do governo surgiram, principalmente, após a crise econômica em 2001. Havia então urgência em implementar os comedores, e os trâmites burocráticos se constituíram em obstáculo; aliado a isso, pode-se falar em falta de vontade política, já que alguns Comedores Populares seriam implantados na casa de mulheres não vinculadas politicamente à gestão política do momento (o que ocorreu com muitas experiências ligadas às organizações sociais). Nos casos em que não se recebia verba do governo, os alimentos eram obtidos por meio de solicitação aos comerciantes do bairro e de mobilizações perante instâncias

governamentais. Portanto, o abastecimento não era feito de forma sistemática e permanente, como ocorria naqueles associados ao Estado. De acordo com a entrevistada, essa situação se alterou quando os governos se mostraram interessados em fazer das experiências dos Comedores Populares parte de seu programa político de assistência social.

### Avanços e desafios

Os Comedores Populares foram experiências valiosas para a garantia da sobrevivência de parte da população argentina, em meio a uma profunda crise econômica que acarretou miséria social. Porém, conforme relatado por uma entrevistada, o processo de sua construção e existência não foi linear, simples e sem percalços; pelo contrário, foi repleto de obstáculos e desafios. A falta de recursos e de remuneração do trabalho executado pelas mulheres em muitos comedores exemplifica as dificuldades encontradas por elas. Não obstante, muitos foram os avanços já conquistados, em especial no que se refere à organização coletiva das experiências. Porém, o reconhecimento social ainda parece ser muito pequeno, e isso se vincula à invisibilidade que se confere a tarefas e atividades ligadas à sustentabilidade e à reprodução da vida.

### A experiência das mulheres

O impacto das experiências relatadas sobre a vida das mulheres é sentido não só pela contribuição à alimentação de suas famílias, como igualmente pela ocupação de outros espaços e a assunção de responsabilidades distintas daquelas restritas ao lar.

Muitas mulheres que trabalham nos comedores populares tinham a casa como o principal lugar de desenvolvimento de suas atividades, domésticas e de cuidado da família. Com a participação nos comedores, elas ganharam um espaço importante no que diz respeito a novos usos de seu tempo e de sua vida. De acordo com a entrevistada, “o espaço comunitário se volta como um espaço central da vida das mulheres; começa como um espaço só de trabalho comunitário, de preparar a comida, de servi-la e limpar os utensílios, e passa a ser o espaço de socialização, de coletividade, de busca de soluções, já não só para as crianças do bairro, como também para a vida das mulheres que trabalham ali e para as vizinhas”.

O cumprimento das atividades próprias dos comedores levou as mulheres a ocupar o espaço público, a resolver coletivamente problemas cuja solução não poderiam encontrar sozinhas e a discutir temas específicos relacionados a elas. Isso, porém, acarretou uma série de conflitos com seus parceiros, que

questionaram as novas práticas. Segundo a entrevistada, “quando abordamos o tema da violência contra as mulheres, quando as companheiras puderam começar a pôr um limite, com novas estratégias surgidas no espaço comunitário, quando pudemos abordar o tema da saúde, já não só para os filhos e filhas, mas para elas mesmas, quando puderam pensar quando e quantos filhos queriam ter, aí voltou a complicar porque, para os homens, isso significava que elas estavam sendo infiéis, porque eles não entendiam a utilização dos métodos contraceptivos.”

Apesar das dificuldades ainda encontradas, a experiência dos Comedores Populares contribui para que se altere a visão sobre as práticas das mulheres. Assim, elas próprias passam a lançar um olhar diferenciado sobre o trabalho doméstico e sobre elas mesmas. E os homens que participam da organização da experiência também apreendem uma nova visão sobre as atividades realizadas.

Essa mudança pode ser comprovada pelo fato de as mulheres passarem a reconhecer as tarefas reprodutivas realizadas nos comedores populares como um trabalho e, em razão disso, reivindicarem não só mais financiamento, inclusive para remuneração, como reconhecimento social. Portanto, elas mesmas evidenciam a extrema importância que o trabalho de reprodução da vida, antes ocultado e ignorado, tem para a sociedade.

## REFEITÓRIO COLETIVO DO MST – UMA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

A apresentação e a análise da experiência brasileira têm como base dados disponibilizados por Iracema Moura e Pedro Ramos (2006) e por entrevistas realizadas com as mulheres que trabalham nesta atividade e com demais moradores do assentamento, que são por ela beneficiados.

### Histórico/contexto

A experiência de socialização do trabalho doméstico analisada no Brasil foi o refeitório coletivo existente dentro do assentamento Santa Maria do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST), localizado no município de Paranacity, na região noroeste do estado do Paraná.

Os primeiros ocupantes dessas terras chegaram em 19 de janeiro de 1993. Desde o início da ocupação, havia o projeto, por parte do MST e acordado com aquelas famílias, de desenvolver um trabalho coletivo no local. Com a finalidade de consolidar o trabalho coletivo em curso, em 10 de julho daquele

ano foi fundada a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda. (Copavi). Nesse momento elaboraram-se o estatuto e o regimento interno da cooperativa, e foram criados os setores de produção, comercialização e administração.

Hoje, o assentamento é composto por 24 famílias, além de outras em fase de adaptação. A maioria dos moradores trabalha nas atividades diárias da Copavi, com a remuneração efetuada de acordo com as horas trabalhadas. Segundo Moura e Ramos, “o valor da hora trabalhada evoluiu de R\$ 0,24 para R\$1,09 no período entre 1994 e 2004” (2006, p. 13).

Atualmente, a Copavi trabalha com pecuária, cultivo da cana e seus derivados, padaria e horta. A prioridade da produção é voltada ao autoconsumo, mas há produtos que são comercializados e até exportados, como é o caso da cachaça. Vale ressaltar que as estruturas do assentamento são patrimônio da Copavi, ou seja, são coletivas.

A organização da cooperativa está dividida nos âmbitos político e administrativo. A instância máxima de decisão é a assembléia, que ocorre mensalmente, durante a qual são discutidos todos os assuntos referentes ao assentamento. Abaixo dela, estão o Conselho Fiscal e o Deliberativo. Ligados a este último existem os núcleos de família e a organização executiva. Os primeiros são formados conforme a proximidade das moradias. Nos núcleos ocorrem as discussões a respeito dos assuntos do assentamento; elas geram decisões e encaminhamentos que são posteriormente levados à assembléia para decisão final.

As fontes dos investimentos variam, mas provêm principalmente do Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária (Procerá), de doações recebidas (da Igreja e de ONGs), do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Paraná Doze Meses, que busca melhorar as condições sociais de pequenos agricultores.

Nesse projeto, toda a estrutura, a cooperativa e as decisões têm caráter coletivo. Da mesma forma, as refeições também acontecem em um refeitório coletivo, que atende a todos os moradores e moradoras do assentamento.

### O refeitório coletivo

A experiência do refeitório surgiu em maio de 1994. Um dos assentados explicou que, no início da ocupação, a grande demanda de trabalho produtivo exigia a liberação de força de trabalho e a otimização do tempo de serviço. Deste modo, o refeitório foi criado para satisfazer a necessidade de liberar as mulheres para as atividades produtivas, bem como o restante

da mão-de-obra, que poderia fazer suas refeições próximo ao local de trabalho.

No refeitório, que funciona de segunda a sexta, são preparadas duas refeições diárias, o café-da-manhã e o almoço. Aos finais de semana as refeições são feitas e consumidas pelas próprias famílias em suas casas.

Atualmente o preparo das refeições cabe a duas mulheres que moram no assentamento. Em alguns dias, o café-da-manhã é feito por outra moradora, que as auxilia. Diariamente, elas colhem os produtos da horta que serão utilizados. O refeitório se assemelha a um restaurante *self-service*: toda a comida é colocada em recipientes e cada morador se serve; o prato é então pesado e a quantidade consumida por cada um é anotada em uma planilha. Ao final do mês, o valor correspondente é debitado da remuneração de cada cooperado. Verduras e sobremesas podem ser consumidas à vontade, não entram na dedução. De acordo com Moura e Ramos, os valores descontados representam em torno de 10% do valor das sobras mensais das famílias. Terminada a refeição, cada um é responsável por lavar seus utensílios.

Historicamente, as atividades do refeitório sempre foram realizadas por mulheres. Os poucos homens que delas participaram trabalharam no preparo do café-da-manhã, mas não no almoço. Para alguns entrevistados, isso se deve ao fato de haver uma preocupação de que cada um desempenhe uma atividade que condiga com suas capacidades e habilidades. Assim, sempre há mulheres – como o caso daquelas com mais idade – para as quais esse tipo de trabalho é mais indicado. Portanto, o refeitório coletivo, cujas atividades se assemelham àquelas executadas no lar, mantém-se como um espaço de trabalho feminino.

### Avanços e desafios

Desde o início, o refeitório coletivo tinha a função de liberar mão-de-obra para o trabalho produtivo, uma vez que, com ele, todos passariam a ter mais tempo para se dedicar às suas atividades. É extremamente importante permitir que as mulheres se dediquem em tempo integral ao trabalho na cooperativa. Para os entrevistados, isso facilita a organização do trabalho porque as mulheres não precisam mais se preocupar com o preparo do almoço, garantida que está a sua alimentação, bem como a de seus filhos e familiares.

O refeitório coletivo traz benefícios também no que se refere à redução do custo de vida de cada família. Uma das entrevistadas afirmou que quando se cozinha em grandes quantidades, coletivamente, o custo é muito menor, o que contribui para diminuir os gastos. Além disso, a existência do refeitório

garante segurança às famílias e iguala a alimentação entre as pessoas, ou seja, todos têm acesso a refeições com a mesma qualidade nutricional.

O refeitório apresenta ainda outra característica fundamental: o fato de funcionar como espaço de socialização, como local de convivência entre as famílias, possibilitando a troca de informações e de discussões.

Um problema apontado por alguns entrevistados diz respeito ao tipo de alimento servido. Apesar de a maioria dos assentados realizar suas refeições no refeitório, algumas famílias não o utilizam por considerarem a comida inadequada, pelo excesso de gordura, por exemplo. Segundo um assentado, isso decorre da carência de uma pessoa especializada na área da nutrição e da demanda, no caso de atividades como o trabalho na lavoura de cana, de uma alimentação diferente daquela indicada para outros grupos, como o dos idosos.

A dificuldade em lidar com o refeitório e com a experiência coletiva do assentamento é lembrada sobretudo pelas famílias mais novas, que estariam acostumadas com o preparo de suas refeições na própria casa, por isso levam mais tempo para se adaptar.

### A experiência das mulheres

A relação das mulheres com o refeitório, quer como participantes, quer como beneficiadas, está vinculada e se confunde com as experiências vivenciadas no assentamento. O caráter coletivo dos trabalhos e das instâncias de decisão afeta as práticas realizadas por elas.

A existência do refeitório coletivo contribui fortemente para a execução de um trabalho voltado à produção, que permite às cooperadas obter sua remuneração. Colabora-se assim para que as mulheres alcancem a autonomia financeira, aspecto que diferencia a experiência do MST das apresentadas anteriormente.

Vale lembrar, no entanto, que o preparo do jantar e as demais atividades domésticas são incumbência de cada família, e as mulheres acabam por se responsabilizar por tais tarefas. As entrevistas permitiram concluir que há sobrecarga de trabalho doméstico para as mulheres, principalmente durante os finais de semana. Uma das entrevistadas menciona o acúmulo do trabalho produtivo e daquele próprio do âmbito doméstico.

Apesar da manutenção das responsabilidades domésticas, uma entrevistada apontou melhoras em relação à divisão do trabalho entre homens e mulheres, notadamente entre os jovens que vêm sendo criados dentro dessa perspectiva. Nas palavras dela, “as mudanças vêm com os nossos filhos”.

Outra entrevistada também acredita nisso e lembra que, no refeitório, cada um é responsável por lavar seus utensílios, o que leva tanto homens como mulheres a assumir essa obrigação. Para ela, “isto já vai dando uma percepção de que tem que ter uma melhor divisão, então, ainda que pouquinho, isso já vai tendo um impacto. Se isso vai se tornando comum no dia-a-dia, vai mudando o costume em casa”.

A necessidade de mudança é expressa igualmente durante a reunião de mulheres, realizada em geral uma vez por mês, e que funciona como um momento de informação, formação política, socialização e diversão. No assentamento, de acordo com as entrevistadas, as mulheres estão participando mais ativamente das esferas decisórias e políticas. Para algumas entrevistadas, esse é um dos avanços mais importantes – isto é, a percepção de que elas estão se tornando atoras políticas, com autonomia e igualdade entre os sexos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os países latino-americanos enfrentaram numerosas crises econômicas nas últimas décadas, resultantes das políticas de caráter neoliberal que contribuem para a concentração de riqueza na mão das nações mais desenvolvidas e agravam as condições de miséria e de exclusão social dos países mais pobres. Estes últimos assistiram ao nascimento de vários movimentos populares, inclusive de mulheres, na tentativa de combater a pobreza e enfrentar os problemas ligados à sobrevivência, como a fome.

As experiências aqui relatadas são exemplos de tais movimentos (ou estão inseridas em movimentos mais amplos). Assim, em face da urgência em responder às necessidades vitais, esses grupos se organizaram e propuseram uma alternativa ao modelo socioeconômico vigente.

Nesse percurso, as mulheres tornaram-se protagonistas de diversos movimentos. Em alguns momentos de crise econômica, elas iniciaram um processo de coletivização das tarefas domésticas e de cuidado da família antes executadas individualmente, como forma de resolver problemas que as afetavam. Assim, foi através de suas vivências e dos conhecimentos adquiridos no cotidiano que muitas se colocaram como atoras políticas e sociais.

Nas experiências aqui analisadas, o espaço reprodutivo constituiu-se como o lugar a partir do qual elas ocuparam outras esferas fora do lar, como a pública e a política.

Embora mostrem que ainda permanece forte a associação das atividades

## TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS

domésticas e familiares como responsabilidades femininas, as experiências também indicam um processo de conscientização dos direitos das mulheres e de luta por maior igualdade. Muitas mulheres apostam que tais mudanças podem vir, principalmente, através das gerações mais novas, que são criadas por elas em meio à nova conscientização.

A manutenção da responsabilidade feminina pelas tarefas domésticas e familiares e seu acúmulo com outras atividades, como as que integram cada experiência e/ou com uma atividade remunerada, apontam os inúmeros obstáculos que ainda há por enfrentar para a conquista de autonomia e igualdade. Entretanto, o fato de serem protagonistas nos espaços de reivindicação e de contestação sinaliza que é possível que as práticas sociais tradicionalmente realizadas por cada sexo se alterem, com o rompimento da vinculação das mulheres com o espaço privado, reprodutivo e não reconhecido socialmente e dos homens com o espaço público, produtivo e mais valorizado. Assim, essa alteração passa tanto pela divisão igualitária, entre os sexos, das tarefas próprias do espaço privado como pela execução, por parte do Estado, de algumas dessas tarefas; e ainda, por uma igualdade maior dentro do espaço econômico.

Portanto, as experiências que aqui detalhamos trazem profundas contribuições para a reflexão sobre a necessidade de mudar o modelo hegemônico que domina a vida dos povos em nossa sociedade. E essa mudança implica uma vida menos regida pela lógica do mercado e mais centralizada na sustentabilidade da vida humana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBARRACÍN, Jesus. O trabalho doméstico e a lei do valor. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. *O trabalho das mulheres: tendências contraditórias*. São Paulo: SOF, 1999.
- ALTEA, Sandra González. *Las mujeres organizadas en Comedores Populares y su defensa de la Soberanía Alimentar*. Trabalho de conclusão do curso “Economia Feminista: uma visão anti-sistêmica”. Rente, 2007.
- BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940*. São Paulo: Edusp, 1999.
- BRUSCHINI, Maria Cristina. A. *Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- \_\_\_\_\_. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, vol. 23, nº 2, pp. 331-353, 2006.
- BUSTAMANTE, Miguel A. Suárez. *Caracterización del Vaso de Leche*. Dirección general de asuntos econômicos y sociais do Ministério de Economia e Finanças (Relatório final), 2003.
- CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Orgs.). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: SOF, 2003.
- \_\_\_\_\_. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In: VARA, Maria de Jesus (coord.). *Estudios sobre gênero y economía*. Madri: Akal, 2006.
- DEDECCA, Claudio Salvadori. Tempo, trabalho e gênero. In: COSTA, Ana A.; OLIVEIRA, Eleonora M. de; LIMA, Maria E. B de.; SOARES, Vera (Orgs). *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo: CUT, Brasil, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Regimes de trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres*. In: Seminário Internacional Mercado de Trabalho e Gênero: comparações Brasil França, São Paulo e Rio de Janeiro, 2007.
- FARIA, Nalu; MORENO, Renata. *Feminismo e integração da América Latina e Caribe*. Sempreviva Organização Feminista, 2007.
- FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico, serviços domésticos. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. *O trabalho das mulheres: tendências contraditórias*. São Paulo: SOF, 1999.
- GARCIA, Jorge Manuel. *Mulheres de Lima: o milagre da solidariedade*. Adital – Notícias da América Latina e Caribe. Disponível em:

- <http://www.adital.org.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=3098> Acesso: 14 nov. 2007.
- GEORGES, Isabel; GUIMARÃES, Nády Araújo. Entradas e saídas: diversidades de gênero nas experiências do trabalho e do desemprego entre chefias nos serviços. In: XXIX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), Caxambu (MG), 2005. XXIX Encontro Anual da Anpocs. São Paulo, 2005.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005*. Disponível em:  
[http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=954&id\\_pagina=1](http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=954&id_pagina=1). Acesso: 6 nov. 2007.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. *Division sexuelle du travail professionnel et domestique: evolution de la problématique et paradigmes de la "conciliation"*. In: Seminário Internacional Mercado de Trabalho e Gênero: comparações Brasil França, São Paulo e Rio de Janeiro, 2007.
- LORA, Carmen. *Creciendo em dignidad: movimiento de comedores autogestionarios*. Lima: Instituto Bartolome de Las Casas-Rimac e Centro de Estudios y Publicaciones (CEP), 1996.
- MADEIRA, Felícia; BRUSCHINI, Maria Cristina. A família, a estrutura social e as formas de participação na produção social. *Cadernos CERU*. São Paulo: USP, vol. 1, n° 18, pp. 147-186, 1983.
- MARX, Karl. *O capital – Crítica da economia política*. Vol. I, t. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MOURA, Iracema Ferreira de; RAMOS, Pedro. *Assentamentos rurais: agregação de valor e comercialização: o caso do assentamento Santa Maria (Paranacity/PR)*. In: VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Quito/Equador, 2006. Alasru, 2006.
- NISMAN, Malena. *Luchas y perspectivas de las mujeres para una integración con igualdad: protagonismo de las mujeres en la búsqueda de alternativas*. In: Seminário “Por uma integração geradora de igualdade: alternativas a partir da luta das mulheres”, Cochabamba/Bolívia, 2006.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCOTT, Joan. A mulher trabalhadora. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *A história das mulheres: o século XIX* (vol.4). Porto/São Paulo: Edições Afrontamento/Ebradil, 1994.

# REFLEXÃO COLETIVA SOBRE QUATRO EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA SOCIALIZAÇÃO DO TRABALHO DE ALIMENTAÇÃO<sup>1</sup>

Maria Lucia da Silveira

As iniciativas de mulheres pesquisadas pela Sempre Viva Organização Feminista (SOF) resultaram do trabalho coletivamente compartilhado por elas para resolver a questão da alimentação de suas famílias. Foram analisados os Comedores Populares e o Vaso de Leche [Copo de Leite] no Peru, os Comedores Populares na Argentina e o refeitório coletivo de um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil.

O debate partiu do reconhecimento da organização coletiva das experiências que favorecem a socialização do trabalho do cuidado ou de reprodução da vida, nos quais solidariedades coletivas são geradas. Na organização do trabalho para a alimentação, fundamental para a sustentabilidade da vida, serviram de ponto de partida tanto a necessidade social gerada para a sobrevivência de famílias em condição de pobreza como, no caso do restaurante coletivo, a necessidade de liberação de tempo para o trabalho cooperado no campo.

---

<sup>1</sup> Este artigo sintetiza o debate realizado na oficina “Socialização do trabalho doméstico e de cuidados: uma análise de experiências do Brasil, do Peru e da Argentina”, realizado pela SOF, em novembro de 2007. Ver, neste livro, o artigo de Tais Viudes de Freitas, em que são apresentadas as experiências debatidas na oficina.

A exposição sobre o debate inicial feito na SOF após a leitura do texto produzido refletiu sobre a pesquisa resultante das entrevistas realizadas com mulheres das quatro experiências. Sua contextualização se deu com o propósito de pensar elementos para construir alternativas com base nas experiências existentes para a socialização do trabalho doméstico e de cuidado.

Ressaltou-se que as mulheres entrevistadas evidenciam os passos dados na construção de sua autonomia, porque mesmo as que não contam com outra fonte de renda sabem que seu trabalho nos refeitórios é claramente uma contribuição econômica delas mesmas para a reprodução da família e do coletivo.

Outro aspecto ressaltado nas entrevistas como um ganho foi o fortalecimento das mulheres nas negociações de conflitos dentro de casa.

Também em jogo está a relação com o Estado e os recursos que ele torna disponíveis. Há um debate a respeito das políticas que os Estados estão propondo: no Peru, as mulheres organizadas querem manter a distribuição de leite e ampliá-la. Nos Comedores Populares, querem garantir o que está na lei. É importante discutir a demanda para o Estado do ponto de vista das mulheres no sentido da socialização do trabalho nessa área para pensarmos novas demandas concretas.

O que fica evidente é que as mulheres estão tornando visível o trabalho doméstico e reprodutivo a partir de um trabalho coletivo, porém, para o conjunto da sociedade, ainda se trata de uma visibilidade limitada, restrita aos setores envolvidos com a experiência e seu entorno.

Igualmente importante é a discussão acerca da remuneração do trabalho, já que há diferenças: na Argentina, as mulheres envolvidas no preparo da comida recebem 150 pesos. No Peru, o trabalho é voluntário.

Várias indagações foram levantadas no debate, como se vê abaixo:

Em alguns desses lugares a remuneração do trabalho supõe o reconhecimento social do trabalho das mulheres?

O que significa ter remuneração na experiência coletiva no trabalho de reprodução?

Quais as implicações de esse tipo de trabalho tornar-se remunerado? Quais os impactos no tocante à organização do trabalho ou sua especialização em determinadas tarefas? Quem vai remunerar e como?

No caso do assentamento do MST, a remuneração é igual, pois o trabalho é cooperativado. Quanto ao reconhecimento do trabalho coletivo necessário para a reprodução, o impacto já pode ser identificado nos espaços públicos e políticos dele decorrente.

Nessa experiência constatou-se que a autonomia das mulheres no interior das casas aumentou, com impactos em outras áreas que entram em negociação com os homens, especialmente maridos. Cozinhar, no entanto, continua a ser tarefa das mulheres.

Do ponto de vista do trabalho doméstico, por onde se constrói autonomia?

O tema do trabalho doméstico não está resolvido: as mulheres acumulam mais tarefas.

Embora esteja claro que não era esse o objetivo das experiências, que surgiram para dar resposta concreta à sobrevivência em meio à crise ou indicar diferentes estratégias para o trabalho coletivo no assentamento, elas acabam por introduzir no espaço público o tema relativo ao trabalho coletivo de reprodução. Eis alguns tópicos para reflexão: que tipo de trabalho de cuidado permite uma solução coletiva? Quais aspectos poderiam ser assumidos pelo Estado e quais devem ser debatidos entre os parceiros?

O que se pretende como resultado dos processos desencadeados pela discussão política: o Estado vai dar conta de tudo? O conflito com os homens será contornado ou enfrentado?

Os ganhos evidentes são a construção de laços de solidariedade entre as mulheres e a abertura de um novo horizonte de debates e lutas coletivas a partir do problema da alimentação, por meio da introdução de novos temas ou da conexão, a partir das experiências concretas, a um debate mais amplo – por exemplo, da soberania alimentar. Grupos de mulheres incorporam em sua agenda essa demanda, tais como a Marcha Mundial das Mulheres, a Rede Latino-Americana Mulheres Transformando a Economia (Remte), a Federação dos Comedores do Peru, entre outros. Está na agenda da Marcha, por exemplo, uma discussão sobre como conectar as práticas de soberania alimentar com as práticas dos comedores. Faz parte das lutas dessas organizações articular a mobilização e os protestos com propostas em torno da soberania alimentar.

Outro elemento relevante observado na pesquisa das experiências coletivas das mulheres com a alimentação consiste em sua persistência no tempo, o que permite ao movimento potencializar as iniciativas com vistas a problematizar a sustentabilidade da vida. Apesar de ter partido da experiência concreta das mulheres, deve permanecer como sua tarefa central? Ainda, deve ser pautada pelas mulheres, mas dirigida ao conjunto da sociedade, ou aos homens, em particular? E no que diz respeito ao Estado?

## DEBATENDO A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO

No início do debate mencionou-se que as experiências, embora positivas no que se refere a trazer as mulheres para o espaço e a discussão públicas e para a ação política, de modo a possibilitar que descobrissem sua força e seu potencial, não alteraram a dicotomia público-privado que assegura a divisão sexual do trabalho. Isso se deve ao fato de os homens pouco se envolverem na tarefa coletiva da alimentação, em alguma fase relevante do processo de preparo da alimentação, tampouco nas tarefas domésticas, quer na cozinha, quer no cuidado das crianças ou outras.

São as mulheres que preparam a alimentação no espaço coletivo, mantendo a incumbência de preparar a comida em casa e de executar outras tarefas domésticas que no cotidiano permanecem sob sua responsabilidade.

Na oficina realizada pela SOF, a participante do movimento de mulheres da Argentina ressaltou o valor do trabalho de organização social, seu trabalho nas comunidades. Ela citou que, durante o Encontro Nacional de Mulheres, os homens se dispuseram a cuidar das crianças. Nos espaços gerais de organização há uma divisão pontual que favorece a participação das mulheres. Isso começa a ser verificado, mas sem ainda que a prática seja alterada no cotidiano. Outro exemplo citado por ela foi que, em 2005, quando se criou o Centro de Desenvolvimento Infantil (CDI), vários homens cuidaram das crianças enquanto as mulheres participavam de uma marcha, ou do comedor.

Algo semelhante se dá nas experiências de Encontros do MST, em que há uma divisão do trabalho com os homens, na cozinha, no cuidado das crianças (ciranda) etc. No caso do MST, trata-se de uma decisão coletiva, a despeito de a divisão do trabalho doméstico não ter se alterado no dia-a-dia das famílias nos assentamentos.

Na experiência na Argentina – ainda que não só lá –, há desconfiança por parte das mulheres em deixar os filhos aos cuidados de outra pessoa (tarefa de socialização). Além disso, é difícil alterar a carga de trabalho das mulheres no espaço privado, já “que se trata de um espaço de poder para as mulheres”. Diante disso, é necessário que as mulheres revejam por que isso acontece.

Enfatizou-se que, para alterar as percepções tradicionais de atribuição do lugar de mulheres e homens, é essencial a participação no espaço coletivo, capaz de modificar a experiência das mulheres.

As experiências são diferentes, assim como as lógicas, as quais, contudo, apontam para a importância da dimensão do âmbito político.

O questionamento pode sair do espaço local e estender-se para o espaço público político, e o movimento de mulheres pode potencializar tais iniciativas e pautar esse debate.

Foi dito que, “como modo de organização da vida social, capitalismo e patriarcado andam juntos”. Considera-se um avanço questionar ou desnaturalizar as tarefas domésticas. Mas por que, no debate com as mulheres, ainda não se entra na natureza da divisão sexual do trabalho?

Outro ponto que avança nessa lacuna é a percepção de que nos locais onde há restaurantes populares se alivia a carga do trabalho doméstico e se libera o tempo das mulheres.

Citou-se a experiência da cidade de Lins, onde, em pesquisa feita anos atrás, professoras disseram “cozinhar por amor”. Mais de 50% afirmaram ter uma divisão igualitária em casa, entretanto não se tratava de uma visão verdadeira, o que se verificou quando foram relatadas as tarefas realizadas pelos maridos. Aí ficou evidente a naturalização e isso pouco se alterou quando a pesquisa foi repetida anos mais tarde.

A questão que importa debater diz respeito à possibilidade de haver um desdobramento das experiências que altere ou sinalize uma modificação da divisão sexual do trabalho. Esse debate acontece sem que as mulheres o pautem, uma vez que elas é que estão próximas das tarefas de reprodução da vida?

Vale mencionar que a forma de organização do trabalho nas experiências surgiu como resultado da pressão pela necessidade de enfrentar a pobreza. Há uma diferença no caso do MST, pois, para crescer, era preciso liberar as mulheres para a produção. Houve na prática uma avaliação de que esse aspecto era mais importante. Boa parte da saída das mulheres para fora das relações familiares é assim justificada. Tais necessidades têm de ser aproveitadas para fortalecer a idéia da reprodução do cotidiano e para comprovar que ela deve se transformar em política social.

As experiências e o espaço da organização do debate têm que nos levar a pensar em como transformar as primeiras em política pública, isto é, em como o Estado poderia assumir seu papel na criação ou na ampliação dessas experiências de reprodução. Por outro lado, deve nos levar também a repensar as relações entre homens e mulheres no espaço privado.

Foi citado o exemplo da Coordenadoria da Mulher em São Paulo, que promoveu uma discussão com a Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab), responsável pelos conjuntos habitacionais, sobre a implantação de lavanderias coletivas. Alegou-se, porém, que muitas mulheres rejeitavam a idéia por considerar que dá mais trabalho lavar a roupa fora de casa.

O que tem que estar presente na nossa lógica é, acima de tudo, a reorganização do trabalho doméstico.

Há uma expectativa criada pela condição objetiva, mas é necessário pensar a condição subjetiva. Em geral os parceiros ou os filhos acham “que a comida feita em casa é melhor” desde que o cumprimento dessa tarefa não caiba a eles. Também é comum se ouvir “que o desenvolvimento psicológico da criança é responsabilidade só da mãe”. Enquanto não se criar uma visão diferente, as vantagens que os homens desfrutam irão permanecer. Desnaturalizar as tarefas consideradas das mulheres e assumir a reprodução da vida como obrigação de toda a sociedade faz parte de um novo modelo de divisão do trabalho, de uma nova lógica para organizar a vida humana em torno de um trabalho que não seja exploratório.

Na experiência do Peru e da Argentina, emerge uma dúvida vinculada à construção do movimento e da mobilização em torno da alimentação: por que estão no nível do trabalho voluntário? Isso não se contrapõe ao trabalho profissional? Dilemas foram levantados no debate coletivo, entre eles o de que alterações nas formas de organização do trabalho poderiam descaracterizar a natureza do movimento, ou seja, quanto mais se reivindicar a profissionalização do trabalho nos comedores mais se correrá o risco de descaracterizá-los. Esse tipo de trabalho poderia ser visto como provimento de serviço e não ser remunerado? É uma contradição: não seria melhor que esse serviço fosse provido pelo Estado?

A participante do movimento no Peru lembrou que o trabalho voluntário oferece um aporte econômico – ainda que na cozinha, um espaço doméstico – e também de conhecimento. Há outras expressões do trabalho voluntário das mulheres. Segundo Janine Anderson, um setor de mulheres poderia ter algumas de suas tarefas profissionalizadas; ter emprego no Estado; ter a participação dos homens seria desejável. Mas seria aconselhável defender áreas de emprego para mulheres em um contexto de emprego escasso.

Em outra ocasião, como a do curso virtual de economia feminista realizado pela Remte, foram identificadas áreas de políticas relativas à reprodução que não são alcançadas pelo salário. O Estado, por meio de políticas sociais, cobre algumas áreas, como o Programa de Cuidado Infantil. As participantes, contudo, posicionaram-se de acordo com a necessidade de alterar a divisão sexual do trabalho.

No entanto, a participante do Peru não concorda com a eliminação dos comedores, isto é, com sua terceirização para administradores, como querem os

conservadores no país. Ela considera positivo o caminho de politizar o trabalho voluntário das mulheres e cita o exemplo das promotoras de saúde peruanas, que dispõem de recursos para custear suas campanhas e para pagar algumas passagens. Ainda, acha igualmente positivo que, como movimento, trabalhem a soberania alimentar. Porém, para algumas mulheres presentes na oficina, um processo de profissionalização não contradiz necessariamente a proposta original dos comedores como solução coletiva para alimentação das famílias.

Com base no histórico de assessoria aos movimentos feito pela SOF, na linha de atuação da organização, que é a de observar a experiência concreta dos movimentos, e levando em conta o fato de que as experiências relatadas partiram de necessidades objetivas, consideramos positivo um processo de profissionalização: as mulheres poderiam se tornar servidoras públicas. Deu-se como exemplo a luta por creches, em São Paulo. A reivindicação era de que as mulheres participantes passassem a trabalhar na creche, mas depois disso muitas deixaram os movimentos de creche. Elas não abandonaram a luta, apenas se organizaram para conquistar outras demandas. O importante é que o lugar social muda.

Esse tipo de experiência sustenta o movimento. Não é à toa que os movimentos que persistem na cidade, como o movimento por moradia, e no campo, pela terra, estão ligados à sobrevivência. Outros movimentos apresentam potencial para trabalhar a dimensão da sustentabilidade da vida para além do mercado: é o caso da economia solidária, cuja construção também é uma ação cotidiana.

## ANALISANDO A PRODUÇÃO DO VIVER COMO QUESTÃO POLÍTICA

Os movimentos estudados partem quase sempre de uma necessidade objetiva, e não de uma decisão política de dividir o trabalho doméstico.

Há tempos os movimentos populares incluem em suas plataformas a construção de restaurantes e lavanderias coletivas, porém é baixo o nível de concretização ou implementação.

Trata-se de problematizar a coletivização das tarefas, a ponto de transformá-las numa questão política: e aí entra um tema central, o de que a economia deve servir à reprodução da vida. Seria preciso repensar a organização do trabalho pago e a parte do trabalho não pago que deveria ser assimilada mediante sua coletivização.

Um estudo espanhol (estudo de Barcelona) mostrou o volume de trabalho voluntário realizado por homens e mulheres. É preciso repensar a

organização do trabalho pago e uma parte do trabalho não pago que deveria ser assimilado mediante sua coletivização.

É necessário forçar o olhar para o aspecto da reprodução, de modo a pensar no modelo propriamente. Pensar essa questão na América Latina significa estudar, debater e interferir mais, a fim de pesquisar o uso do tempo.

Entre os assuntos que devem ser levados para o debate público se incluem a definição de trabalho voluntário e a identificação da parcela desse trabalho que sustenta a sobrevivência coletiva. É necessário debater o conjunto das tarefas da produção do viver e transformá-las em questão política.

Na América Latina há uma questão social que diz respeito ao emprego doméstico: quem cuida dos filhos e das tarefas da empregada doméstica?

Tal debate também deve ser inserido nas propostas contra a mercantilização. Devemos nos posicionar contrariamente à remuneração da dona de casa, pois essa perspectiva, se institucionalizada, na América Latina é perigosa para a autonomia das mulheres. A França já está fazendo isso.

Para os governos, é mais barato manter a dona de casa – o programa Bolsa Família é quase o início disso. É mais fácil do que gerar um emprego e uma vaga para a creche.

Com relação aos Comedores Populares, quando se promove a especialização, o trabalho passa a ser considerado de homem ou de técnico. Será que há a necessidade de uma nutricionista? O debate da soberania alimentar já traz esse saber a ser socializado, não precisa ser confinado ao saber especializado.

Nesse debate sobre a especialização, o ponto vital se refere à desvalorização social dos saberes não institucionalizados: o aprendizado das mulheres no espaço privado é visto como aptidão individual, e não como saber coletivo acumulado por elas.

Uma das participantes da oficina retomou o tema da divisão sexual do trabalho. Ela relatou que, como parte da investigação para seu trabalho de pesquisa, escolheu observar os setores da cozinha e cuidados das crianças em um evento público de um movimento social de atuação no campo. Segundo ela, nas cozinhas coletivas, realizar tarefas compartilhadas elevava o status das pessoas e era uma função pública, por isso os homens exibiam seus aventais. Entretanto, quando indagados, eles revelavam que nos assentamentos tal divisão não ocorria. O que acontece nos espaços públicos do movimento não é imediatamente reproduzido no espaço privado.

Os exemplos citados e os casos relatados evidenciam a necessidade de criar estratégias políticas que pautem o debate acerca da reprodução.

## DAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA À CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA

Uma das participantes da oficina lembrou-se do programa Fome Zero de Porto Alegre, que iniciou uma experiência de cozinha comunitária: o governo entregava alimento (por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento, Conab), e as famílias, organizadas em sistema de escala, o distribuíam para quem necessitasse. Essa experiência hoje atende a 178 famílias. Não há cozinha com estrutura para ampliação do atendimento ou trabalho voluntário que dê conta de alcançar todos.

Mas há na capital gaúcha um espaço onde as mulheres preparam a alimentação. Depois desse primeiro uso, o lugar se transforma em espaço para artesanato, por meio do qual se forma geração de renda. São 36 núcleos que produzem artesanato, confeccionam doces etc.

O exemplo desse, denominado Grupo Mulheres Independentes, vale muito: elas discutem como usar essas atividades para a obtenção de autonomia. Pensam na divisão do próprio tempo de modo a poderem participar de outros movimentos, como na Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e no Movimento Negro (MN), bem como para discutir textos sobre feminismo. A discussão politiza esse espaço.

Uma das dimensões da autonomia é permitir a constatação de que o poder masculino se expressa no controle do tempo das mulheres. É possível romper uma dimensão da opressão no manejo do tempo. A experiência de Porto Alegre também mostra a importância de as mulheres saírem para estarem juntas. Aquelas que são chefes de família do grupo de economia solidária são as responsáveis por manter o sustento. Elas começaram fazendo um trabalho para gerar renda e deram início a uma valiosa discussão.

Quanto ao poder da mulher dentro de casa, trata-se da introjeção do sistema de gênero feminino, porque é abrir mão do que é único – como é o caso da maternidade. Essa visão, que não precisa permanecer sem questionamento, pode ser objeto de trabalho nas oficinas. As mulheres podem intercambiar estratégias para obter algum nível de divisão do trabalho doméstico.

O debate contou com exemplos anedóticos, mas sintomáticos dos papéis de gênero. Uma mulher relatou que, em um assentamento, um marido aceitou dividir as tarefas, porém, para limpar a casa, fechava portas e janelas para que ninguém o visse.

Enfim, quando há mudanças na prática, novos conflitos acontecem, mas seguem para outro patamar, de maneira que se torna possível levantar a raiz do

problema. As novas experiências surgem, como vimos, como consequência de situações de pressão, uma vez que o capital precisa do trabalho das mulheres.

## QUESTÕES DO TRABALHO DOMÉSTICO NO DEBATE SOBRE A INTEGRAÇÃO REGIONAL

No debate sobre a integração dos povos, foi possível perceber a importância de superar a discussão a respeito dos impactos do modelo econômico sobre as mulheres e de entender como a exploração do trabalho delas é um elemento estruturante do modelo.

Os movimentos de mulheres, como a MMM, a Remte, a Alianza Social Continental (ASC), seguiram um percurso de debate que partiu da crítica do livre-comércio e chegou à conclusão de que o comércio é um meio, e não um fim. Demonstrou-se que o modelo funciona baseado nas relações de gênero e, portanto, para modificá-las e construir uma alternativa ao modelo, torna-se essencial o debate sobre integração regional. Trata-se, fundamentando-se nas propostas concretas decorrentes do que foi exposto e debatido, de discutir novas estratégias.

Gradativamente as mulheres estão se apropriando do debate econômico, apesar de ainda não terem sido superados os problemas acarretados pelo fato de elas incidirem no terreno social que parece não ter a ver com os problemas estruturais. É preciso alterar essa percepção da divisão das políticas entre social e econômica, principalmente porque, no campo social, o neoliberalismo destituiu a idéia dos direitos.

No tocante aos serviços públicos, em vários países latino-americanos o que não se privatizou, foi terceirizado, com a oferta de serviços de má qualidade.

E como equacionar o trabalho voluntário?

O modelo tensiona também a economia solidária, pelo trabalho precário ou informal. Trata-se de um problema que demanda saídas coletivas que podem se esboçar no nosso continente: do ponto de vista econômico, tem-se alcançado um desenvolvimento sustentado. Saímos da recessão, mas não do trabalho realizado de modo precário. Este é o momento de propostas que permitam outros caminhos além do trabalho precário ou de programas como o Bolsa Família. Este é o momento de exigir mais.

Neste debate buscamos pistas para mais uma vez colocarmos em pauta não só a reprodução social como também o da redistribuição que precisa se dar entre os povos da América do Sul.

Nas propostas em direção ao Mercosul solidário, é indispensável falar a respeito de como lidar com as assimetrias: deve haver reciprocidade entre os países. Atualmente debatem-se a equalização e o equilíbrio entre Brasil, Argentina e Venezuela.

O movimento de mulheres precisa retomar com mais vigor o debate acerca da redistribuição de renda, poder e recursos, no âmbito das alianças dos movimentos sociais continentais.

No Brasil, parte importante dessa agenda se dá com a retomada do debate sobre o salário mínimo organizado pela MMM.

Para a representante do movimento de mulheres do Peru, essa pauta abrange o tema do salário social, isto é, daquilo que corresponde ao Estado.

Para pensar em uma alternativa levando em conta a sustentabilidade da vida, devemos responder à seguinte indagação: qual é a integração que queremos?

Falou-se sobre a questão da espoliação, da acumulação de riqueza, do colonialismo do poder, do capitalismo no continente. A integração dos mercados deve ser repensada a partir da sobrevivência e do bem-estar dos povos, a partir da justiça redistributiva.

Uma das estratégias seria pensar o salário para as pessoas, não para as famílias, com vistas a aumentar a parcela da riqueza produzida que fica para o trabalho. É preciso recuperar a análise de que é o trabalho que produz riqueza.

Os países devem ter política de renda, o que significa aumentar o papel do Estado, para que a saúde e a educação ofereçam serviços universais de qualidade.

A solução para o problema das migrações – que por sua vez acarreta outro problema, o da prostituição –, passa pela necessidade de postos de trabalho para as mulheres latino-americanas.

A participante do movimento de mulheres da Argentina lembrou das reduzidas experiências de mulheres em cooperativas de serviços, como no saneamento e limpeza de rios: a economia solidária só funcionará se obtiver apoio do Estado. Reproduzir as habilidades domésticas é muito pouco.

Temos que definir necessidades reais e coletivas que ultrapassem os pequenos artesanatos sem o equacionamento coletivo de sua viabilidade na geração de renda; precisamos pensar em cooperativas para confeccionar uniformes, lençóis para hospitais etc., o que implica planejar não para competir no mercado, na lógica atual, e sim na lógica da economia solidária.

Estas reflexões apontam para a agenda que deveria existir nas cidades, a fim de que a economia solidária não seja representada apenas pela economia

**TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS**

precária? Qual economia solidária poderia ser estimulada no campo? Existem exemplos de programas que deram certo em razão do alto investimento feito pelo Estado. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), exemplifica a contribuição do Estado para viabilizar algumas dessas iniciativas.

O debate das alternativas para a integração visa encontrar estratégias, caminhos e agendas que repensem a reprodução e a sustentabilidade.

# REPENSANDO O TRABALHO DE CUIDADOS A PARTIR DAS LUTAS DAS MULHERES NO ÂMBITO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO CONTINENTAL

Maria Lucia da Silveira

Uma troca mais intensa de experiências entre as práticas coletivas em que as mulheres vêm se envolvendo na América Latina, com o objetivo de responder às necessidades de sobrevivência, pode contribuir para torná-las mais visíveis como atoras políticas relevantes na busca por alternativas para uma integração com igualdade que forneça uma nova configuração do trabalho doméstico e de cuidados.

O paradigma da economia feminista em torno da centralidade da sustentabilidade da vida humana, “entendida como relação dinâmica e harmônica entre humanidade e natureza e entre humanas e humanos” (Carrasco et al, 2005), nos incita a retirar das experiências organizadas por mulheres na busca pela sobrevivência e na tentativa de oferecer resistência ao modelo econômico recriador de pobreza os caminhos para o desenvolvimento de políticas públicas que levem o Estado a dar uma resposta ampla e a fornecer meios permanentes para a sustentabilidade de tais experiências.

O levantamento de experiências significativas de coletivização do trabalho na tentativa de solucionar o problema da alimentação de suas famílias, central para a sobrevivência cotidiana, pode fazer com que o foco da elaboração de políticas públicas se aproxime das experiências práticas originadas dos movimentos de mulheres. Com seus valores baseados na

cooperação, na solidariedade e na reciprocidade, dentre outros princípios norteadores, essas experiências necessariamente interpelam o Estado a voltar-se para a dimensão da reprodução social como esfera relevante do processo econômico.

As experiências com alimentação protagonizadas por mulheres na América Latina sugerem ainda a possibilidade de estabelecer vínculos profundos com várias outras lutas travadas pela agroecologia, pelos movimentos de camponesas, pela economia solidária em torno da soberania alimentar. O propósito final seria incorporar plenamente a luta estratégica pela soberania alimentar na luta geral pela integração continental com igualdade.

O modelo econômico adotado por muitos governos não colabora para o fortalecimento das alternativas encontradas pelas mulheres na América Latina, como no caso dos Comedores Populares no Peru, quer garantindo autonomia e fortalecimento das organizações, quer liberando de fato os recursos já destinados por lei aos programas alimentares. Assim, tornou-se incontestável encarar como tarefa pública problemas antes considerados privados ou de assistência aos pobres.

As organizações de sobrevivência lideradas por mulheres conseguiram aproximar a população mais pobre do debate sobre segurança alimentar. Atualmente as articulações continentais entre os diversos movimentos desencadeadas na luta contra a Área de Livre-Comércio das Américas (Alca) favorecem a ótica da soberania alimentar.

Paula Chirinos e Aldo Panfichi (2002) identificaram no Peru a força do que denominam Organizações Femininas para a Alimentação (OFA) na atuação também “como instância de socialização, capacitação e, eventualmente, geração de renda para seus membros”. Elas beneficiam cerca de 25% da população economicamente ativa nesse país. Os autores afirmam que quase 11% da população entre 15 e 65 anos, considerada economicamente ativa, é afiliada ou oferece trabalho voluntário a alguma OFA. Também uma importante contribuição econômica dessas organizações, se valorizamos tanto o trabalho voluntário (equivalente a 154.683 pessoas trabalhando tempo completo durante o ano, o que representa em torno de 2,9% da PEA [População Economicamente Ativa] não agrícola e 3,9% da PEA de serviços – setor em que se encontram essas OFAs) como sua contribuição monetária para completar as rações servidas.

Cova e Millán (2000), citados pelos autores acima, afirmam que o valor econômico desse trabalho gira em torno de 478 milhões de dólares. Isso

equivalia, em 1995, a uma parcela de 0,81% do Produto Interno Bruto (PIB) do Peru, volumosa parcela gerada por uma população extremamente pobre, composta em sua maioria por mulheres.

Embora reconheçam o papel de protagonistas desempenhado pelas mulheres participantes dessas organizações na liderança de suas comunidades, Chirinos e Panfichi destacam que as condições de pobreza e necessidade desgastam sua autonomia política. Além disso, mencionam a ambigüidade dos laços com o Estado, com reduzida capacidade de mudar o “curso econômico do país”. Em relação ao Estado e seus agentes, afirmam: “Isso deve ser lido no marco de um regime que busca justamente evitar a formação de níveis de representação das mulheres fora do nível local e desconfia das que o conseguem, e que assim despreza e desconhece o potencial econômico propositivo que poderiam ter esses setores para melhorar as políticas de alimentação”.

É esse último aspecto da análise que os movimentos de mulheres, no âmbito das discussões e ações por uma nova integração, querem explorar e aprofundar. Nessa direção é primordial nos debruçarmos sobre a análise de Cristina Carrasco (2003, p. 16), para quem “o reconhecimento de que os cuidados não remunerados têm sido historicamente os que têm permitido sustentar a vida dia a dia tem funcionado como a ‘mão invisível’ da vida cotidiana”. Enfatizamos a contribuição econômica das mulheres à reprodução, ainda que sua ação seja premida pela necessidade, vista inicialmente como obrigação delas em relação a suas famílias. Enxergar sua construção como uma necessidade social permite reposicionar esse tema na agenda pública.

Observou-se também que as organizações de mulheres em torno da alimentação se baseiam nos papéis tradicionais de gênero, o que as faz zelar pelo suprimento das necessidades básicas da família. Os estudos realizados pela SOF sobre as quatro experiências das mulheres na área da produção coletiva da alimentação evidenciam a não-alteração da divisão do trabalho doméstico. Mas a mobilização das capacidades das mulheres para respostas coletivas nos permite apostar na possibilidade de pautas coletivas a serem descortinadas e problematizadas ao redor das lutas pela soberania alimentar, a economia solidária e a agroecologia, combinando os saberes e as práticas tanto das mulheres urbanas como das rurais.

A “crença na efetividade da ação humana” (Borón<sup>1</sup>), desencadeada por

1 Atílio Borón, em conferência proferida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 21 de agosto de 2006.

mulheres na América Latina, nos remete ao dilema “do copo meio vazio e meio cheio”, isto é, àqueles que vêem na ação das mulheres apenas a reprodução do papel tradicional de cuidadoras e altruístas. As organizações do movimento de mulheres vêem indícios de reorganização das práticas a partir de suas experiências coletivas, as quais, ainda que lentamente, produzem novos questionamentos.

Assim, as atividades de cuidado, como cozinhar, lavar, criar e educar crianças, cuidar de enfermos e idosos, deixam de ser concebidas como atividades privadas e passam a ser vistas primordialmente como sociais.

As experiências dos Comedores Populares e do refeitório coletivo do MST criam espaços intermediários que extrapolam os problemas vividos no lar com a socialização do trabalho de alimentação. São espaços solidários intermediários que fixam no coletivo a resposta a necessidades vitais como a alimentação, ultrapassando minimamente a unidade doméstica e criando laços de interdependência.

A dimensão social dos Comedores Populares e do refeitório coletivo passa cada vez mais a ser vista no território econômico e das obrigações sociais de cidadania – como pertencentes às esferas econômica e política, portanto. Isso implica uma visão da economia não centrada no mercado e no lucro, e sim na reprodução da vida. Essa é a visão que a economia feminista vem propondo a partir da superação da visão do cuidado humano, não como especialidade e obrigação básica das mulheres, mas como pertinentes ao âmbito social.

Fisher e Tronto (1995, apud Izquierdo, 2004) definem cuidado como o conjunto das “atividades que abarcam tudo o que fazemos para manter, continuar e reparar nosso mundo, de modo que possamos viver nele o melhor possível”. Nesse caso, o bem-estar é visto como central.

Cabe às mulheres, especialmente às lideranças dos movimentos, questionar os limites atuais dessas experiências, constituídos sobretudo pela pouca ou insignificante variação da divisão sexual do trabalho. Trata-se de uma questão econômica de socialização do cuidado ou das tarefas de reprodução com implicações para a justiça de gênero na esfera do poder para alterar a lógica de dicotomia entre produção e reprodução como eixo articulador do modelo econômico capitalista. Na esfera política, diz-nos Izquierdo (2004): “A concepção atual de cidadania comporta a externalização das famílias – leia-se das mulheres, dos custos da produção da vida humana”. Por isso, alterar as práticas sociais de reprodução com o propósito de socializá-las possibilitará conectar o cuidado com a justiça social redistributiva numa perspectiva emancipatória.

Poderíamos sugerir que as experiências protagonizadas por grupos de mulheres criam uma justiça de proximidade (Guérin, 2005) advinda do trabalho de cuidado com a reprodução da vida. Devem-se potencializar essas experiências geradas nos espaços públicos intermediários de proximidade (extradoméstico) de socialização ou coletivização do trabalho de alimentação, conectando as práticas de reciprocidade entre as mulheres e suas famílias a um engajamento coletivo mais amplo.

De certo modo, uma ótica de “desfamiliarização” (trabalho das mulheres fora das famílias) já pode ser vislumbrada na articulação mais geral dos vários movimentos de mulheres voltados à construção de solidariedades coletivas. A proposta é fortalecer-se na luta pela soberania alimentar, que tem potencial para se tornar o eixo articulador da interdependência de várias lutas.

Trata-se, por outro lado, de problematizar o papel do Estado quanto à amplificação das experiências embrionárias de socialização do trabalho doméstico e de cuidados, especialmente no redirecionamento dos investimentos baseados nos fundos públicos. Se pensarmos não apenas a partir das instituições ou dos aparatos do Estado, mas nos fundamentando em sua relação com as formas organizativas geradas na luta pela sobrevivência, poderemos adotar a hipótese de que as práticas instituintes de necessidades radicais das mulheres apontam para formas alternativas de organização entre os espaços públicos e privados, visando à reconfiguração desses espaços. No entanto, num país tão desigual como o Brasil, os organismos do Estado têm que participar ativamente na articulação de políticas públicas que se mostrem capazes de diminuir o trabalho de cuidados que sobrecarrega as mulheres e possibilitar o acesso delas a um trabalho remunerado de melhor qualidade.

Assim, quando encaramos a dimensão pública da responsabilidade sobre a reprodução, podemos refletir sobre um novo paradigma para a economia que supere a exclusividade do cálculo do mercado e conceber uma agenda política que abranja as lutas em torno da integração dos povos, considerando que as lutas travadas pelas mulheres, voltadas para a sustentabilidade da vida, estão no coração dessa outra integração.

Amplificar o debate e as vozes das mulheres organizadas, pautar em seus movimentos a alteração da divisão sexual do trabalho no âmbito da reprodução pode ser uma estratégia por meio da qual se alcancem desde as políticas públicas até as relações entre mulheres e homens na tentativa de reconfigurar os padrões de gênero na esfera familiar.

Por isso, faz-se necessário atentar para as explicações da economia

feminista a partir da articulação entre produção e reprodução, família, mercado e Estado: “Estes novos enfoques não só tentam dar a mesma importância teórica a ambas as esferas (produção reprodução), mas propõem uma ruptura com as aproximações tradicionais: abandonam o mercado como eixo vertebrador de toda a atividade econômica e o substituem pela esfera da reprodução” (Carrasco, 1999).

A questão da soberania alimentar alinhava contribuições de vários setores de mulheres em luta em torno da integração continental: camponesas, indígenas, ambientalistas, aquelas participantes na economia solidária, movimentos de mulheres em prol da alimentação e gera o questionamento do modelo econômico hegemônico.

Segundo Miriam Nobre (2008),

**A soberania alimentar é um princípio construído pela Via Campesina na luta contra os tratados de livre-comércio na agricultura. É o direito que os povos, os países ou as uniões de Estados têm para definir suas políticas agrícolas e alimentares que destroem a agricultura camponesa. [...] A soberania alimentar é construída num processo de alianças como princípio articulador de muitas lutas, como pelo acesso à terra, água, sementes, condições de produção e como afirmação das formas camponesas de organizar a produção e a vida.**

Essa autora (Nobre, 2008) refez o percurso da Marcha Mundial de Mulheres até as lutas no continente contra a Alca, quando setores feministas começaram a descortinar um denominador comum – o processo de mercantilização do corpo e da vida das mulheres. E ela elenca desde o tráfico de mulheres e o turismo sexual no continente até o controle do processo de produção de sementes, remédios e uso de tecnologias dos organismos geneticamente modificados (OGMs).

Estão sendo debatidos processos de produção controlados por transnacionais que vão das indústrias agroalimentares até as farmacêuticas. Assim, a autora destaca as similitudes entre o controle do corpo das mulheres e a exploração e o controle dos recursos naturais.

Por outro lado, vale ressaltar a experiência coletiva de preparação e distribuição de alimentos, como no caso dos Comedores Populares do Peru, que atingiram longevidade – já que existem desde os anos 1970 –, e amplitude – são cerca de 7 mil comedores, cada um contando com o trabalho de vinte a

25 mulheres, que atendem a uma média de cem famílias diariamente. Destaca-se ainda sua capacidade de mobilização e negociação com o Estado, apesar da existência de fragilidades, como as apontadas pelos autores acima citados, as quais revelam alguns limites, pois o Estado, no caso peruano, só arca com 19% dos custos da comida. O restante é assegurado pelas mulheres através da venda de refeições e de diversas atividades de arrecadação de fundos.

Nobre enfatizou algumas aprendizagens – como a profissionalização, os sistemas comunitários de apoio aos mais frágeis, a compra direta das camponesas – e alguns desafios, que mostram a necessidade de romper com a superexploração do trabalho dessas mulheres. É o caso da ausência ou da extrema fragilidade das políticas alimentares e distributivas dos Estados. Por fim, ela aponta as iniciativas dos movimentos, a despeito de todas as contradições por estarem inseridas numa sociedade capitalista e de dominação masculina, como oportunidades de aprendizagem, para a organização, de novas formas de convivência, de soluções coletivas para problemas considerados privados por muitos. E também de interdependência para suprir as necessidades de sobrevivência.

Esse rol de questões, no âmbito das redes feministas anticapitalistas na América Latina, pouco a pouco alcança maior clareza do ponto de vista dos aportes das mulheres, uma vez que podemos reconhecer que a estabilização da pobreza na América Latina nos anos 1990 também se deu em virtude da maior participação das mulheres no mercado de trabalho e na economia solidária que se fortalece atualmente.

Reflexões como as feitas por redes de movimentos como a Remte e a MMM partem de experiências concretas e fortalecem um feminismo que, desde as bases, desencadeia possibilidades de intervenção de maior amplitude, sobretudo se assumidas por governos democráticos populares que respeitem a autonomia das mulheres.

Urge ultrapassar as experiências na área de alimentação, embora a centralidade delas, surgida nos momentos de crise ou de tentativa de equacionamento do trabalho coletivo, seja fundamental. Outras áreas podem ser apontadas no que se refere à responsabilidade social do Estado pelo trabalho doméstico e de cuidados. É uma tarefa social o cuidado das crianças pequenas, mas, contraditoriamente, observa-se a insuficiência de creches – no Brasil, por exemplo, somente 15,5% das crianças de zero a três anos freqüenta esse tipo de estabelecimento educacional. Outro serviço que poderia contar com o suporte do Estado é o das lavanderias coletivas, sempre reivindicadas nos encontros e conferências de mulheres, porém raramente implementadas.

O mesmo pode ser dito dos restaurantes populares, que poderiam ser priorizados nas pautas das políticas públicas nos governos que instituem orçamento participativo. Os organismos de políticas para mulheres nos governos democráticos têm esse potencial para desbravar, seja para articular a gestão de serviços existentes em diferentes áreas seja para ampliar a oferta de serviços de socialização do trabalho reprodutivo.

O repertório de demandas poderia ser ampliado, contudo mais importante do que identificar novas áreas é enfrentar o debate da divisão sexual do trabalho na esfera da reprodução. Pensar estratégias coletivas pautadas pelos movimentos de mulheres pode potencializar as lutas por uma integração continental realmente com igualdade, já que um dos sujeitos coletivos – as mulheres organizadas – que podem dar densidade a esse processo vem resistindo na prática ao neoliberalismo. Este, embora venha perdendo o ímpeto, encontra fôlego nas políticas econômicas que servem aos mercados.

A necessidade de autonomia das mulheres levantada pelas feministas anticapitalistas sinaliza outra pista a ser explorada: a biopolítica como lócus principal do controle da vida e, sobretudo, da luta pela soberania das mulheres.

Vale também buscar uma resposta para este questionamento: qual o tipo de Estado responderia a novas alternativas emancipatórias no continente? Sem dúvida, seriam Estados que desejassem caminhar rumo ao desmantelamento da tradicional divisão sexual do trabalho. Por outro lado, esse núcleo da ordem de gênero interpela os homens das várias classes sociais, bem como as mulheres que hoje se apóiam na figura da empregada doméstica para contornar as tarefas da casa.

Para Nancy Fraser (1995), um modelo de Estado de bem-estar pós-industrial – por ela denominado ‘cuidador universal’, “desconstruindo a divisão entre provedor e cuidador”, está longe de se materializar. No entanto, se colocarmos a igualdade no horizonte, partiremos das sementes de transformação plantadas pela disposição de lutas cotidianas pela sobrevivência das mulheres no continente a fim de associar a atuação do Estado com as soluções coletivas encontradas por diversos atores na direção de outro paradigma de cuidado com a vida humana. Mais do que um Estado Cuidador Universal, seria importante um Estado que assumisse “o cuidado como um valor público” (Tronto, apud Izquierdo, 2004). Depois de reconhecido o caráter coletivo do sujeito do trabalho de cuidados (Borderias, 1984, apud Carrasco, 2006) na criação e recriação da vida, urge superar a marcação de gênero dos cuidados e valorizar o protagonismo das mulheres nos passos concretos de sua socialização.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARRASCO, Cristina. La Economía Feminista: una apuesta por otra Economía. In: VARA, María Jesús (coord.). *Estudios sobre género y economía*. Madri: Akal, 2006.
- \_\_\_\_\_. Sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: SOF. Cadernos Sempreviva, 2003.
- CHIRINOS, Paula V. M.; PANFICHI, Aldo. Sociedade civil e governabilidade democrática nos Andes e no Cone Sul: uma visão panorâmica na entrada do século XXI. In DAGNINO, E. (Org.) *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CARRASCO, Cristina (ed.). *Mujeres y economía*. Barcelona: Icaria, 1999.
- DANTAS, Isolda. Reflexos do feminismo na construção da economia solidária. *Folha Feminista*. São Paulo: SOF, n° 65, set. 2007.
- FARIA, Nalu; MORENO, Renata. *Feminismo e integração da América Latina e do Caribe*. São Paulo: SOF, 2007.
- FRASER, Nancy. Después del salario familiar. Cap. 2: "Justitia interrupta. Reflexiones críticas desde la posición 'postsocialista'". Bogotá: Universidad de Los Andes/Siglo del Hombre Editores, 1995.
- FREITAS, Taís Viudes; SILVEIRA, Maria Lucia da. *Trabalho, corpo e vida das mulheres. Crítica à sociedade de mercado*. São Paulo: SOF, Cadernos Sempreviva, 2007.
- FREITAS, Taís Viudes. Experiências de socialização do trabalho doméstico na América Latina. (nesta edição)
- GUÉRIN, Isabelle. *As mulheres e a economia solidária*. São Paulo: Loyola, 2005.
- IZQUIERDO, María de Jesús. El Cuidado de los individuos y de los grupos: quién cuida a quién? Organización social y género. *Debate feminista*. México: año 15, vol. 30, out. 2004.
- NOBRE, Miriam. *Feminismo y soberanía alimentaria*. Ponência apresentada em Las IV Jornadas Estrategias Positivas de Desarrollo: Soberanía Alimentaria desde y para el empoderamiento de las mujeres. Bilbao: enero 2008.
- \_\_\_\_\_. *Agroecología, crédito y Economía Solidária desde la perspectiva feminista em Brasil*. Ponência em Las Jornadas Estrategias Positivas de Desarrollo: La visión Sur em le empoderamiento de las mujeres para la equidad de género. Bilbao, abril 2005.

# O TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS: NOVOS DESAFIOS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL

Bila Sorj

A questão do trabalho doméstico e dos cuidados com a família vem ocupando um lugar cada vez mais importante na agenda social e política de muitos países desenvolvidos, sobretudo como um meio para combater as desigualdades de gênero no mercado de trabalho e nas relações familiares.

No Brasil, todavia, prevalece a concepção de que as responsabilidades familiares são um assunto a ser resolvido privadamente pelas famílias, na medida em que as políticas públicas e as instituições voltadas, entre outras, à provisão de cuidados das crianças, idosos, doentes e portadores de necessidades especiais são precárias e insuficientemente desenvolvidas.

A norma predominante de que os cuidados são proporcionados informalmente pelas famílias, em especial pelas mulheres, tem importantes implicações para a construção de uma sociedade baseada na autonomia e na independência das mulheres. Há muito tempo as feministas argumentam que a persistência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho é ao mesmo tempo causa e consequência do volume desproporcional de trabalho não pago que realizam em casa. Enquanto os homens podem desenvolver fortes laços com o mercado de trabalho e se integrarem, de maneira mais plena, à vida política e econômica, as mulheres, principalmente aquelas que dedicam parte substancial do seu tempo aos cuidados da família, enfrentam enormes dificuldades para participar da vida pública.

O objetivo deste artigo é examinar a problemática da articulação entre trabalho remunerado e cuidados com a família, à luz das recentes mudanças nas

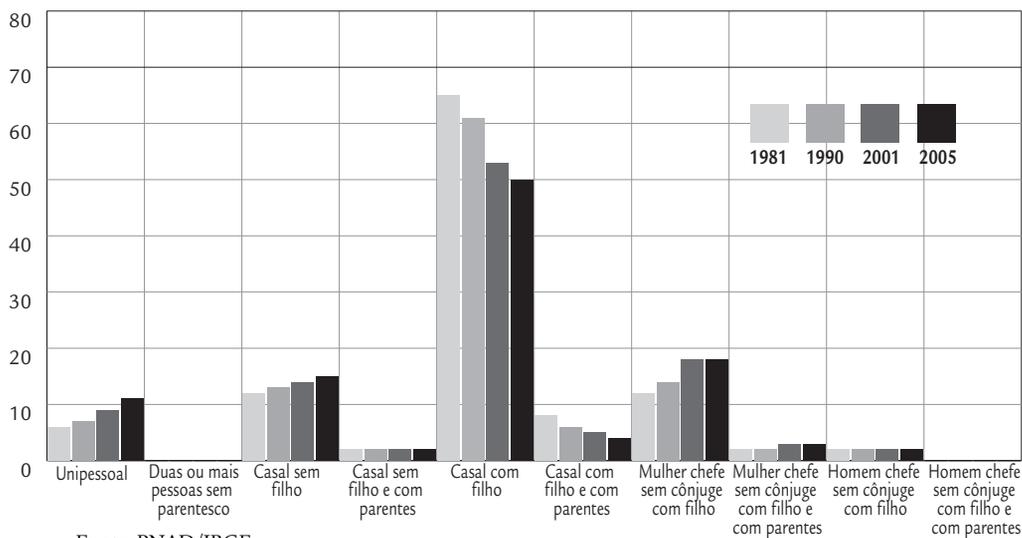
## TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS

estruturas familiares e na composição de gênero do mercado de trabalho no país. Tais mudanças, como pretendo mostrar, agravam as tensões entre as demandas do tempo das mulheres para se dedicarem ao trabalho remunerado e aos cuidados familiares. Também pretendo mostrar que as soluções privadas desse conflito acabam por precarizar a inserção das mães no mercado de trabalho.

Vejamos então as mudanças ocorridas nas estruturas familiares que afetam a questão de que estamos tratando. O Gráfico 1 mostra algumas tendências no Brasil. Primeiro, houve um crescimento significativo das famílias monoparentais femininas nas últimas décadas. Enquanto o tipo de família composta por casais e filhos declinou (embora ainda seja a forma mais comum no Brasil), as chefiadas só por mulheres cresceram expressivamente – passaram de 11,7% nos anos 1980 para 18,2% em 2006. Nas famílias monoparentais femininas, as mães são em geral as únicas provedoras e cuidadoras da casa, de modo que se exacerbam as dificuldades em conciliar o trabalho remunerado e os cuidados com o lar.

Segundo, observa-se um declínio da presença de parentes nos domicílios compostos de casais com filhos. Essa mudança pode indicar que as soluções privadas que se assentam no apoio dos parentes que vivem no domicílio, sobretudo as avós, podem estar hoje menos disponíveis do que no passado. Mas é importante ressaltar que, embora de forma menos expressiva, há um percentual crescente de famílias monoparentais femininas que contam com a presença de um parente em casa.

**GRÁFICO 1:**  
**COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS (%)**



Fonte: PNAD/IBGE

A relação das famílias com o mercado de trabalho também vem se alterando rapidamente. A “tradicional” divisão sexual do trabalho, que consiste na especialização dos homens no papel de provedores do lar e das mulheres como cuidadoras da família, está sendo alterada pela rápida incorporação das cônjuges no mercado de trabalho. Assim, como mostra a Tabela 1, entre 1981 e 1990 a taxa de participação das mulheres cônjuges passou de 27,4% para 37,7%. Nos anos 1990, essa taxa continuou crescendo e alcançou 58,5% em 2005, reduzindo drasticamente a diferença em relação aos homens chefes de família. A participação das mulheres chefes de família, que representam, normalmente, um dos principais sustentáculos das famílias monoparentais, também cresceu. A taxa de participação delas ficou um ponto percentual superior à das cônjuges.

Desse modo, cada vez mais as famílias formadas por casais terão que lidar com as responsabilidades familiares, tendo como referência a inserção de ambos (chefes e cônjuges) no mercado de trabalho. E as políticas públicas terão que dar respostas à situação em que a maioria das cônjuges participa do mercado de trabalho.

**TABELA 1**  
**TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO**  
**NO BRASIL (%)**

	1981		1990		1992		2001		2005	
	Homem	Mulher								
<b>Chefe</b>	87,8	44,6	87,4	49,1	86,1	52,8	82,4	51,1	85,6	59,4
<b>Cônjuge</b>	76,3	27,4	79,2	37,7	75,3	47,0	75,5	49,1	83,5	58,5
<b>Filho</b>	59,7	34,9	60,3	37,9	56,0	36,3	48,5	33,2	57,0	41,6
<b>Outros</b>	66,8	26,3	67,2	30,4	61,0	30,8	53,2	28,6	59,1	34,7

Fonte: PNAD/IBGE

Ao que tudo indica, o fenômeno de entrada das mulheres no mercado de trabalho é irreversível. Independentemente de conjunturas recessivas ou expansivas, a participação delas no mercado cresce. Além de responder às necessidades econômicas das famílias, que estariam forçando as cônjuges a procurar trabalhos remunerados, mudanças culturais relacionadas ao papel de gênero – que valorizam a independência e a autonomia das mulheres – não podem ser desconsideradas (Bruschini e Lombardi, 2003).

No entanto, os efeitos da insuficiente oferta de suportes extrafamiliares para os cuidados da família, aliada à desigualdade de gênero na distribuição das tarefas domésticas, afetam significativamente a quantidade e a qualidade do emprego, sobretudo daquelas que são mães. Quando observamos o comportamento dos principais indicadores de mercado de trabalho, segundo os diferentes tipos de família e por sexo, podemos destacar os seguintes achados (Sorj e Fontes, 2007):

**1.** Os indicadores das mulheres variam muito mais que os indicadores dos homens, sugerindo que a inserção delas é muito mais sensível ao tipo de família em que estão incluídas. Independentemente da estrutura familiar, a taxa de participação dos homens nunca é inferior a 86,5%. Para as mulheres, dependendo da estrutura familiar na qual se inserem, essa taxa pode variar entre os extremos de 87,9% e 62,7%. Os níveis inferiores de participação no mercado de trabalho são reservados às mães com filhos dependentes. Contudo, para as mulheres que são chefes de família, a presença de filhos não reduz a sua participação no mercado de trabalho. Apesar de poder existir um sério problema de conciliação entre o trabalho e o cuidado com as crianças, essas mulheres, por não terem com quem dividir despesas, são as únicas responsáveis pelo sustento de sua família. Assim, elas apresentam taxas de participação no mercado de trabalho elevadíssimas – de cerca de 82% – e superiores à das cônjuges com filhos.

**2.** Além da taxa de participação, a qualidade da ocupação das mães com filhos dependentes é inferior quando comparada às mulheres sem filhos ou aos homens com ou sem filhos. Um significativo número delas encontra-se em empregos sem carteira de trabalho assinada, os quais são considerados os de menor qualidade que o mercado de trabalho oferece. Tais ocupações não são reguladas pela legislação trabalhista e benefícios sociais não são garantidos, mas em muitos casos os horários, devido à maior informalidade, podem ser mais flexíveis, o que permite ajustar o tempo dedicado ao trabalho remunerado e à vida doméstica. Já os homens, estão, em grande parte, empregados com carteira de trabalho assinada.

**3.** O exame da jornada de trabalho, que é um indicador fundamental para identificar o peso que as responsabilidades familiares têm para as mulheres, mostra que a dos homens são bem mais elevadas do que as mulheres em todos os tipos de família e que ela nunca é inferior a 42 horas semanais. As mulheres, dependendo do tipo de família, trabalham de 37,7 horas semanais (as cônjuges com filho dependente sem parente) a 43 horas, próximo à jornada oficial de 44

horas, no caso das que moram com pessoas com as quais não têm relação de parentesco. Assim, o cuidado com as crianças, que é uma atribuição assumida quase que exclusivamente por mulheres, reduzem sua disponibilidade de integração nos empregos com jornada integral de trabalho.

4. Com relação ao nível de rendimentos, a mesma pesquisa verificou que os homens, em praticamente todas as posições na família e em qualquer estrutura familiar, ganham muito mais que as mulheres. O salário delas chega a crescer, a triplicar dependendo do tipo de família em que elas estão inseridas, enquanto o dos homens aumenta 51%. Dito de outra maneira, viver em família afeta muito mais os rendimentos que as mulheres podem obter no mercado de trabalho do que os dos homens. Enquanto as que moram sozinhas são as que obtêm o nível de renda do trabalho mais elevado, dentre os homens, aqueles com rendimento do trabalho maior são os que pertencem à estrutura familiar casal com filhos não dependentes e com parentes. Desse modo, as mulheres que sobressaem no mercado de trabalho, ou seja, que conseguem obter um nível de renda mais alto e se inserir em empregos melhores (mais de 60% delas são empregadas com carteira de trabalho assinada, funcionárias públicas ou empregadoras), estão sozinhas. Não formaram ainda uma família, ou já formaram uma família e agora estão sozinhas, separadas e com filhos já adultos que vivem em outros domicílios, constituindo, possivelmente, outra família.

A análise empreendida até aqui mostra que, em termos gerais, as mulheres cônjuges ou chefes de famílias monoparentais com filhos se integram no mercado de trabalho através da participação em ocupação de menor qualidade quando comparadas às condições de trabalho dos homens, em qualquer posição na família, e, também, às mulheres que não têm filhos. Porcentagem significativa delas está em ocupações informais sem a proteção dos direitos trabalhistas; os rendimentos mensais são baixos e as jornadas de trabalho, parciais. O trabalho em jornadas inferiores ao padrão estabelecido pela legislação trabalhista certamente permite “conciliar” a participação no mercado de trabalho e as responsabilidades familiares. Entretanto, isso implica salários menores com conseqüências para o bem-estar das mulheres e de seus filhos. Podemos concluir que as respostas privadas às demandas conflitivas entre trabalho e família penalizam as mães. Isso se deve ao fato de as relações familiares serem também relações de poder que induzem as mulheres a acumular a dupla jornada de trabalho. Tais arranjos familiares fragilizam o vínculo das mães com o mercado de trabalho, contribuem para torná-las economicamente dependentes dos homens e exacerbam o problema das desigualdades de gênero.

## DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO DOMÉSTICO ENTRE HOMENS E MULHERES

Como vimos, nas últimas décadas, as mulheres e mães intensificaram seus vínculos com o mercado de trabalho. Contudo, a contribuição dos homens às tarefas domésticas não aumentou na mesma proporção.

Visto em perspectiva, entre 2001 e 2005,<sup>1</sup> houve uma redução de pouco mais de duas horas do tempo total de trabalho doméstico realizado pela população ocupada (Soares e Sabóia, 2007). Provavelmente, o aumento do acesso da população a bens duráveis nos últimos anos reduziu o tempo destinado a essas atividades. Foi nas famílias compostas por casal com filhos que as mulheres mais reduziram o tempo destinado às atividades domésticas. Nesse mesmo arranjo familiar, os homens aumentaram sua participação em uma hora semanal.

A despeito dessa tendência a uma maior convergência, as mulheres continuam a predominar e a dedicar muito mais tempo ao trabalho doméstico do que os homens. De fato, a PNAD de 2005 mostra que somente 51,1% dos homens realizavam afazeres domésticos enquanto, para as mulheres, esse percentual era de 90,6%. A predominância das mulheres nos afazeres domésticos ocorre em qualquer faixa de idade, inclusive entre as crianças e adolescentes com idade entre dez e dezessete anos. Entre as meninas, cerca de 83% delas realizavam tarefas domésticas e despendiam 14,3 horas semanais nessa prática, enquanto, entre os meninos, a proporção era de 47%, com dedicação de 8,2 horas semanais. Vê-se, nitidamente, que os padrões tradicionais de socialização de gênero persistem nas novas gerações. Neste sentido, é particularmente significativo o volume de horas que as meninas dedicam ao trabalho doméstico – representa, praticamente, 70% do tempo que despendem na escola, se considerarmos que as escolas públicas funcionam, em geral, em tempo parcial, ou seja, cerca de vinte horas semanais. Embora os dados não permitam identificar especificamente quais tarefas meninos e meninas realizam, podemos supor, diante da insuficiência da provisão pública de creches e pré-escolas, que parte do tempo pode estar sendo destinado aos

---

<sup>1</sup> No Brasil, não há pesquisas nacionais sobre o uso do tempo. Todavia, informações sobre afazeres domésticos foram incluídas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2001 e 2005. O conceito de afazeres domésticos utilizados pela PNAD é bastante amplo e genérico, congregando várias atividades. Mas não é possível identificar especificamente quais tarefas são executadas (nem por quem), pois basta a realização de apenas uma delas para a pessoa ser enquadrada como desempenhando afazeres domésticos. Os dados da PNAD foram retirados de Soares e Sabóia (2007).

cuidados de irmãos ou parentes mais jovens durante o período em que as mães estão trabalhando.

Quando consideramos o tempo total de trabalho, isto é, o número médio de horas semanais dedicado ao trabalho total remunerado e não remunerado, revela-se que as mulheres trabalham mais do que os homens. Assim, o tempo dedicado ao trabalho remunerado dos homens é de 43,9 horas, enquanto o das mulheres é de 34,8 horas semanais. No que concerne aos cuidados e aos afazeres domésticos, eles dedicam 9,8, e elas, 25,2 horas semanais. Desse modo, temos que o tempo total de trabalho das mulheres é de sessenta horas, ao passo que o dos homens é de 53,7 horas semanais.

As mães casadas com filhos dependentes são as que devotam mais tempo ao trabalho doméstico (32,3 horas semanais) e que apresentam, como descrito na parte anterior, uma das menores jornadas de trabalho remunerado. Nesse mesmo tipo de família, onde há a presença de filhos dependentes mas em que a mulher não tem cônjuge, o tempo médio investido cai para 27,6 horas. A comparação entre o tempo dedicado pelas mulheres nesses dois arranjos familiares – no qual ela é chefe de família sem cônjuge e no qual é cônjuge de família com casal – faz supor que a presença de um parceiro eleva a carga de trabalho das mulheres de maneira significativa. Dito de outra forma, além dos filhos, os parceiros consomem boa parcela do tempo que as mulheres destinam aos afazeres domésticos.

Embora a responsabilidade pelo trabalho doméstico esteja fortemente condicionada pelas relações de gênero, a situação de classe das mulheres afeta o tempo empregado nos cuidados e afazeres domésticos. Assim, em qualquer tipo de família as mulheres pertencentes a estratos de renda superiores trabalham em média sete horas a menos do que as pertencentes aos estratos inferiores. Essa jornada menor se relaciona, provavelmente, tanto ao menor tamanho das famílias como aos serviços das empregadas domésticas que as primeiras podem contratar.

A participação dos homens nos afazeres domésticos também varia segundo a classe social a que pertencem. A maior participação ocorre nos estratos de renda inferiores, não obstante as diferenças entre os homens sejam muito menos marcantes do que as encontradas entre as mulheres nos dois grupos de renda. Neste sentido, podemos dizer que as desigualdades entre as mulheres na participação nas tarefas domésticas são mais acentuadas do que entre os homens. Certamente, boa parte das desigualdades de tempo dedicado aos afazeres domésticos entre as mulheres de classes sociais diferentes se deve à “externalização” do trabalho doméstico às empregadas domésticas pelas

mulheres das classes mais favorecidas. Vejamos, a seguir, os efeitos da delegação às trabalhadoras domésticas dos cuidados com a família.

## O TRABALHO DOMÉSTICO E O CUIDADO DAS FAMÍLIAS

O emprego de trabalhadoras domésticas pelas famílias é uma prática que tem uma longa história no país (Melo, 1998). O acesso de mulheres de classe média e alta a esses serviços, provavelmente, assegura que a inserção delas no mercado de trabalho possa se dar em empregos de melhor nível. Trata-se, portanto, de um recurso extremamente limitado quando se consideram as necessidades e possibilidades econômicas da maioria das brasileiras. Trata-se, também, de uma “solução” que se assenta na precarização do emprego de uma parcela importante dessas mulheres.

Eduardo Zepeda (2008) calcula que quase metade das mulheres pobres ocupadas no Brasil trabalha em empregos domésticos, uns dos percentuais mais altos da América Latina. A problemática da externalização dos cuidados também vem afetando as sociedades desenvolvidas em anos recentes. Helena Hirata e Daniele Kergoat (2007), analisando a realidade atual da França, sugerem a emergência de um “modelo de delegação”, que consiste na transferência dos afazeres domésticos às imigrantes provenientes dos países do Sul. A internacionalização do trabalho reprodutivo engendraria novas desigualdades sociais e uma forte polarização do emprego das mulheres.<sup>2</sup>

Em 2006, havia no Brasil 6,6 milhões de trabalhadores domésticos, contingente amplamente constituído de mulheres (93,2%) e o principal mercado de trabalho para mulheres pobres e negras. Trata-se de uma das ocupações mais precárias do mercado de trabalho, que apresenta os menores rendimentos (equivalia, em 2006, a aproximadamente 35% do estimado para a população urbana) e proporciona os mais baixos índices de formalização dos trabalhadores urbanos do país (27,8%).

Apesar da persistência de um perfil ocupacional altamente precário, algumas tendências na evolução recente dessa ocupação sugerem que provavelmente, no futuro, o trabalho doméstico estará menos disponível às famílias de classe média. Se tais tendências se confirmarem, apenas os estratos mais abastados da população poderão contar com esse serviço.

Primeiramente, é necessário ressaltar que houve, entre 2004 e 2006, uma

<sup>2</sup> Para uma análise da polarização do emprego no Brasil, ver Bruschini e Lombardi (2000).

aceleração no crescimento do contingente de trabalhadores domésticos, superior à verificada para a população ocupada. Kátia Namir (2006) sugere que esse crescimento pode estar associado à recuperação do rendimento médio da população ocupada ocorrido a partir de 2004 e ao ingresso de mulheres no mercado de trabalho. Porém, não é possível saber se esse aumento representa uma ampliação do número de famílias contratantes ou se são as mesmas famílias que passaram a contratar mais trabalhadores para um mesmo domicílio.

Outras tendências da evolução do perfil da ocupação mostram que a demanda e a oferta de trabalhadores domésticos poderão se contrair, pelo menos na forma tradicional como esse trabalho é realizado. Isso por várias razões.

Primeiro, houve um aumento da formalização da ocupação. No início dos anos 1990, o percentual de empregadas domésticas com carteira assinada era de 17%. Em 2006, chegou a 25%. Somente entre 2004 e 2006 a formalização do trabalho doméstico cresceu 10,2%. Foi um ritmo mais intenso do que o do crescimento da ocupação, que atingiu 4,6%. Isso significa que novos empregos de domésticas estão sendo criados como parte do mercado formal e também que postos de trabalho antes informais estão sendo regularizados (Organização Internacional do Trabalho, OIT, 2006). A crescente formalização do trabalho doméstico se deve a maior consciência de que se trata de uma profissão com direitos e deveres e ao maior acesso da população à justiça. Ambos os desenvolvimentos tiveram como efeito inibir a prática patronal da informalidade.

Segundo, o mesmo relatório da OIT indica que há uma tendência ao aumento relativo do rendimento das trabalhadoras domésticas em relação aos demais ocupados. Os reajustes reais aplicados desde 1995 no salário mínimo fizeram com que o rendimento médio real mensal das empregadas domésticas diminuísse menos do que o do total de ocupados, exceto em São Paulo, quando se comparam o valor de 1998 e o de 2004.

Terceiro, verifica-se um declínio na porcentagem de empregados domésticos que residiam no domicílio onde trabalham, o que mostra um movimento de maior controle por parte das trabalhadoras da sua jornada de trabalho. Em 1981, 27,9% dos empregados domésticos residiam no emprego, mas esse percentual declina para 6,2 em 2001, e em 2006 era de 3,4. O perfil mais tradicional da ocupação, que implicava longas jornadas de trabalho a serviço da família contratante, está, portanto, em declínio.

Quarto, constata-se uma alteração na participação relativa dos grupos etários no emprego doméstico, apontando para o envelhecimento das

empregadas domésticas. Cresceu a parcela de trabalhadoras domésticas de 35 e 65 anos em detrimento da proporção daqueles com até 34 anos de idade no período de 2002 a 2006 (Namir, 2006). Isso significa que as mais jovens não estão se inserindo como trabalhadoras domésticas. Estão procurando entrar no mercado de trabalho de maneira alternativa.

Essas tendências sem dúvida sugerem maior profissionalização da ocupação e, provavelmente, por isso ela se tornará menos acessível a uma parcela de famílias que contavam com o baixo custo desse serviço de cuidados para enfrentar a “conciliação” entre trabalho e família.

Visto pelo ângulo da demanda dessa atividade (isto é, daqueles que precisam de cuidados), o trabalho doméstico é uma alternativa excludente, produz desigualdades sociais entre mulheres e não colabora para a repartição de gênero equitativa das tarefas domésticas. Neste último caso, como vimos, a presença de empregada doméstica nas famílias mais favorecidas permite diminuir as horas de trabalho das mulheres, mas não afeta a dedicação masculina aos afazeres domésticos.

## POLÍTICAS PÚBLICAS E OS CUIDADOS FAMILIARES

Até aqui analisamos duas respostas que as famílias dão para o desafio de articular trabalho remunerado e responsabilidades familiares. A primeira diz respeito ao âmbito privado da família, e o resultado, como vimos, é uma enorme sobrecarga de trabalho assumida pelas mulheres. A segunda refere-se à contratação de trabalhadoras domésticas no mercado, “solução” que não é acessível para a maioria das mulheres, além de provocar uma polarização socioeconômica entre elas e precarizar o emprego das mais pobres.

Passaremos agora a analisar o impacto de uma política pública – a educação infantil, que socializa os cuidados das crianças – sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho. A idéia é verificar o potencial que as políticas públicas têm em proporcionar o aumento da autonomia e independência econômica das mulheres.

Apesar do crescimento verificado na última década, o acesso à educação infantil no país ainda é muito reduzido. Em 2005, apenas 9,43% das mais de 13 milhões de crianças com menos de três anos de idade estavam matriculadas em creches, e 61,38% das mais de dez milhões de crianças de quatro a seis anos freqüentavam pré-escolas.

A rede pública atendeu em 2006 quase 70% das matrículas na Educação

Infantil (INEP, 2007). Contudo, isso não significa que os poderes públicos assumem a gestão integral da escola. Pelo contrário, a maioria dos estabelecimentos considerados “públicos” estabelece relações de “parceria” entre os governos e iniciativas de organizações não-governamentais. Se, por um lado, a proliferação de creches “comunitárias” exhibe um elevado nível de participação e de organização da sociedade civil, notadamente das mulheres, por outro prevalecem nesses estabelecimentos condições extremamente precárias de funcionamento (Rosemberg, 1999). As condições físicas, materiais e de formação profissional das escolas muitas vezes apenas reproduzem a precariedade das condições que as crianças enfrentam em casa.

Com o intuito de avaliar a eficácia das creches e pré-escolas na promoção do emprego das mães consideradas pobres,<sup>3</sup> a Tabela 2 reúne dados sobre domicílios, segundo a frequência ou não de crianças, até seis anos de idade, à creche ou pré-escola.

**TABELA 2**  
**CARACTERÍSTICAS DA INSERÇÃO DAS**  
**MULHERES POBRES SEGUNDO A FREQUÊNCIA DOS FILHOS**  
**À CRECHE OU PRÉ-ESCOLA**

Indicadores	Nordeste		Sudeste	
	Filhos frequentam creche ou pré-escola	Filhos não frequentam creche ou pré-escola	Filhos frequentam creche ou pré-escola	Filhos não frequentam creche ou pré-escola
Renda domiciliar per capita (em reais por mês)	66,78	65,74	78,58	74,88
Taxa de participação (%)	60,7	57,8	59,1	55,6
Salário médio (em reais por mês)	46,21	42,56	81,18	66,20
Jornada de trabalho semanal (em horas)	27,6	27,0	31,1	28,8
Empregadas no setor formal (%)	5,7	5,4	10,1	8,7
Salário-hora (em reais)	0,85	0,71	1,84	1,59

Obs.: Foram consideradas apenas mulheres de 25 a cinquenta anos em famílias com renda *per capita* de até R\$ 120,00, com crianças de zero a seis anos.

Fonte: Estimativas obtidas com base na (PNAD/IBGE) de 2005

Como podemos ver, não há grandes diferenças em termos de renda domiciliar *per capita* entre os domicílios em que as crianças de até seis anos estão

<sup>3</sup> Para a classificação de pobres, foi utilizada uma linha de pobreza de R\$ 120,00.

em creche ou pré-escola e aqueles nos quais elas não estão, já que foram selecionadas apenas famílias com renda domiciliar inferior a R\$ 120,00 *per capita*.

Embora a renda não se diferencie de maneira expressiva, os indicadores de inserção das mulheres no mercado de trabalho são muito diversos. As mães de crianças em creche têm uma taxa de participação no mercado de trabalho maior do que as mulheres cujos filhos não têm acesso à educação infantil. Essas mães conseguem trabalhar mais em relação àquelas cujos filhos estão em casa, bem como recebem salários superiores. O emprego formal também se torna mais provável quando os filhos estão na creche ou na pré-escola.

Evidencia-se, assim, que a educação infantil é um mecanismo eficiente de articulação entre família e trabalho, pois, além de possibilitar que as mães trabalhem, e trabalhem mais, permite uma melhor inserção delas no mercado de trabalho. Assim, podemos sustentar que o acesso à educação infantil tem amplo potencial não só para promover um trabalho mais bem remunerado das mães como também para inseri-las em ocupações de melhor qualidade.

## CONCLUSÕES

Numa sociedade fortemente desigual, instituições como a família e o mercado tendem a reproduzir as desigualdades existentes a partir de uma lógica de gênero e de classe. Desse modo, o Estado tem um enorme papel a desempenhar na socialização dos cuidados familiares, e o acesso à educação infantil e a extensão do horário das escolas para tempo integral se constituem em necessidades de primeira ordem, quando se toma a igualdade de gênero como referência. Todavia, uma distribuição mais igualitária do tempo total de trabalho entre os sexos requer profundas mudanças em pelo menos outras duas esferas. A primeira delas diz respeito à regulação do mercado de trabalho, cuja organização presume a existência de um “contrato sexual” que envolve uma contraparte feminina, uma esposa, que se ocupa apenas das necessidades diárias do grupo familiar. O crescente aumento da participação das mães no emprego altera, de fato, essa premissa e exige que se reconsidere a organização do trabalho para homens e mulheres, de modo que a conciliação entre trabalho e família possa ser efetivamente realizada, sem prejuízo da qualidade de vida das mulheres e das crianças. A segunda esfera é relativa à divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres, de forma que ambos, participem plenamente da esfera do trabalho remunerado e dos cuidados familiares.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Capítulo suplementar – mulheres e homens no mercado de trabalho: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, M. & HIRATA, H. (Orgs.). *As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003.
- \_\_\_\_\_. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, n° 110. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2000, pp. 67-104.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n° 132. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, set./dez. 2007, pp.595-609.
- INEP. *Censo escolar – Sinopse estatística da educação básica – 2006*. Brasília, 2007, 411p. (<http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos>).
- MELO, Hildete Pereira de. *Serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras*. Textos para discussão, n° 565. Rio de Janeiro: Ipea, 1998, 29p.
- NAMIR, Kátia. Perfil dos trabalhadores domésticos no Brasil metropolitano. *Gênero. Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero*, v. 6, n° 2, e v. 7, n° 1, 2006, pp.79-93.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). *Emprego doméstico: uma ocupação tipicamente feminina*. Brasília, 2006, 52p. (<http://www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?fileId=220>).
- ROSEMBERG, Fúlvia. Expansão da educação infantil e processo de exclusão. *Cadernos de Pesquisa*, n° 107. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, julho 2007, pp. 7-40.
- SOARES, Cristina; SABÓIA, Ana Lucia. *Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2001 e 2005*. Textos para Discussão. Diretoria de Pesquisa. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 ([http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tempo\\_trabalho\\_afdom\\_pnad2001\\_2005.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tempo_trabalho_afdom_pnad2001_2005.pdf)).
- SORJ, Bila; FONTES, Adriana. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n° 132. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, set./dez. 2007, pp. 573-94.
- ZEPEDA, Eduardo. Latin America's Progress on Gender Equality: Poor women workers are still left behind, 2008 (<http://www.undppovertycentre.org/pub/IPCOnePager49.pdf>).

# POR UMA ECONOMIA NÃO ANDROCÊNTRICA: DEBATES E PROPOSTAS A PARTIR DA ECONOMIA FEMINISTA

Cristina Carrasco

Tradução: Renata Moreno e Maria Otilia Bocchini

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

O que hoje se conhece como *economia feminista* se desenvolveu quase em paralelo com o pensamento econômico, mas, como outras disciplinas, esta também foi influenciada pela teoria feminista, cujos debates teóricos e conceituais se transferem para as diversas áreas de conhecimento e se traduzem em enfoques específicos em cada uma das diferentes disciplinas.

Durante o século XIX, a chamada primeira onda do feminismo centrou-se sobretudo na demanda de direitos para as mulheres, o que na economia se converteu basicamente em reivindicações do direito das mulheres a ter um emprego e em intensos debates pela igualdade de trabalho e de salário entre mulheres e homens. Um século depois, e, em particular a partir dos anos 1960, desenvolve-se a segunda onda do feminismo, caracterizada por um grande impulso da teoria feminista como pensamento independente e inovador. Paralelamente, e como resultado dessa elaboração teórica, têm início, de forma intensa, a crítica metodológica e conceitual às tradições existentes nas diferentes disciplinas e a elaboração de propostas de novas perspectivas

<sup>1</sup> Em um artigo anterior (Carrasco, 2005) comentei detalhadamente os diferentes desenvolvimentos da economia feminista. Nestas páginas utilizarei como referência aquele artigo, com a diferença de que aqui procurarei realizar uma breve esquematização dos debates atuais e dos desafios futuros dessa economia.

teóricas. Denunciam-se, por um lado, a invisibilidade das mulheres como elaboradoras de pensamento e, por outro, o viés androcêntrico presente no quadro teórico das diversas áreas de conhecimento.

Contudo, diferentemente do que se passou em outras disciplinas mais permeáveis e mais flexíveis para aceitar rupturas conceituais, as novas propostas não incidiram sobre o corpo central da análise econômica dominante (nem sobre o corpo central de outras perspectivas mais críticas). Entre as razões alegadas para a não-alteração da disciplina econômica pelo desafio da economia feminista, destacam-se algumas relacionadas com o claro domínio (exclusivo e excludente) tanto do paradigma neoclássico como da economia como disciplina reconhecida nos campos social e político:<sup>2</sup> a economia é a disciplina social que goza de maior poder nesse âmbito e, conseqüentemente, é a que mantém o duvidoso privilégio de continuar sob domínio masculino; o paradigma neoclássico apresenta-se sem fissuras e com pressupostos que praticamente impedem o fornecimento de respostas às problemáticas suscitadas pela economia feminista; a própria definição das fronteiras da economia (neoclássica e outras) – que considera apenas a economia de mercado – é estreita e excludente e não permite a análise do trabalho não remunerado, atividade básica para a sustentabilidade da vida humana e para a reprodução da força de trabalho necessária para o trabalho de mercado. E, por último, os pressupostos da teoria neoclássica simplificam e estereotipam a natureza da vida das mulheres: elas são tratadas essencialmente como esposas e mães e, portanto, como trabalhadoras menos produtivas que os homens no trabalho de mercado. Sob esse ponto de vista, são economicamente dependentes dos homens, que assumem o papel de *homo economicus* com livre atuação no mercado. A cegueira analítica decorrente desse enfoque não deixa que os *homo economicus* sejam vistos como seres completamente dependentes das mulheres em tudo o que se refere às atividades de cuidados, sem as quais eles nem sequer existiriam.

No entanto, além das diferentes razões específicas que justificariam a falta de reconhecimento da economia feminista pela economia, o problema de fundo é “o viés androcêntrico que percorre toda a disciplina e que se evidencia nas representações abstratas do mundo centradas no mercado, em que se omite, exclui e desvaloriza a atividade não remunerada realizada fundamentalmente pelas mulheres. [Por essa razão]... a partir da economia feminista se pretende uma mudança profunda que possa transformar a

---

<sup>2</sup> Esse tema está desenvolvido em Carrasco (2005).

própria disciplina e que permita construir uma economia que integre e analise a realidade de mulheres e homens, tendo como princípio básico a satisfação das necessidades humanas” (Carrasco 2005: 31).<sup>3</sup>

## TEORIA FEMINISTA E ECONOMIA FEMINISTA

Como acontece com a maioria das disciplinas – e com as críticas feitas a elas –, o que se denomina economia feminista não corresponde a um quadro teórico monolítico; ao contrário, ela integra vários enfoques e vários níveis de ruptura com os paradigmas estabelecidos, como consequência lógica de um processo de construção e reconstrução conceitual, de criação e recriação de pensamento, em geral permeado de dúvidas, demonstrações e experimentações que vão dando forma e conteúdo a novas perspectivas teóricas e aplicadas. Contudo, a presença de diversas perspectivas na economia feminista, perspectivas críticas à corrente dominante, longe de ser um conflito, reflete o grau de maturidade alcançado pelos novos enfoques.

No amplo leque de elaborações teóricas e empíricas realizadas nos últimos 25 anos, é possível distinguir – com todo o risco e perigo que significa fazer esse tipo de classificação – dois eixos básicos de pensamento que orientam o desenvolvimento da pesquisa: o eixo que se denomina *economia e gênero* e o que temos designado como *economia feminista*, linhas de pensamento que se expressam nas elaborações criadas a partir da teoria feminista.

A teoria feminista, como já mencionado, está se desenvolvendo de maneira notável e contínua desde os anos 1960. A riqueza dos conteúdos atuais é boa prova disso. Novamente – e pecando pela grande ousadia – atrevo-me a situar duas grandes correntes de pensamento sobre as quais se apóia a vasta maioria dos debates e conteúdos teóricos.

No primeiro caso, tem-se uma teoria política dos direitos, do “direito a ter direitos”. Insiste-se na discriminação e na desigualdade das mulheres em relação aos homens. Por isso, o objetivo proposto é o de conseguir a igualdade de direitos reais entre os sexos, mas sem alterar o modelo dominante. Trata-se de conseguir que as mulheres possam se introduzir no mundo masculino e conquistar aqueles espaços sociais que tradicionalmente são reservados para os homens e que gozam de reconhecimento e *status* social.

<sup>3</sup> As idéias sobre a economia feminista foram desenvolvidas por diversas autoras. Ver referências em Carrasco (2005).

A segunda perspectiva baseia-se nos argumentos de que a igualdade de direitos pode ser um passo talvez necessário, mas não suficiente, e de que a concepção que avalia a igualdade de direitos como liberdade política tem limites evidentes, os quais continuam determinados pelo modelo dominante (Birulés, 2004). Em vez disso, esta perspectiva propõe que a situação feminina seja compreendida a partir das próprias mulheres, a partir de suas potencialidades, de sua riqueza, e não daquilo que lhes falta para se igualarem aos homens (Carrasco et al., 2006). Questionar o modelo vigente significa pensar um mundo de todos, um mundo para mulheres e para homens muito além do discurso dominante. A partir dessa perspectiva, o feminismo seria outra maneira de olhar o mundo, outra forma de relacionar-se com ele.

As diferenças entre essas concepções traduzidas para o campo econômico estariam baseadas nas diferentes capacidades de introduzir novos enfoques e propor novas questões (Picchio, 2005; Pérez, 2005). Por um lado, a perspectiva *economia e gênero* dedica-se sobretudo a descrever e denunciar as desigualdades econômicas entre mulheres e homens, mas dentro de um quadro analítico preestabelecido, sem questioná-lo, sem constituir um enfoque de ruptura com os discursos androcêntricos. Ao contrário, a economia feminista critica a estrutura dualista e hierárquica que proporciona total reconhecimento ao mundo público e à economia mercantil monetarizada; pretende recuperar a experiência das mulheres no cuidado dos corpos e da vida; busca a ampliação das fronteiras da economia para incluir a economia não mercantil; propõe a reformulação dos principais conceitos da análise econômica e o desenvolvimento de novas estatísticas, de acordo com os novos quadros analíticos (Carrasco, 2005; Pérez, 2005). Resumindo, essa perspectiva enfatiza a necessidade de superar a estrutura dicotômica, para então construir-se paradigmas mais apropriados para a análise socioeconômica e a integração das diversas atividades que fazem parte da reprodução social e da sustentação da vida humana.<sup>4</sup> Isso não significa que se esteja negando a participação das mulheres no trabalho de mercado ou a urgente ajuda social possivelmente requerida por muitas mulheres no momento atual. O que se procura é dirigir a atenção para o modelo que sustenta essa concepção e para a necessidade de ir além da simples igualdade. “Entretanto, como se disse acima, não é fácil estabelecer diferenças claras entre as contribuições e análises das várias

<sup>4</sup> Estas idéias se encontram, entre outras, em Picchio (1999, 2005), Carrasco (2001), Peter (2003), Power (2004), Pérez (2005). Também há pontos em comum com o que escrevem Nussbaum e Sen. Ver esses autores (1996) e, em particular, o volume 9 (2 e 3) de *Feminist Economics* (2003).

autoras, “desenhar uma linha divisória entre a análise de gênero e a análise feminista (...). Na prática, depende de uma política de conhecimento que não pode ser explicada em linhas puramente ideológicas e que envolve uma nova forma de se aproximar das causas, da linguagem analítica e das questões relacionadas com as vidas de mulheres e homens” (Picchio 2005:19-20). As fronteiras das temáticas e dos debates são pouco definidas e as autoras não incluem a si mesmas em uma ou outra linha de pensamento. É por isso que, nas propostas formuladas a partir da economia feminista, da economia e gênero ou de ambas, que serão resumidas a seguir, não há nem se pode determinar uma separação ou classificação evidente (nem é esse meu objetivo aqui).

## ALGUMAS PROPOSTAS A PARTIR DO OLHAR FEMINISTA

Nesta parte, vou me estender sobre alguns dos diversos temas que têm sido abordados pela economia feminista, pela economia e gênero ou por ambas, e que me parecem os mais relevantes. Não pretendo expor tudo o que tem sido feito nem responder a toda a problemática atual. Em todo caso, creio que as novas contribuições são válidas como referência para realidades diversas, ainda que em cada situação concreta possam existir prioridades, debates e análises específicos.

**1.** As contribuições mais importantes da economia feminista foram o rompimento com as fronteiras tradicionais na economia, as quais restringem o campo econômico aos aspectos mercantil-monetários, e a recuperação do trabalho doméstico e de cuidados como parte fundamental dos processos de produção, reprodução e vida.

A despeito da existência de diferenças entre elas e de, em alguns casos, os objetivos serem opostos, as diferentes escolas de pensamento econômico centram seu interesse na produção mercantil: os processos mercantis de produção são estudados e analisados como processos autônomos, independentes de qualquer outro tipo de trabalho. Em concordância com esse tipo de funcionamento, a economia neoclássica nos apresenta a figura do *homo economicus* como personagem autônomo, que, sem necessitar de outras pessoas e sem ser responsável por ninguém, atua com independência nos mercados. Nesse contexto, a sustentação da vida humana é transferida para o âmbito doméstico, entendida como uma responsabilidade pessoal das mulheres, sem relação com a economia. Assim, as pessoas devem resolver sua subsistência e a qualidade que ela terá em âmbito privado,

porém sempre sob as condições de trabalho exigidas pela organização da empresa capitalista.

A economia feminista, pelo contrário, centra seu objetivo na vida humana, no bem-estar das pessoas, nos modos de vida – em resumo, na sustentabilidade da vida humana em suas diferentes dimensões e subjetividades. Essa “sustentabilidade supõe uma relação harmônica entre humanidade e natureza, e entre humanas e humanos. Por tudo isso, será impossível falar de sustentabilidade, se não estiver acompanhada de equidade” (Bosch et al., 2005:322). Centrar o objetivo na vida humana significa dar visibilidade, valor e reconhecimento ao trabalho de cuidados; recuperar uma experiência feminina sem a qual não seriam possíveis nem a vida nem o mercado.

Essa visão questiona profundamente a autonomia e a independência dos processos mercantis, tais como são defendidas pela economia mais oficial. Para isso, basta perguntar: em um processo mercantil, de onde vem a força de trabalho? Será que se produz por geração espontânea? Os salários são suficientes para assegurar a reprodução humana? O mercado pode substituir as relações, os afetos, as subjetividades e paixões que se dão no espaço não mercantil e são parte essencial do ser humano? (Carrasco, 2001)

Em resumo, a economia feminista está mostrando que, em face de razões tanto monetárias (salários insuficientes) como relativas aos aspectos afetivo-relacionais – que não podem ser comprados no mercado –, a economia monetária depende da economia não monetária. Por isso, é absolutamente necessário desenvolver novos quadros analíticos que integrem os diferentes processos como partes indissolúveis de um só processo centrado nos modos de vida de mulheres e homens. Explicitar, nos esquemas econômicos, o trabalho familiar doméstico como trabalho necessário é uma questão de justiça, mas também de sensatez e rigor, caso se pretenda analisar e interpretar a realidade.

**2.** Mudar o quadro analítico obriga necessariamente a redefinir alguns conceitos, basicamente a idéia de trabalho. Como já se escreveu bastante sobre o tema, não me estenderei sobre ele e somente comentarei as idéias desenvolvidas em artigo de Bosch e colaboradoras (2005) que me parece expressar o ponto principal do assunto. Segundo esse artigo, para começar a recuperar a idéia de trabalho anterior à industrialização e ao capitalismo seria útil a adoção de um conceito transistêmico de trabalho, não passível de identificação com o emprego em uma sociedade capitalista. Para as autoras, o trabalho, em sentido amplo, é uma atividade que se desenvolve continuamente, como parte da natureza humana:

**De fato, entendemos o trabalho como a prática de criação e recriação da vida e da convivência humana.<sup>5</sup> Na experiência das mulheres, trabalho e vida são uma coisa só. O trabalho nos permite criar as condições adequadas para que a vida humana se desenvolva partindo das condições do meio natural. É a atividade necessária para que a espécie humana – que não se adapta ao meio natural harmoniosamente – possa sobreviver nesse meio. Assim, também podemos entender o trabalho – da mesma forma que parte da tradição marxista – como a atividade que realiza o metabolismo necessário entre a espécie humana e a natureza. Dessa maneira, o trabalho se materializa como o traço de união entre a humanidade e a natureza. Mas esse traço de união tem características diferentes quando o trabalho se destina a cuidar da vida ou quando sua finalidade é a produção capitalista de mercadorias. No primeiro caso, a partir da tarefa feminina de civilização e a partir da consciência ecológica, o trabalho se apresenta como colaboração com a natureza, modificando-a somente no imprescindível. No segundo caso, o que há é uma depredação sem limite (Bosch et al., 2005:331-332).**

Assim entendida e definida essa atividade, as autoras concluem que o trabalho mercantil desvalorizou e desvirtuou a atividade tradicionalmente realizada no lar, ao eliminar a relação humana a ela incorporada, transformando-a em um trabalho alienado que só se pode valorizar de maneira abstrata, isto é, ao lhe conferir um valor monetário. O trabalho mercantil se converte então em uma atividade que somente proporciona dinheiro para dar capacidade de consumo a quem o recebe. “Sob esse novo olhar que a experiência feminina do trabalho proporciona, o emprego não passa do que poderíamos chamar de ‘trabalho empobrecido’” (Bosch et al., 2005:333). Por tudo isso, é absolutamente necessário deixar de considerar trabalho e emprego como sinônimos e elaborar um novo significado para o conceito de trabalho.

---

<sup>5</sup> As palavras que utilizamos para definir o trabalho como “criação e recriação da vida e da convivência humana” são de VV.AA., 2000. Apropriamo-nos das palavras, mas não do conceito, posto que essas autoras (que pertencem a Duoda, Centre de Recerca en Estudi de les Dones) não as utilizam para designar o trabalho, e sim as “práticas femininas de relação” (nota em Bosch et al., 2005).

3. Naturalmente, um novo quadro analítico e um novo conceito de trabalho exigem a revisão das estatísticas econômicas. A esse respeito, existem dois âmbitos de estatísticas diretamente criticáveis pelos dois aspectos tratados nos itens 1 e 2: as estatísticas sobre o Produto Interno Bruto (PIB) e aquelas relacionadas com o emprego.

Com relação às estatísticas sobre o PIB, convém insistir que não é suficiente, talvez nem sequer o mais importante, calcular o valor do trabalho doméstico e de cuidados em termos monetários, aspecto que integra as chamadas Contas Satélites da Produção Doméstica. O cálculo do valor do trabalho de cuidados a preços de mercado acaba por desvirtuá-lo ao medi-lo abstratamente e sem conseguir captar todas as suas características e objetivos. Nesse sentido, é mais relevante medir o tempo de trabalho, unidade de medida física que permite comparações, sem a necessidade de atribuir um salário a um trabalho que não é realizado sob condições mercantis (Carrasco, 1998; Carrasco e Serrano, 2005). Por outro ângulo, é importante continuar analisando formas de integração dos diferentes trabalhos como fluxos que participam de um mesmo processo socioeconômico.

Quanto às estatísticas sobre o trabalho, faço remissão às críticas à Pesquisa de População Ativa da Espanha (EPA, em espanhol), que realizamos em outros estudos.<sup>6</sup> A crítica fundamental provém de que as estatísticas não consideram como trabalho as atividades domésticas e de cuidados, o que limita enormemente a capacidade das estatísticas oficiais de oferecerem informação sobre trabalho e emprego. Com efeito, para a maioria das pesquisas e estatísticas sobre o tema, o trabalho familiar doméstico não é uma atividade economicamente relevante nem tem o *status* de “trabalho”. Não existem estatísticas oficiais periódicas para medir o trabalho familiar doméstico (esse trabalho oficialmente não existe), apesar das numerosas estatísticas oficiais periódicas que recolhem informação do trabalho de mercado (das quais seguramente a que mencionei acima é a mais relevante). Os dados estatísticos coletados referem-se somente à atividade mercantil dos indivíduos; as taxas e os indicadores refletem e medem exclusivamente o que ocorre no trabalho de mercado e as categorias de pesquisa mantêm o mesmo viés de gênero. O que nos preocupa é o fato de esses dados estatísticos servirem de base para a elaboração e a implementação de programas sociais e políticas econômicas – políticas que, ao não considerarem o trabalho familiar doméstico na informação estatística, podem resultar muitas vezes

<sup>6</sup> Ver basicamente Carrasco e Mayordomo (1999 e 2000) e Mayordomo (2004).

inadequadas a seus objetivos, por não disporem de todas as informações sobre as atividades das pessoas.

As categorias populacionais da EPA expressam claramente seu viés androcêntrico. A pesquisa mantém as classificações dicotômicas, pois sempre toma como referência o mercado – atividade simbolicamente masculina. Assim, fazem parte da população *economicamente ativa* aquelas pessoas que têm emprego (população ocupada) ou que estão ativamente em busca de um (população desocupada). Mas a população *economicamente inativa* não tem definição própria, constrói-se de modo residual, como resto, como *a que não é ativa*. E nessa população “inativa” encontram-se, entre outras, as donas de casa em tempo integral. Tal forma de classificação significa, em primeiro lugar, não aceitar a diferença nem a diversidade. Ou seja, existe o elemento “*a*”, reconhecido e valorizado (nesse caso a população ativa), e existe o “não-*a*” (representado pela população inativa), como a negação do primeiro e, portanto, sem reconhecimento nem valorização social. Não se aceita que, se existe “*a*”, pode existir “*b*” como diferente de “*a*”, com outras características e outros valores, os quais podem ser tão ou mais importantes que os de “*a*”. Ou seja, não se aceita que, além do trabalho de mercado, possam existir outros trabalhos com igual ou maior valorização social.

Diante desse problema nas estatísticas oficiais, elaboramos, a partir de um projeto de pesquisa, uma proposta metodológica que denominamos Pesquisa de População Ativa Não Androcêntrica, na qual se redefinem os fundamentos conceituais e metodológicos da EPA, desde o próprio conceito de trabalho até um enfoque global na interpretação dos resultados. Concretamente, trata-se de uma pesquisa capaz de obter informação sobre a atividade global das pessoas e sobre seus vários componentes – trabalho mercantil, ajuda familiar, trabalho doméstico e de cuidados, estudo e trabalho voluntário –, bem como sobre as diferenças entre mulheres e homens no uso do tempo e sobre a divisão sexual do trabalho e do emprego, levando em conta as distintas formas de convivência existentes em nossa sociedade.<sup>7</sup>

As Pesquisas de Uso do Tempo – cada vez mais difundidas – também fornecem informação sobre o tempo de trabalho não remunerado, o que é um avanço importante em relação às estatísticas sobre emprego. Porém, esses instrumentos metodológicos não são pesquisas sobre trabalho (no conceito que utilizamos aqui), e isso limita sua capacidade de análise no campo que nos interessa e a partir do enfoque apresentado nas páginas anteriores.

<sup>7</sup> A proposta completa está publicada em Carrasco et al. (2004).

4. Questionar as estatísticas nos leva diretamente a propor e elaborar novos indicadores. A construção de indicadores não androcêntricos é uma área pouco desenvolvida e sobre a qual ainda há muito a ser feito. Nesta parte, resumirei algumas idéias desenvolvidas em Carrasco et al (2006).

Deve ser apontado primeiramente que o objetivo de um sistema de indicadores é sintetizar a informação contida nas estatísticas existentes para dar conta dos principais aspectos da sociedade, suas inter-relações e possíveis mudanças; em segundo lugar, os indicadores sociais, por si mesmos, constituem medidas quantitativas ou qualitativas dos fenômenos sociais que permitem analisar as condições de vida de um setor ou de certos setores da população. No entanto, a escolha dos aspectos fundamentais do fenômeno que se quer estudar, incluída aí a própria escolha do fenômeno, dependerá essencialmente da orientação ideológica e do objetivo político de quem elabora as escolhas, com orientação e objetivo nem sempre explicitados.

Neste tema de que estamos tratando, quando se fala de indicadores de gênero, geralmente se está fazendo referência a indicadores que permitam realizar um acompanhamento do processo das mulheres em sua integração com o mundo masculino. No campo da economia, isso se traduz principalmente em indicadores sobre a participação das mulheres no campo laboral, suas condições de trabalho e sua integração ao mercado de trabalho.

A opção pela “recuperação da experiência feminina” obriga a criar um tipo de indicador que – valorizando a experiência das mulheres – represente uma ruptura com o modelo patriarcal. Trata-se de um sistema capaz de representar a integração dos distintos processos sociais – mercantis e não mercantis –, sem fragmentá-los nem apresentá-los como campos separados e paralelos. São os denominados “indicadores não androcêntricos”, assim designados para que não sejam confundidos com os indicadores de gênero.

Contudo, uma vez que a ruptura de um modelo é um processo longo e complexo, um sistema de indicadores – digamos, não androcêntrico – deveria, transitoriamente, orientar-se em dois sentidos, com indicadores, por um lado, que revelassem a evolução da situação das mulheres em sua integração no modelo masculino (por exemplo, taxa de participação no mercado de trabalho), e, por outro, com indicadores capazes de comprovar mudanças na expressão da ideologia patriarcal (por exemplo, mudanças reais na segregação do trabalho por sexo, com a valorização do trabalho de cuidados). Isso significa que os indicadores do mercado de trabalho feminino são importantes, mas que, simultaneamente, é necessário analisá-los em conjunto com indicadores de tempo gasto, de trabalho doméstico e de cuidados, assim

como de renda. Além de analisar esses indicadores de forma independente e decomposta somente por sexo, como se costuma fazer, será preciso considerar também o ciclo vital, os tipos de lar e outras variáveis de desagregação relevantes.

5. Tal como se apontou acima, o que importa no tocante às novas estatísticas e indicadores é a realização de análises integradas.<sup>8</sup> A situação das mulheres no trabalho de mercado não existe separada de sua participação no trabalho não remunerado. Por isso, para interpretar a realidade a partir de um conceito amplo de trabalho e analisar sua relação com as condições de vida, é necessário analisar a informação estatística de maneira mais global, com a recuperação daquelas atividades que tradicionalmente são executadas pelas mulheres e que são determinantes nos modos de vida da população. A forma e as possibilidades reais de responder às necessidades da população dependerão da realização dos diferentes trabalhos, do tempo requerido para tanto e dos possíveis rendimentos – salariais ou não salariais – que poderão ser recebidos. Essa perspectiva, que dá visibilidade e inclui os trabalhos de cuidados como principal elemento de análise, vai muito mais longe do que a idéia de igualdade de oportunidades, já que permite estabelecer as responsabilidades reprodutivas como um tema social e político de primeira ordem, e não como um aspecto privado, de responsabilidade feminina (Addabbo e Picchio, 2004; Bosch et al., 2005).

Um enfoque desse tipo torna visível a profunda relação estrutural que existe entre o processo de produção de mercadorias e o processo de reprodução social, além de permitir que se estabeleçam relações entre tempo e dinheiro, entre trabalho pago e não pago, e mostrar que a própria existência do trabalho de mercado depende da realização do trabalho de cuidados (Carrasco e Mayordomo, 2007).

6. Finalmente, o último tema que interessa comentar refere-se à elaboração e à implementação de políticas públicas sem viés androcêntrico.<sup>9</sup> Como é lógico pensar, se a elaboração de políticas públicas e sua posterior implementação se basearem nos modelos – parciais e pouco realistas – habitualmente utilizados pela economia, então serão levados em conta apenas os efeitos no lado visível da economia, ou seja, o mercantil, ficando esquecidos

8 Uma primeira aproximação a esse tipo de enfoque pode ser vista em Addabbo e Picchio (2004) e Carrasco e Mayordomo (2007).

9 Esses temas foram tratados por Elson (1997), Budlender e Sharp (1998), Unifem (2000), Picchio (2001) e Himmelweit (2002). A elas se seguiu uma longa lista de autoras, particularmente nos debates dos chamados “orçamentos com sensibilidade de gênero”.

ou ocultos aqueles que podem impactar a economia do cuidado não mercantil (invisível). Isso envolve um risco: se não forem contemplados todos os possíveis resultados da aplicação da política, considerando as interdependências entre ambas as economias, poder-se-á produzir algum tipo de ineficiência ou resultado não desejado, que nem chegariam a ser conhecidos.

Mas há um segundo problema, relacionado com o anterior. Mulheres e homens se situam em lados diferentes da economia: o não monetário e o monetário e assumem um dos dois papéis sociais específicos. Isso significa que as pessoas, de acordo com seu sexo-gênero, têm restrições e condicionamentos sociais diferentes. Logo, se não se dá atenção aos lugares diferentes que mulheres e homens ocupam em nossas sociedades, se se ignoram os papéis diferenciados e as responsabilidades e capacidades determinadas socialmente para os dois gêneros, então é possível que uma política aparentemente neutra acarrete resultados diferenciados para cada um dos gêneros. É nesse sentido que as políticas não podem se considerar neutras, e sim, em vez disso, “cegas ao sexo”. Contudo, os efeitos diferenciados das políticas não só são distintos para cada um dos sexos, como também estão estruturados de tal maneira que mantêm as mulheres em uma situação de desigualdade social em relação aos homens: como grupo de população, elas desfrutam de menos recursos, dispõem de menos possibilidades de decisão sobre sua vida e menor poder social e político.

Por último, é importante destacar que, com a visão estreita da economia, dificilmente as políticas públicas terão como objetivo básico o que apontamos mais acima como objetivo da economia feminista: a centralidade da vida humana, o bem-estar das pessoas ou, dito de outra forma, a sustentabilidade da vida humana em suas várias dimensões. Em resumo, a idéia é transcender o eixo da des/igualdade entre mulheres e homens, avançando em direção à ruptura do modelo masculino.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADDABBO, Tindara; PICCHIO, Antonella. *Living and working conditions in an opulent society: a capability approach in a gender perspective*. Palestra apresentada na Fifth International Conference on the Capability Approach. Paris, 2004.
- BIRULÉS, Fina. Les dones i la política. In: Institut Català de les Dones, *Dia Internacional de les Dones 2004*. Barcelona, 2004.
- BOSCH, Anna; CARRASCO, Cristina; GRAU, Elena. Verde que te quiero violeta. Encuentros y desencuentros entre feminismo y ecologismo. In: TELLO, Enric. *La historia cuenta*. Barcelona: El Viejo Topo, 2005, pp.321-346.
- BUDLENDER, Debbie; SHARP, Ronda. *How to do a gender-sensitive budget analysis: contemporary research and practice*. Commonwealth Secretariat, Australian Agency for International Development. Austràlia, 1998.
- CARRASCO, Cristina. Género y valoración social: la discusión sobre la cuantificación del trabajo de las mujeres. *Mientras Tanto*, n° 71, 1998, pp. 61-79.
- \_\_\_\_\_. La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres?. *Mientras Tanto*, n° 82, 2001, pp. 43-70.
- \_\_\_\_\_. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In: VARA, María Jesús. *Escritos sobre género y economía*. Madri: Akal, 2005.
- CARRASCO, Cristina; MAYORDOMO, Maribel. Tiempos, trabajos y organización social: reflexiones en torno al mercado laboral femenino. In: CARRASCO, Cristina. *Mujeres y economía*. Barcelona: Icaria, 1999, pp. 125-171.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Los modelos y estadísticas de empleo como construcción social: la encuesta de población activa y el sesgo de género. *Política y Sociedad*, n° 34, 2000, pp. 101-112.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *Trabajo y condiciones de vida. Una mirada no androcéntrica*. No prelo, 2007.
- CARRASCO, Cristina; MAYORDOMO, Maribel; DOMÍNGUEZ, Màrius; ALABART, Anna. *Trabajo con mirada de mujer*. Madri: CES, 2004.
- CARRASCO, Cristina; SERRANO, Mónica. *Propuesta de una Cuenta Satélite de la Producción Doméstica para Cataluña*. Barcelona: Idescat, 2005.
- CARRASCO, Cristina et al. *Proposta d'un sistema d'indicadors no androcèntrics*. Barcelona: Institut Català de les Dones, no prelo, 2006.
- ELSON, Diane. Gender-neutral, gender-blind or gender-sensitive budgets?: changing the conceptual framework to include women's empowerment and the economy of care". Commonwealth Secretariat, 1997.

- HIMMELWEIT, Susan. making visible the hidden economy: the case for gender-impact analysis of economic policy. *Feminist Economics*, 8(1), 2002.
- MAYORDOMO, Maribel. *Dones, treballs i economia laboral. Una proposta alternativa per a analitzar el món del treball*. Col·lecció Tesis Doctorals. Barcelona: CTEESC, 2004.
- NUSSBAUM, Martha; SEN, Amartya (Orgs.). *La calidad de vida*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996 (e.o. 1993).
- PÉREZ, Amaia. *Perspectivas feministas en torno a la economía: el caso de los cuidados*. Tese de doutorado. Madri: Universidad Complutense de Madrid, 2005.
- PETER, Fabienne. Foregrounding practices: feminist philosophy of economics beyond rhetoric and realism. In: BARKER, Drucilla; KUIPER, Edith. *Toward a feminist philosophy of economics*. Londres: Routledge, 2003.
- PICCHIO, Antonella. Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social. In: CARRASCO, Cristina. Op. cit., 1999, pp. 201-242.
- \_\_\_\_\_. Un enfoque macroeconómico "ampliado" de las condiciones de vida. In: Carrasco (Ed.). *Tiempos, trabajos y género*. Barcelona: Publicacions de la Universitat de Barcelona, 2001, pp. 15-37.
- \_\_\_\_\_. La economía política y la investigación sobre las condiciones de vida. In: CAIRÓ, Genma; MAYORDOMO, Maribel (Orgs.). *Por una economía sobre la vida*. Barcelona: Icaria, 2005, pp. 17-34.
- POWER, Marilyn. Social provisioning as a starting point for feminist economics. *Feminist Economics*, vol. 10/3, nov. 2004.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT FUND FOR WOMEN (Unifem). *Progress of the world's women 2000*. Relatório bianual, 2000.
- VV.AA. De dos en dos. Las prácticas de creación y recreación de la vida y la convivencia humana. *Cuadernos Inacabados*, nº38. Madri: Horas y horas, 2000.

# CONTRAGEOGRAFIAS DA GLOBALIZAÇÃO: A FEMINIZAÇÃO DA SOBREVIVÊNCIA<sup>1</sup>

Saskia Sassen

Tradução: Gustavo Codas e Maria Otilia Bocchini

A última década tem mostrado uma presença crescente das mulheres em um amplo leque de circuitos transfronteiriços. Embora muito diversos, esses circuitos compartilham uma característica: são rentáveis e geram lucros à custa de quem está em condições desvantajosas. Incluem o trânsito ilegal de pessoas destinadas à indústria do sexo e a variados tipos de trabalho no mercado formal e informal. Incluem as migrações transfronteiriças, com ou sem a posse de documentos legais, que têm sido uma fonte importante de divisas para os governos dos países de origem. A formação e o fortalecimento desses circuitos são, em boa medida, consequência de condições estruturais mais frouxas. Entre os atores-chave que surgem da predominância de tais condições para configurar a realidade desses circuitos singulares, estão as próprias mulheres em busca de meios de renda e também, cada vez em maior número, traficantes e contratadores, assim como os governos dos países envolvidos.

Atribuo a esses conceitos a denominação “contrageografias da globalização”, as quais estão profundamente imbricadas com algumas das principais dinâmicas constitutivas da globalização, como a formação de mercados globais, a intensificação de redes transnacionais e translocais e o desenvolvimento de tecnologias da comunicação que facilmente escapam das práticas convencionais de controle. O fortalecimento e, em alguns casos, a

<sup>1</sup> Tradução do capítulo 2 de SASSEN, Saskia. *Contrageografias de la Globalización: género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos*. Madri: Traficantes de Sueños, 2003, pp. 41-66.

formação de novos circuitos globais tornam-se possíveis porque existe um sistema econômico global, cujo desenvolvimento é sustentado por diversos apoios institucionais para a transferência do dinheiro através dos mercados transfronteiriços.<sup>2</sup> Dinâmicas e mutantes em suas características, as contradeografias são, de alguma maneira, parte da economia submersa, mas também é evidente que utilizam a infra-estrutura institucional da economia regular.<sup>3</sup>

Este artigo faz a topografia de algumas das características fundamentais dessas contradeografias, considerando especialmente as mulheres nascidas no estrangeiro. A lógica que organiza essa topografia é a possibilidade de realizar conexões sistemáticas entre o crescimento dos circuitos alternativos de sobrevivência, a produção de rentabilidade e a obtenção de divisas, por um lado, e, por outro, as condições flexíveis dos países em desenvolvimento associadas à globalização econômica. Entre tais condições estão o crescimento do desemprego, o fechamento de um número importante de pequenas ou médias empresas mais orientadas para o mercado nacional do que para a exportação, além das grandes dívidas dos governos, em muitos casos ainda em elevação. Apesar de essas economias estarem freqüentemente agrupadas sob a denominação “em desenvolvimento”, em sua maioria elas continuam em dificuldades, estão estagnadas ou em situação de retrocesso. Mas, para abreviar, usarei “em desenvolvimento” para toda a variedade de situações.

## CARTOGRAFANDO UM NOVO PANORAMA CONCEITUAL

A variedade dos circuitos globais, que incluem uma quantidade cada vez mais numerosa de mulheres, ganhou força em um período em que as principais dinâmicas conectadas com a globalização econômica exerceram impactos significativos sobre as economias em desenvolvimento. Estas últimas tiveram que implementar um pacote de novas políticas e se adequar às novas condições associadas à globalização: os Programas de Ajuste Estrutural, a abertura das economias às empresas estrangeiras, a eliminação de múltiplos subsídios estatais, as aparentemente inevitáveis crises financeiras e os modelos

2 Discuti essa mesma questão em relação às migrações internacionais em Sassen (1998: capítulos 2, 3 e 4) e Sassen (1999a). Ver também Castro (1999), Bonilla et al. (1998).

3 Analisei esse tipo de economia submersa, em seu aspecto dinâmico e plurilocalizado, ao estudar a economia informal (Sassen, 1998: capítulo 8).

programáticos de solução aplicados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). É evidente que na maioria dos países envolvidos, quer se trate do México ou da Coréia do Sul, essas condições deram origem a enormes custos para certos setores da economia e para a população, além de não terem conseguido reduzir significativamente a dívida dos governos.

Entre esses custos estão, notadamente, o crescimento do desemprego, o fechamento de um grande número de empresas em setores tradicionais, orientados para o mercado local ou nacional; a promoção de colheitas para a exportação, que por seu turno estão substituindo cada vez mais a agricultura de subsistência e a produção de alimentos para os mercados locais ou nacionais; e, finalmente, a pesada carga atual da dívida estatal.

Certamente existem conexões sistemáticas entre estas duas dinâmicas: o aumento do desemprego e da dívida e a presença crescente de mulheres nas economias em desenvolvimento e na variedade de circuitos globais já descritos. Um modo de articular esse processo em seus termos essenciais é afirmar que: a) a diminuição das oportunidades de emprego masculino nesses países; b) a redução de oportunidades para formas mais tradicionais de gerar lucros, devido sobretudo à aceitação dos mecanismos de avanço de empresas estrangeiras em um amplo leque de setores econômicos, passando por cima do desenvolvimento das indústrias nacionais exportadoras, e c) a queda da arrecadação dos governos em muitos países, causada em parte pelas condições mencionadas e pelo peso dos pagamentos de juros da dívida, contribuíram por fim para d) o aumento da importância de modos alternativos de subsistir, lucrar e fortalecer os orçamentos governamentais.

As evidências colhidas sobre as condições em foco é incompleta e parcial, embora exista um consenso crescente entre os especialistas quanto aos três primeiros aspectos. Vou propor e defender que, para um número crescente de economias em desenvolvimento, aquelas três condições se encontram em situação de expansão no novo contexto político-econômico. E em realidades tradicionalmente empobrecidas aparece a quarta condição listada.

É também nesse contexto que afirmo que todas essas condições surgiram como elementos centrais na vida de um número cada vez maior de mulheres, mesmo quando as articulações não são auto-evidentes ou visíveis. É isso que tem determinado grande parte da dificuldade para compreender o papel das mulheres no desenvolvimento em geral, tal como defendo na próxima seção deste texto. Não há dúvidas de que tais condições são antigas, em muitos sentidos. O que hoje as diferencia é sua rápida internacionalização, sua considerável institucionalização.

Partindo dessa análise, meu principal esforço consiste em pôr em evidência as conexões sistemáticas entre, por um lado, as pessoas consideradas pobres, de baixa renda e, portanto, de baixo valor social, quase sempre representadas mais como uma carga do que como um recurso, e, por outro, as que estão emergindo como fontes significativas de produção de ganhos, especialmente na economia submersa, mas também no que se refere ao aumento dos recursos dos governos. A prostituição e a migração derivada da busca de emprego crescem em importância como modos de ganhar a vida. O trânsito ilegal de trabalhadores e em particular de mulheres e de crianças para a indústria do sexo cresce como forma de obtenção de renda. As remessas enviadas por emigrantes, assim como a exportação organizada de trabalhadores e trabalhadoras, são fontes de recursos cada vez mais valiosas para alguns governos. As mulheres são, indiscutivelmente, o grupo de maior importância nos setores da prostituição e da indústria do sexo e estão se convertendo em um grupo majoritário na migração motivada pela busca de emprego. O emprego ou o uso de mulheres estrangeiras abrange um amplo e crescente leque de setores econômicos, alguns ilegais e ilícitos, como a prostituição, e outros legais e fortemente regulamentados, como a enfermagem.

Tais circuitos podem ser pensados como indicadores, ainda que parciais, da feminização da sobrevivência, já que essas formas de sustento, de obtenção de ganhos e de garantia de recursos para os governos se dão cada vez mais à custa das mulheres. Ao usar a noção de feminização da sobrevivência, não estou me referindo à economia doméstica, e sim ao fato de que, com efeito, comunidades inteiras dependem crescentemente das mulheres. Quero enfatizar também o fato de que os governos dependem dos salários das mulheres incluídas nos circuitos transfronteiriços, assim como de todo um conjunto de empresas cujas estratégias para obter lucros se realizam à margem da economia "lícita". Por fim, ao empregar o conceito de circuitos, quero sublinhar que há certo grau de institucionalização nessas dinâmicas; e falo de dinâmicas porque não se trata simplesmente de um aglomerado de ações individuais.

O que descrevi acima abrange decerto um amplo panorama conceitual. Evidentemente, os dados são insuficientes para provar minha argumentação. Há, no entanto, conjuntos parciais de documentos que confirmam alguns desenvolvimentos. Mais adiante, para mostrar algumas das interconexões apresentadas acima, foi reunido um conjunto variado de informações que em sua maior parte haviam sido recolhidas isoladamente e uma bibliografia anterior sobre as mulheres e a dívida, especializada na implementação da

primeira geração dos Programas de Ajuste Estrutural em alguns países em desenvolvimento e no crescimento da dívida estatal na década de 1980. A bibliografia mencionada documentou o peso desproporcional que esses programas jogam sobre as mulheres.<sup>4</sup> Em contraparte, recentemente surgiram novas análises focadas na aplicação da segunda geração dos Programas de Ajuste. São análises mais diretamente ligadas à generalização da economia global na década de 1990. Porém, todas essas fontes de informação não chegam a proporcionar uma especificação empírica completa da atual dinâmica, cuja hipótese tratamos de formular aqui.

### EXEMPLIFICAÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE GÊNERO<sup>5</sup> NA ECONOMIA GLOBAL

Até hoje existe um esforço de pesquisa e teorização que despende tanto tempo como esforço dedicados a recuperar o papel das mulheres nos processos econômicos internacionais. Em grande parte, o objetivo central dessa primeira geração de estudos é contrabalançar o enfoque excessivo, inexplicável e androcêntrico da pesquisa sobre o desenvolvimento econômico internacional. Nos estudos mais importantes sobre desenvolvimento, tais processos, talvez de maneira involuntária, foram muitas vezes representados como algo neutro em relação ao gênero.<sup>6</sup> Na minha leitura, a globalização produziu outro conjunto de dinâmicas nas quais as mulheres estão desempenhando um papel crítico. E, uma vez mais, a nova literatura econômica a respeito dos processos atuais de globalização opera como se a nova fase econômica fosse neutra em relação ao gênero. As dinâmicas de gênero tornaram-se invisíveis no que se refere à sua articulação concreta com a economia global. Esse conjunto de dinâmicas pode ser encontrado nos circuitos alternativos transfronteiriços descritos acima, nos quais é crucial o papel das mulheres, e especialmente o da mulher migrante. As dinâmicas de gênero também podem ser reconhecidas nas características centrais da

<sup>4</sup> Existe uma extensa bibliografia em diferentes idiomas, com vasto número de estudos de circulação limitada elaborados por ativistas e organizações de base. Ver, por exemplo, Ward (1991); Ward e Pyle (1995); Bose e Acosta-Belén (1995); Beneria e Felman (1992); Bradshaw et al. (1993); Tinker (1990); Moser (1989).

<sup>5</sup> Do inglês *gendering*. (N. E.)

<sup>6</sup> Para examinar essas questões, ver, por exemplo, Ward e Pyle (1995), Tinker (1990), Morokvasic (1984).

economia global, porém este não é o lugar para discuti-las.<sup>7</sup> Creio que temos de observar os atuais desenvolvimentos como parte da história mais extensa que tornou visível o papel das mulheres nos processos econômicos cruciais.

Podemos identificar duas fases iniciais nos estudos de gênero sobre a história recente da internacionalização econômica, ambas relacionadas com processos que persistem até hoje, e uma terceira fase que se concentra nas transformações mais recentes, mas que quase sempre exige uma elaboração posterior das categorias e dos achados das duas fases anteriores.

A primeira fase compreende a bibliografia sobre desenvolvimento, aquela que trata da implantação da agricultura de mercado e do trabalho assalariado em geral, principalmente sob responsabilidade de empresas estrangeiras. Nesse sentido, o destaque ficava por conta da dependência parcial do processo ao fato de que as mulheres subsidiavam o trabalho assalariado dos homens por intermédio da produção doméstica e da agricultura de subsistência. Boserup, Deere e muitas outras produziram um conjunto de estudos muito enriquecedores e detalhados que mostram as diversas variantes do processo.<sup>8</sup> Longe de estar desconectados, o setor de subsistência e a moderna empresa capitalista foram contemplados como articulações híbridas enredadas pela dimensão de gênero. De fato, o trabalho “invisível” das mulheres na produção de alimentos e na satisfação de outras necessidades das economias de subsistência contribuiu para manter os salários em níveis extremamente baixos nas plantações e nas minas, sempre adaptadas aos mercados de exportação emergentes. No chamado setor de subsistência as mulheres contribuíram com o financiamento do setor “modernizado” por meio da extensa produção de subsistência não remunerada. É uma perspectiva muito diferente daquela da literatura convencional sobre desenvolvimento, que representa o setor de subsistência, quando o faz, como um obstáculo para o setor moderno, um indicador de atraso. Nas análises econômicas convencionais não foram avaliados os efeitos das economias de subsistência femininas. As análises feministas mostraram as dinâmicas desse processo de

---

<sup>7</sup> Ver, por exemplo, *Indiana Journal of Global Legal Studies* (1996). O tratamento desse assunto centra-se nos impactos da globalização econômica, mas menos sobre a economia submersa e mais sobre as questões legais: a desconstrução parcial da soberania e seu significado em termos do surgimento da agenda feminista para além das fronteiras; o lugar das mulheres e a consciência feminista no novo modo pelo qual a Ásia implementa o capitalismo global avançado; a disseminação global de um conjunto de importantes direitos humanos; e o poder desses direitos no reenquadramento da posição das mulheres. Ver, também, Knop (1993); Peterson (1992); Mehra (1997).

<sup>8</sup> Boserup (1970); Deere (1976).

modernização e sua dependência do setor de subsistência.<sup>9</sup> Uma segunda fase decorreu das indagações sobre a internacionalização da produção manufatureira e sobre a feminização do proletariado que a acompanhou.<sup>10</sup> O principal elemento analítico estava no fato de que os trabalhos manufatureiros realizados fora das metrópoles, sob a pressão dos baixos custos de importação, mobilizaram uma força de trabalho feminina desproporcional em relação à situação histórica dos países mais ricos — uma força de trabalho que até então se mantivera, em sua maior parte, fora da economia industrial. Essa análise considerou também questões como o predomínio das mulheres em segmentos específicos da indústria, notadamente os de vestuário e de montagem de eletrônicos, independentemente do nível relativo de desenvolvimento de cada país.<sup>11</sup> Ainda, sob a perspectiva da economia global, a formação de um proletariado feminino imigrante facilitou a ação das empresas para evitar a criação de sindicatos, cada vez mais fortes nos países onde se originava o capital, e assegurou preços competitivos para os bens reimportados e montados no exterior.

Agora se pode considerar que está se inaugurando uma terceira fase na relação entre as mulheres e a economia global, precisamente em torno dos processos que acentuam as transformações de gênero, as transformações nas subjetividades das mulheres e em seus conhecimentos sobre os respectivos grupos de referência. Essas dinâmicas foram discutidas a partir de posições muito diferentes. Entre os estudos mais pormenorizados, e os mais pertinentes para os assuntos tratados neste artigo, encontram-se algumas pesquisas recentes sobre a questão das mulheres imigrantes. Neles se analisa como a migração internacional modifica os padrões de gênero e como a formação de unidades domésticas transnacionais pode conferir poder às mulheres<sup>12</sup>.

Existe também um enfoque novo e importante que chama a atenção não só para as novas formas de solidariedade transfronteiriças como igualmente para as experiências de pertencimento e de elaboração de identidade que representam as novas subjetividades femininas, incluindo as feministas<sup>13</sup>.

9 Ver Smith e Wallerstein (1992) para uma análise da economia doméstica no contexto geral do desenvolvimento da economia mundial.

10 Sobre esse aspecto, há uma extensa bibliografia, de várias partes do mundo, exemplificada por Lim (1998), Enloe (1988), Nash e Fernandez Kelly (1982), Safa (1995), Sassen (1988), Ward (1991), Chant (1992), Bonacich et al. (1994).

11 Veja, por exemplo, Milkman (1980); Beneria e Stimpson (1987).

12 Ver, por exemplo, Castro (1999), Grasmuck e Pessar (1991), Boyd (1989), Hondagneu-Sotelo (1994).

13 Ver, por exemplo, Basch et al. (1994), Soysal (1994), Malkki (1995), Eisenstein (1996) e Ong (1996).

Uma pergunta metodológica valiosa é: quais são os lugares estratégicos em que os processos econômicos internacionais podem ser estudados a partir de uma perspectiva feminista? No caso da agricultura orientada para a exportação, esse lugar estratégico é a relação entre as economias de subsistência e as empresas capitalistas. No caso da internacionalização da produção de manufaturados, o nexos encontra-se tanto no definimento da “aristocracia operária”, masculina em sua maior parte e instalada nas grandes indústrias, cujos salários ainda eram, em boa medida, influenciados pela força de trabalho, quanto na formação de um proletariado sub-remunerado fora dos países desenvolvidos, composto sobretudo por mulheres e empregado nos novos e nos velhos setores de crescimento. A feminização e a distribuição desse proletariado — que é, além do mais, empregado em setores em crescimento — evitaram o surgimento de uma nova e poderosa “aristocracia operária” com força sindical efetiva e o fortalecimento das “aristocracias operárias” preexistentes, em sua maioria constituída de homens. Ao introduzir uma perspectiva de gênero para entender os processos econômicos, ficam evidentes estas conexões: a existência de nexos que podem ser considerados tanto realidades operativas como estratégias analíticas.

Quais são os lugares estratégicos nas tendências atuais da globalização? Em parte, analisei essa questão sob a perspectiva das principais características do atual sistema econômico global.<sup>14</sup> Sublinhei aí a posição das cidades globais como marco dos lugares estratégicos de maior importância: os serviços especializados, as finanças e os maiores centros de gestão dos processos econômicos globais.

As cidades globais são também um espaço central para a incorporação de um grande número de mulheres e imigrantes no que poderíamos chamar de atividades de interesse dos setores estratégicos. Trata-se de um modelo de incorporação que torna visível o fato de que esses trabalhadores e trabalhadoras fazem parte da economia global da informação, o que provoca o rompimento entre a condição de trabalhadores em indústrias líderes e a oportunidade de vir a integrar a “aristocracia operária” ou seu equivalente contemporâneo, como sempre aconteceu historicamente no caso das economias industrializadas. Nesse sentido, “mulheres e imigrantes” surgem como o equivalente sistemático do proletariado, um proletariado que se desenvolve fora dos países de origem. Além disso, nas cidades globais, as demandas por força de trabalho de máximo nível profissional e gerencial são

---

<sup>14</sup> Sassen (1998: capítulo 5).

tais que se tornam inadequados os modos usuais de executar as tarefas e os estilos de vida domésticos. Como consequência, estamos observando a volta das chamadas “classes de servidão”, compostas majoritariamente por imigrantes e mulheres migrantes.<sup>15</sup>

Os circuitos globais alternativos, que nos interessam aqui, são outro exemplo das dinâmicas da globalização, mais da perspectiva das economias em desenvolvimento do que daquela das cidades globais. A globalização econômica precisa ser entendida em suas múltiplas situações, muitas das quais não são compreendidas em suas relações com a economia global. Na próxima seção deste texto, farei uma primeira aproximação empírica a alguns dos contornos dos circuitos globais alternativos, das contrageografias da globalização. Já que os dados não são exaustivos, será uma especificação parcial. Entretanto, servirão para ilustrar algumas das principais dimensões.

## A DÍVIDA DOS GOVERNOS

Os problemas derivados da dívida externa e de seus juros converteram-se em uma característica sistemática do mundo em desenvolvimento desde a década de 1980. De acordo com minha interpretação, trata-se de uma característica sistemática que leva à formação de novas contrageografias da globalização. O impacto sobre as mulheres e sobre a feminização da sobrevivência está mediado mais pelas características particulares dessa dívida do que pela dívida em si.

É grande o volume de pesquisas que mostram os efeitos prejudiciais da dívida sobre os programas estatais para mulheres e crianças, de maneira especialmente clara nos campos da educação e do cuidado com a saúde, investimentos sem dúvida necessários para garantir um futuro melhor. Além disso, o aumento do desemprego normalmente associado à austeridade orçamentária e aos programas de ajuste implementados pelas agências internacionais mostra efeitos adversos sobre as mulheres<sup>16</sup>. Não só o desemprego feminino nos setores tradicionais, como também o masculino, multiplicaram a pressão sobre as mulheres para que encontrem modos de

15 Sassen (2000: capítulo 9). Sobre as implicações políticas que decorrem dessa situação no contexto das cidades em uma economia global, ver Copjec e Sorkin (1999).

16 Ver, por exemplo, Chossudovsky (1997), Sanding (1999), Rahman (1999), Elson (1995). Para uma excelente revisão da bibliografia quanto ao impacto da dívida sobre as mulheres, ver Ward (1991).

garantir a sobrevivência doméstica, por meio da produção de alimentos de subsistência, do trabalho informal, da emigração e da prostituição. Todas essas atividades adquiriram uma importância muito maior como opções de sobrevivência para as mulheres.<sup>17</sup>

De fato, as vultosas dívidas estatais e os altos índices de desemprego provocaram a necessidade de buscar alternativas de sobrevivência. A diminuição das oportunidades econômicas regulares fez com que empresas e organizações passassem a buscar ganhos ilegais massiva e extensivamente. Nesse aspecto, os pesados juros da dívida exercem um papel essencial na formação de contrageografias da sobrevivência, na produção de novos ganhos e estratégias de financiamento por parte dos governos. A globalização econômica, de certo modo, contribuiu para o rápido incremento de alguns componentes da dívida e consolidou uma infra-estrutura institucional para a movimentação de capitais através das fronteiras e dos mercados globais. A globalização econômica facilitou a eficácia dessas contrageografias em escala global.<sup>18</sup>

Em geral, a maioria dos países que se endividaram profundamente nos anos 1980 não conseguiu diminuir a importância desse problema. Na verdade, na década seguinte um novo grupo de países se viu afetado pelo crescimento acelerado da dívida externa. De lá para cá, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (BM) criaram algumas inovações por meio de seus Programas de Ajuste Estrutural e dos Empréstimos de Ajuste Estrutural, respectivamente. Os empréstimos não se dirigiam ao financiamento de projetos particulares, mas estavam condicionados à execução de profundas reformas nas políticas econômicas. Tinha-se como objetivo promover a “competitividade” das economias estatais, o que em geral significa grandes reduções nos programas sociais. Em 1990 realizaram-se quase duzentos empréstimos desse tipo. Já na década de 1980, a administração Reagan havia pressionado duramente muitos desses países para que implementassem políticas neoliberais similares às propostas pelos Programas de Ajuste Estrutural.

---

17 Sobre esses temas, ver, por exemplo, Alarcón-González e McKinley (1999), Buchmamn (1996), Safa (1995), Jones (1999), Cagatay e Ozler (1995). Algumas das referências mencionadas nas notas precedentes também tratam desses temas.

18 Com efeito, esse foi um elemento importante em minha pesquisa sobre a globalização. Estou me referindo ao processo pelo qual a existência de uma infra-estrutura institucional global pode permitir que os processos que operavam basicamente em nível estatal subissem até o nível global, mesmo quando o funcionamento neste último não seja estritamente necessário ao funcionamento dos processos em outros níveis. Obviamente isso se contrapõe aos processos por si mesmos globais, tais como a rede mundial de centros financeiros, alicerces da formação de um mercado de capital global (ver, por exemplo, Sassen 1999b).

Os Programas de Ajuste Estrutural converteram-se em uma nova norma operativa do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, sob o princípio de sua aptidão como modelo de crescimento no longo prazo e como critério de atuação das políticas governamentais. Contudo, todos esses países mantiveram um forte nível de endividamento e 41 deles são rotulados no presente como Países Pobres Altamente Endividados. Mais ainda, a estrutura atual da dívida, seus interesses e seus modelos de impacto ou inserção nas economias dos países endividados apontam que, nas condições hoje existentes, provavelmente a maioria não poderá pagar as dívidas em sua totalidade.<sup>19</sup> Os Programas de Ajuste Estrutural parecem ter reforçado essa improbabilidade, ao exigir um programa de reformas econômicas que contribuiu para aumentar o desemprego e a falência de muitas pequenas empresas voltadas para o mercado interno.

Ainda antes da crise econômica dos anos 1990, a dívida dos países pobres do Sul cresceu de 507 bilhões de dólares, em 1980, para 1,4 trilhão de dólares em 1992. Somente o pagamento de juros, isoladamente, aumentou até 1,6 trilhão de dólares, um número maior que o valor nominal da dívida atual. Além disso, é sabido que o Sul já pagou sua dívida várias vezes, apesar de formalmente o valor desta ter crescido cerca de 250%. De acordo com algumas estimativas, de 1982 a 1998 os países endividados pagaram quatro vezes suas dívidas originais e, no entanto, seus estoques de dívida multiplicaram-se por quatro.<sup>20</sup>

Não obstante, esses países destinaram parte significativa do total de seus orçamentos ao pagamento de juros. Trinta e três dos 41 Países Altamente Endividados pagaram ao Norte três dólares de juros por cada dólar enviado como ajuda ao desenvolvimento. Muitos deles destinam mais de 50% dos orçamentos governamentais ao pagamento da dívida, enquanto obtêm somente de 20% a 25% de seus recursos pelas vendas de exportação.<sup>21</sup>

É inevitável que essa carga da dívida não influencie amplamente a composição do gasto estatal. Zâmbia, Gana e Uganda são três países que ilustram essa situação. Eles foram considerados pelo Banco Mundial

19 Em 1998, a composição da dívida era a seguinte: instituições multilaterais (FMI, Banco Mundial e bancos de desenvolvimento regional) abrangiam 45% de seu total; as instituições bilaterais (países individuais e o grupo de Paris), outros 45%; e as instituições financeiras privadas, 10% (Ambroggi, 1999).

20 Toussaint (1999: 1). Segundo Susan George, o Sul pagou ao Norte o equivalente a seis planos Marshall (Bandarage 1997).

21 Ambroggi (1999).

“responsáveis e com vontade de cooperar”, além de eficazes na implementação dos Programas de Ajuste Estrutural. Em Zâmbia, por exemplo, o governo pagou 1,3 bilhão de dólares de dívida e gastou 37 milhões em educação fundamental. Os gastos sociais de Gana, da ordem de 75 milhões de dólares anuais, representam somente 20% dos juros anuais de sua dívida. Uganda pagou nove dólares *per capita* de dívida e apenas um dólar para o cuidado com a saúde.<sup>22</sup> Em 1994, só esses três países enviaram 2,7 bilhões de dólares aos banqueiros do Norte. Os pagamentos da África alcançaram a cifra de 5 bilhões de dólares em 1998, o que significa que, por cada dólar de ajuda, os países africanos pagaram 1,4 dólar de juros da dívida<sup>23</sup>.

Em muitos dos Países Pobres Altamente Endividados, o valor dos juros com relação ao –Produto Interno Bruto (PIB) excede os limites sustentáveis. Em muitos casos, os juros estão muito além do que se considerava ingovernável na crise da dívida da América Latina da década de 1980.<sup>24</sup> O valor da dívida com relação ao PIB é especialmente alto na África, onde cresceu até a espetacular cifra de 123%, comparado aos 42% da América Latina e aos 28% da Ásia.<sup>25</sup>

A situação atual se reveste de algumas características segundo as quais a maioria desses países não conseguirá superar os níveis de endividamento através das estratégias orientadas pelos Programas de Ajuste Estrutural. Certamente, parece que muitos casos tiveram efeito contrário: a dependência aumentou, em virtude de um novo e forte endividamento. Mais ainda, ao lado de processos de outro caráter, os Programas de Ajuste Estrutural contribuíram para multiplicar o desemprego e a pobreza.

Dentro dessa perspectiva, a crise financeira que o Sudeste asiático atravessa é esclarecedora. Trata-se de economias que foram e continuam a ser altamente dinâmicas. Todavia, tiveram que enfrentar altos níveis de endividamento e a crise econômica de um amplo leque de empresas e setores. Tanto a construção da crise financeira como suas conseqüências foram acompanhadas da imposição de novas políticas de ajuste estrutural, que

---

22 Ismi (1998).

23 Keet (1999).

24 Oxfam (1999).

25 Cheru (1999). O FMI exigiu que os Países Pobres Altamente Endividados usassem de 20% a 25% dos valores de suas exportações para o pagamento dos juros da dívida. Em contraposição, em 1953 os Aliados cancelaram 80% da dívida de guerra da Alemanha e exigiram que o país destinasse somente 3% ou 5% dos valores advindos de sua exportação para o pagamento dos juros da dívida. Essas mesmas condições puderam ser vistas na história recente da saída da Europa Central da órbita comunista.

representaram um elevado crescimento do desemprego e da pobreza, em grande medida por causa da disseminação das falências de pequenas e médias empresas que alimentavam não só os mercados nacionais como também o setor de exportação.<sup>26</sup> O pacote de salvamento de 120 bilhões de dólares foi a cunha que permitiu a introdução dos Programas de Ajuste Estrutural. A redução significativa da autonomia dos governos por causa desses programas compensou as perdas dos investidores institucionais externos, mas não solucionou a pobreza e o desemprego experimentado por um número expressivo de pessoas. A administração da crise por intermédio das políticas do FMI piora, para muitos países, essa situação.

## CIRCUITOS ALTERNATIVOS DE SOBREVIVÊNCIA

Nesse contexto, surgem os circuitos alternativos de sobrevivência, que devem ser considerados em sua específica articulação com as novas condições. Efetivamente, trata-se de um contexto caracterizado por uma nova condição sistêmica, que interpreto em relação a um alto nível de desemprego e de pobreza, à falência de um grande número de empresas e à redução dos recursos do Estado, especialmente quanto às necessidades sociais. Neste ponto, quero mencionar alguns dados sobre o tráfico de mulheres com destino à indústria do sexo e ao mercado de trabalho externo, ao peso crescente dessas redes de tráfico como opção para conseguir benefícios e ao peso crescente das remessas dos emigrantes nas contas dos Estados de origem.

## TRÁFICO DE MULHERES

O tráfico consiste no aliciamento e transporte de pessoas, tanto dentro como fora do país. Pode ser induzido por meio do recurso à necessidade de trabalho ou sob a promessa de realização de certos serviços, mas sempre inclui coerção por parte dos aliciadores. O tráfico de pessoas viola os direitos humanos, civis e políticos. Está ligado à indústria do sexo, ao trabalho forçado, à imigração ilegal. Para evitar que se desenvolva, foram elaboradas

---

<sup>26</sup> Ver, por exemplo, Olds et al. (1999).

leis, tratados e cartas, assim como resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU), e criados vários organismos e comissões<sup>27</sup> que cuidam do problema. As ONGs desempenham um papel cada vez mais importante nessa questão.<sup>28</sup>

O tráfico de mulheres para a indústria do sexo contribui com lucros crescentes para quem dirige esse comércio. A ONU calcula que em 1998 foram traficadas 4 milhões de pessoas, o que gerou um lucro total de 7 bilhões de dólares para as organizações criminosas<sup>29</sup>. Esse valor inclui as divisas remetidas pelas prostitutas aos países de origem e o dinheiro recebido pelos organizadores e colaboradores dessas viagens.

No Japão, os lucros obtidos com a prostituição alcançaram 4,2 trilhões de ienes por ano. Na Polônia, a polícia calcula que, para cada mulher polonesa introduzida no país de destino, o traficante recebe aproximadamente setecentos dólares. Na Austrália, a polícia federal suspeita que o dinheiro movimentado por cerca de duzentas prostitutas chega a 900 mil dólares por semana (informe da STV – Foundation Against Trafficking In Women [Fundação contra o Tráfico de Mulheres] – e da GAATW – Global Alliance Against Traffic in Women [Aliança Global contra o Tráfico de Mulheres]). As mulheres da Ucrânia e da Rússia, muito valorizadas no mercado do sexo, aportam enormes lucros: entre quinhentos e mil dólares para cada mulher introduzida em outro país. Essas mulheres atendem a cerca de quinze clientes por dia e cada uma deve render perto de 215 mil dólares ao grupo criminoso que a explora (IOM – International Organization for Migration, 1996).

Acredita-se que nos últimos anos foram traficadas milhões de mulheres e crianças para dentro e para fora da Ásia e também para fora da antiga União

---

27 Ver Chuang (1998). O tráfico é um tema tão reconhecido que também foi tratado no encontro do G-8 em Birmingham, Inglaterra, em maio de 1998 (IOM, 1998). Os presidentes dos oito países mais industrializados apontaram a importância de colaborar na luta contra as organizações criminosas internacionais e o tráfico de pessoas. O presidente dos Estados Unidos elaborou um conjunto de diretrizes para seu governo, com o objetivo de aumentar e fortalecer a luta contra o tráfico de mulheres e crianças. Como consequência, foi apresentada no Senado norte-americano, em 1999, a iniciativa do senador Paul Wellstone. Para uma análise crítica, ver Dayan (1999).

28 A Coalizão contra o Tráfico de Mulheres tem sedes e representantes na Austrália, Bangladesh, Estados Unidos, Europa, América Latina, África e Ásia. O Women's Rights Advocacy Program [Programa de Defesa Legal dos Direitos das Mulheres] instituiu um conjunto de medidas contra o tráfico de pessoas no mundo. Há referências a outras organizações neste texto.

29 Ver Fundação contra o Tráfico de Mulheres (STV) e Aliança Global contra o Tráfico de Mulheres (GAATW). Para fontes de informação mais atuais, ver <[www.hrllawgroup.org/site/programas/traffic.html](http://www.hrllawgroup.org/site/programas/traffic.html)>. Também Altink (1999); Kempadoo e Doezema (1998); Shannon (1999); Lin e Marjan (1997); Lim (1998).

Soviética, duas das principais áreas de tráfico de mulheres. O aumento do tráfico nessas regiões pode estar relacionado ao fato de que ali a carência de recursos lança as mulheres na pobreza ou é responsável pela venda delas a atravessadores. A alta taxa de desemprego existente nas antigas repúblicas soviéticas foi um fator determinante no aumento dos grupos criminosos e no crescimento do tráfico de mulheres. Com a implantação das políticas de mercado, os índices de desemprego feminino alcançaram 70% em países como Armênia, Rússia, Bulgária e Croácia, e por volta de 80% na Ucrânia. Pesquisas mostram que os problemas econômicos são determinantes para que as mulheres decidam exercer a prostituição.<sup>30</sup>

Traficar imigrantes também é um negócio rentável. Segundo um informe da ONU, as organizações criminosas dos anos 1990 obtiveram um lucro aproximado de 3,5 bilhões de dólares ao ano pelo tráfico geral de imigrantes, não somente de mulheres (IOM, 1996). O crime organizado é algo recente nesse campo. Anteriormente, tratava-se de criminosos menos experientes. Informes demonstram que os grupos de crime organizado estão fazendo alianças internacionais estratégicas, em diversos países, através de redes étnicas. Isso facilita o transporte, o contato com gente local e a distribuição e a venda de documentos de identidade falsos. A Rede de Sobrevivência Global informou a existência de tais práticas depois de dois anos de pesquisa, durante os quais foi usada uma fábrica de manequins como meio de se introduzir no mundo do comércio ilegal (1997). As redes étnicas facilitam igualmente a circulação de mulheres por outros países, sem se limitar ao país de origem e ao de destino. Os traficantes levam mulheres de Mianmar, Laos, Vietnã e China para a Tailândia, enquanto as da Tailândia são levadas para o Japão e os Estados Unidos.<sup>31</sup>

Algumas das características das políticas de imigração e de sua

30 Também existe um crescente mercado de crianças para a indústria do sexo, algo presente há muito tempo na Tailândia, mas que se estendeu aos países do Leste europeu e aos da América Latina (Carbera, 1999).

31 Existem vários dados sobre a movimentação transfronteiriça do tráfico de pessoas. Os traficantes da Malásia vendem mulheres a redes de prostituição na Austrália. Mulheres do Leste europeu, da Albânia e do Kosovo foram vendidas como prostitutas por grupos criminosos em Londres (Hamzic e Sheehan, 1999). Adolescentes de Paris foram vendidas a clientes árabes e africanos (Shannon, 1999). Nos Estados Unidos, a polícia desbaratou uma quadrilha que importava mulheres da China, da Tailândia, da Coreia, da Malásia e do Vietnã (Booth, 1999). Essas mulheres eram obrigadas a pagar entre 30 mil e 40 mil dólares com seu trabalho na indústria do sexo ou no setor têxtil. Aquelas que exerciam a prostituição foram distribuídas por todo o território dos Estados Unidos, para manter uma oferta variada e contínua aos clientes.

implementação podem, por sua vez, contribuir para que as mulheres traficadas não estejam protegidas pela lei. Nos casos de imigração ilegal — que são os mais frequentes —, elas não são tratadas como vítimas de abuso, e sim como transgressoras das leis de estrangeiros, mais precisamente daquelas que versam sobre a entrada no país, residência e trabalho.<sup>32</sup> A tentativa de tratar a imigração e o tráfico ilegal com mais controle nas fronteiras leva as mulheres a usar cada vez mais os traficantes para cruzá-las, e pode ser que alguns deles pertençam a organizações criminosas relacionadas à indústria do sexo.

Mais ainda, em muitos países a prostituição é proibida para as mulheres nativas, o que evidentemente intensifica o papel das organizações criminosas nesse negócio. Por sua vez, tal restrição diminui as demais opções de sobrevivência das mulheres estrangeiras, que têm, em geral, acesso limitado ao trabalho. Em países como Holanda e Suíça, permite-se que as estrangeiras pratiquem a prostituição, mas não que ocupem outros postos de trabalho. Segundo o informe da IOM, a maioria das mulheres que exercem a prostituição na União Européia é estrangeira: exemplos emblemáticos nos são dados pelos números da Alemanha (75% delas) e de Milão, na Itália (80%).

Algumas mulheres sabem, pela forma com que são aliciadas pelos grupos organizados, que serão obrigadas a exercer a prostituição no país a que serão enviadas. No entanto, somente quando de fato chegam ao lugar de destino é que se dão conta dos abusos e do cativeiro a que serão submetidas. O confinamento que sofrem é com frequência extremo, semelhante à escravidão, assim como os abusos, que chegam à violação e a outras formas de violência sexual e maus-tratos físicos. Costumam ser muito mal pagas e não raro os agenciadores se apropriam de seus salários. Não têm permissão para usar métodos anticoncepcionais de barreira para evitar a AIDS e em geral não têm direito a receber assistência médica. Se recorrerem à polícia, podem ser detidas por sua condição de imigrantes ilegais e as penas podem ser maiores se portarem documentos falsos.<sup>33</sup>

Por outra parte, o turismo cresceu e converteu-se na principal estratégia de desenvolvimento de algumas cidades, regiões e até países. O setor de espetáculos conheceu uma evolução paralela e é atualmente considerado uma estratégia fundamental de desenvolvimento (Judd e Fainstein, 1999). Em

32 Ver Castles e Miller (1998); Mahler (1995); Castro, (1999).

33 Um folheto da Coalizão para a Abolição do Tráfico e da Escravidão informa que um estudo sobre as “trabalhadoras do sexo” asiáticas revelou que, antes de serem vendidas às redes de prostituição, elas eram violentadas e que 33% delas tinham sido enganadas para exercer a prostituição.

muitos lugares, a indústria do sexo faz parte do setor de espetáculos e ambos cresceram de forma paralela.<sup>34</sup> Os países em desenvolvimento, cujos governos estavam desesperados para conseguir mais dinheiro e reservas de divisas, perceberam que o comércio do sexo poderia se converter em uma importante estratégia de desenvolvimento, sobretudo em lugares com taxas de desemprego muito elevadas. Quando a produção local e as atividades agrícolas não podem funcionar como fontes de recurso econômico e de arrecadação de impostos, o que antes era um meio marginal de obter ganhos, lucros e salários, se transforma no principal recurso. A crescente importância desse setor tem efeitos secundários. Por exemplo, quando o FMI e o BM tratam o turismo como a única solução para muitos países pobres saírem da estagnação em que se encontram e concedem empréstimos para impulsionar o setor, pode ser que também estejam contribuindo para criar um quadro institucional mais amplo para a expansão do setor de espetáculos que, indiretamente, ajuda a fomentar o comércio sexual. Esse efeito secundário das estratégias de desenvolvimento indica que o tráfico de mulheres pode expandir-se ainda mais.

A entrada do crime organizado no comércio do sexo, a criação de redes étnicas transfronteiriças e a crescente transnacionalização de muitos aspectos do turismo indicam que a indústria do sexo continuará a se intensificar em escala global. Isso poderia significar um aumento das tentativas de se introduzir em mais mercados e a expansão generalizada dessa indústria. É uma possibilidade preocupante, especialmente por causa do amplo número de mulheres com pouquíssimas – ou nenhuma – oportunidades de trabalho. O aumento do turismo e da indústria do sexo pode resultar no aumento das taxas de desemprego e pobreza, bem como perda de oportunidades de trabalho nos setores mais tradicionais dessas economias e dívida externa cada vez mais pesada, condições em que os governos serão incapazes de atender às pessoas mais pobres.

As mulheres que trabalham na indústria do sexo tornam-se, em algumas economias, cruciais para impulsionar a expansão da indústria do entretenimento e, obviamente, do turismo. Trata-se de uma estratégia de desenvolvimento e de uma importante fonte de recursos para os governos. Essas são conexões estruturais, não é uma questão de conspiração. O peso dessa fonte de recursos em tais economias é consequência da falta ou das limitações de outras fontes de recursos para garantir meios de sobrevivência e ganhos para os trabalhadores, empresários e governos.

---

34 Ver Bishop e Robinson (1998); Booth (1999).

## REMESSAS

As mulheres e todos os que migram entram no macronível das estratégias de desenvolvimento através de outro canal: o envio de remessas que em muitos países representa uma fonte importante de divisas em moeda estrangeira para os governos. Ainda que o valor das remessas possa ser pequeno comparado com os movimentos diários de fluxos massivos de capital nos mercados financeiros, com frequência são muito significativos para as economias em desenvolvimento ou em dificuldades.

Em 1998, as remessas globais enviadas por imigrantes aos países de origem foram de aproximadamente 70 bilhões de dólares.<sup>35</sup> Para entender a importância desse montante, deveríamos compará-lo com o PIB e as reservas de moeda estrangeira dos países envolvidos, e não com o fluxo global de capitais. Por exemplo, nas Filipinas, país “exportador” de migrantes em geral, mas sobretudo de mulheres para a indústria do entretenimento, as remessas vindas do exterior representaram a terceira fonte de moeda estrangeira durante os últimos anos. Em Bangladesh, outro país com significativo número de trabalhadores e trabalhadoras no Oriente Médio, no Japão e em vários países europeus, as remessas representaram cerca de um terço das reservas em moeda estrangeira.

A exportação de trabalhadores e trabalhadoras e as remessas de dinheiro aos países de origem são instrumentos à disposição dos governos para amortecer o desemprego e a dívida externa. Asseguram-se grandes ganhos de duas maneiras: uma altamente formalizada e outra que é simplesmente um subproduto do próprio processo de migração. Entre os exemplos mais duros de programas formais de exportação de trabalho encontram-se os da Coreia do Sul e das Filipinas.<sup>36</sup> Nos anos 1970, a Coreia do Sul desenvolveu programas extensivos para promover a exportação de trabalhadores, inicialmente a países do Oriente Médio e da Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep) e, mais tarde, ao mundo todo, como parte de sua próspera indústria da construção no exterior. Depois, a explosão econômica da Coreia do Sul fez da exportação de trabalhadores uma opção menos necessária e menos atraente. O governo das Filipinas, ao contrário, expandiu e diversificou o conceito de “exportação” de cidadãos como um modo de enfrentar o desemprego e de garantir reservas em moeda estrangeira.

---

35 Ver Castles e Miller (1998); Castro (1999).

36 Sassen (1998).

O governo filipino desempenhou um papel importante na emigração de mulheres filipinas para os Estados Unidos, Oriente Médio e Japão, através da Administração do Emprego das Filipinas no Estrangeiro. Criado em 1982, esse órgão organizou e supervisionou a exportação de enfermeiras e trabalhadoras domésticas para áreas de alta demanda no mundo. Dívida externa vultosa e elevado índice de desemprego combinaram-se para fazer disso uma política interessante. Nos últimos cinco anos, trabalhadores e trabalhadoras das Filipinas no estrangeiro enviaram a seus lares quase 1 bilhão de dólares por ano, em média. Por outro lado, vários países importadores de mão-de-obra deram as boas-vindas a essa política por razões próprias e específicas. Os países da Opep do Oriente Médio foram testemunhas do grande crescimento da demanda por trabalhadoras domésticas depois da explosão dos lucros do petróleo em 1973. Para enfrentar a falta de enfermeiras, uma profissão que exige anos de formação, mas com salários bastante baixos e pouco prestígio e reconhecimento, em 1989 os Estados Unidos aprovaram uma legislação específica (Inmigration Nursing Relief Act) que, entre outras coisas, permitiu a importação dessas profissionais.<sup>37</sup> E o Japão aprovou uma legislação que autorizou a entrada de “trabalhadoras do entretenimento” em uma economia em forte crescimento na década de 1980, marcada pelo aumento da disponibilidade de recursos e pela expressiva expansão setorial do emprego no país.<sup>38</sup>

O governo das Filipinas também aprovou regras que permitiram às agências de noivas contratadas pelo correio recrutar jovens filipinas para se casarem com homens estrangeiros, como se essa fosse uma questão de acordo contratual. O rápido aumento desse negócio deveu-se, fundamentalmente, ao esforço organizado das autoridades. Entre os principais clientes estavam os Estados Unidos e o Japão. As comunidades agrícolas japonesas foram um destino prioritário para as noivas. Havia um enorme déficit de pessoas, e

37 Cerca de 80% das enfermeiras que chegaram aos Estados Unidos sob as condições estabelecidas por essa lei eram procedentes das Filipinas.

38 O Japão aprovou uma nova lei de imigração (na verdade, apenas uma emenda a uma lei antiga) que reformulou radicalmente as condições para a entrada no país de trabalhadores e trabalhadoras. A lei permitiu o ingresso de profissionais vinculados à nova economia de serviços (como especialistas em finanças e leis ocidentais, por exemplo), mas condenou à ilegalidade a entrada para o que chamaram de “trabalho simples”. Como consequência, aumentou rapidamente a entrada de trabalhadores e trabalhadoras sem documentos para ocupar postos com baixos salários. Essa proibição contrasta com a parte da lei que criou cotas de entrada para “animadoras” (Sassen, 1998: capítulo 6).

especialmente de mulheres jovens, nas zonas rurais no período em que a economia nipônica estava no auge e era muito forte o apelo para trabalhar nas grandes áreas metropolitanas. Nesse contexto, os governos municipais adotaram uma política que tratou de promover a aceitação de noivas filipinas.

Em sua maior parte, as mulheres filipinas que circulam por esses canais se empregam no exterior como trabalhadoras domésticas, em particular em outros países da Ásia.<sup>39</sup> Um segundo grupo, muito importante e em rápido crescimento, é o das trabalhadoras do espetáculo, que têm como principal destino o Japão.<sup>40</sup> O rápido aumento do número de migrantes que chegam como “animadoras” deve-se, em boa medida, aos mais de quinhentos intermediários que operam nas Filipinas, fora do controle estatal, embora não haja dúvidas de que o governo se beneficie com as remessas de trabalhadoras. Na verdade, os intermediários atuam com o intuito de enviar mulheres à indústria do sexo no Japão, controlada basicamente por quadrilhas organizadas que agem fora dos controles e programas governamentais que sancionam a entrada de trabalhadoras. Essas mulheres são recrutadas para cantar e entreter, mas talvez a maioria delas seja forçada também a se prostituir.<sup>41</sup>

Existem cada vez mais provas da enorme violência que se pratica em vários países contra as noivas contratadas, e isso sem considerar a nacionalidade de origem. Nos Estados Unidos, o Serviço de Imigração anunciou recentemente que a violência doméstica contra as noivas contratadas está se tornando cada vez mais grave.<sup>42</sup> De novo, a lei opera contra essas mulheres que buscam obter recursos econômicos e que podem ser presas se abandonarem a “relação contratual” antes de dois anos de matrimônio. No Japão, a esposa estrangeira contratada não tem o mesmo status legal concedido às esposas japonesas e inúmeras provas demonstram que muitas estrangeiras estão sujeitas a abusos por parte de seus maridos e dos familiares deles.<sup>43</sup> Até 1989, o governo filipino havia legalizado a maior parte das

---

39 Yeoh et al. (1999); Chin (1997); Heyzer (1994).

40 Sassen (2000: capítulo 9).

41 Essas mulheres são recrutadas e introduzidas tanto legalmente, por canais formais, como ilegalmente. De qualquer forma, têm muito pouco poder para resistir às quadrilhas criminosas. Elas recebem menos do que o salário mínimo japonês, mas dão muitos lucros para os intermediários e empregadores envolvidos. Com isso, houve um enorme aumento do negócio de entretenimento no Japão.

42 PIB (1999).

43 Takahashi (1996).

organizações de “noivas pelo correio”, mas, no governo de Corazón Aquino, as histórias de abuso cometidas pelos esposos estrangeiros finalmente levaram à proibição de tais agências. É, porém, quase impossível eliminá-las e elas continuam a operar em franca violação às leis.

Embora as Filipinas tenham talvez o mais desenvolvido programa de exportação de pessoas, não é o único país a explorar essas estratégias. A Tailândia, depois da crise financeira de 1997-8, iniciou uma campanha com o objetivo de promover a migração de trabalhadores e a contratação de trabalhadoras e trabalhadores tailandeses por empresas estrangeiras. O governo tratou de exportá-los ao Oriente Médio, Estados Unidos, Grã Bretanha, Austrália e Grécia. O governo do Sri Lanka estimulou a emigração de 200 mil trabalhadores e trabalhadoras, que se somaram a 1 milhão deles que já estavam no exterior. Em 1998, as mulheres do Sri Lanka enviaram ao país remessas no valor de 880 milhões de dólares, originados em sua maior parte no emprego doméstico no Oriente Médio e no Extremo Oriente.<sup>44</sup> Na década de 1970, Bangladesh também organizou extensos programas de exportação de trabalhadores aos países da Opep e do Oriente Médio. Isso continua com as migrações individuais, principalmente para os Estados Unidos e a Grã Bretanha, e constitui hoje uma significativa fonte de divisas. Nos últimos cinco anos, os trabalhadores de Bangladesh remeteram 1,4 bilhão de dólares anuais a seu país.<sup>45</sup>

## CONCLUSÃO

Estamos observando o crescimento de uma ampla variedade de circuitos globais alternativos de geração de rendas, obtenção de lucros e financiamento dos governos. Entre os mais importantes, e que incorporam cada vez mais mulheres, estão o tráfico de mulheres tanto para a prostituição como para o trabalho regular; as “exportações” organizadas de mulheres como cuidadoras, enfermeiras e assistentes do serviço doméstico; as remessas enviadas aos países de origem por uma crescente força de trabalho feminina que decide emigrar. Alguns desses circuitos operam, quer de modo parcial, quer de modo total, na economia submersa.

Este artigo traçou uma cartografia de algumas das principais

44 Anon (1999).

45 David (1999).

características desses circuitos e afirmou que seu surgimento ou fortalecimento, ou ambos, estavam associados à dinâmica mais geral da globalização econômica, que por sua vez teve impactos significativos sobre as economias em desenvolvimento. Os principais indicadores de tais impactos são representados pelas pesadas e crescentes dívidas dos governos, o aumento do desemprego, os profundos cortes nos gastos sociais dos Estados e o fechamento de grande número de empresas, quase sempre dos setores mais tradicionais voltados para o mercado local ou nacional ou para a promoção do crescimento por meio das exportações.

Esses circuitos foram denominados “contrageografias da globalização” porque estão direta ou indiretamente ligados a alguns dos principais programas e condições situados no coração da economia global. São circuitos insuficientemente representados e pouco considerados em suas conexões com a globalização. Em geral operam à margem de leis e tratados, ou contra eles, embora nem sempre estejam envolvidos em operações criminosas, como é o caso, por exemplo, do comércio ilegal das drogas. Mais ainda, o crescimento da economia global gerou uma infra-estrutura institucional que facilita a movimentação através das fronteiras e constitui ambiente propício para os circuitos alternativos.

Por tudo isso, as mulheres são cada vez mais o veículo pelo qual operam todas essas formas de sobrevivência, de lucro e de aumento dos orçamentos governamentais. A isso podemos acrescentar os recursos dos governos provenientes da poupança gerada pelos profundos cortes nos serviços de cuidado com a saúde e a educação. Tais reduções muitas vezes integram o esforço para tornar o Estado mais competitivo, conforme exigem os Programas de Ajuste Estrutural e outras políticas relacionadas à atual fase da globalização. Reconhece-se em geral que esse tipo de corte afeta as mulheres de maneira particularmente dura, na medida em que elas são as principais responsáveis pela saúde e a educação dos membros da unidade doméstica.

As contrageografias demonstram as ligações sistemáticas entre dois campos: por um lado, as mulheres mais pobres e de baixa remuneração, quase sempre consideradas mais uma carga do que um recurso; por outro, têm-se as formas emergentes e mais significativas de produção de lucros ilegais, assim como de importação de divisas pelos governos. Vincular as contrageografias aos programas e às condições do núcleo da economia global também nos leva a compreender como a construção de gênero está totalmente incluída na formação e na própria viabilidade dessas contrageografias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCÓN-GONZÁLEZ, Diana; MCKINLEY, Terry. The adverse effects of structural adjustment on working women in Mexico, *Latin American Perspectives*, 26 (3), pp. 103-117, 1999.
- BANDARAGE, Asoka. *Women, population and crisis*. Londres: Zed, 1997.
- BASCH, Linda; SCHILLER, Nina Glick; BLANC-SZANTON, Cristina. *Nations unbound: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized nation-states*. Langhorne: Gordon and Breach, 1994.
- BISHOP, Ryan; ROBINSON, Lillian. *Night market: sexual cultures and the Thai economic miracle*. Londres/Nova York: Routledge, 1998.
- BONACICH, Edna; CHENG, Lucie; CHINCHILLA, Norma; HAMILTON, Nora; ONG, Paul (Orgs.). *Global production: the apparel industry in the Pacific Rim*. Filadélfia: Temple University Press, 1994.
- BOOTH, William. Thirteen charged in gang importing prostitutes, *Washington Post*, August 21, 1999.
- BOSE, Christine E.; ACOSTA-BELÉN, Edna. *Women in the Latin American development process. From structural subordination to empowerment*. Filadélfia: Temple University Press, 1995.
- BRADSHAW, York; NOONAN, Rita; GASH, Laura; BUCHMANN, Claudia. Borrowing against the future: children and third world indebtedness, *Social Forces* 71 (3), pp. 629- 656, 1993.
- BUCHAMN, Claudia. The debt crisis, structural adjustment and women's education, *International Journal of Comparative Studies*, n° 37(1-2), pp. 5-30, 1996.
- CAGATAY, Nilufer; OZLER, Suly. Feminization of the labor force: the effects of long term development and structural adjustment, *World Development* 23 (11), pp. 1883-1894, 1995.
- CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. *The age of migration: international population movements in the modern world*. 2ª ed. Nova York: Macmillan, 1998.
- CASTRO, Max (Org.). *Free markets, Open societies, closed borders?* Miami: University of Miami North-South Center Press, 1999.
- CHANT, Sylvia (Org.). *Gender and migration in developing countries*. Londres/Nova York: Behalven Press, 1992.
- CHIN, Christine. Walls of silence and late 20<sup>th</sup> century representations of foreign female domestic workers: the case of Filipina and Indonesian houseservants in Malasya, *International Migration Review*, 31 (1), pp. 353-385, 1997.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. *The globalization of poverty*. Londres: Zed/TWN, 1997.

- CHUANG, Janie. Redirecting the debate over trafficking in women: definitions, paradigms and contexts, *Harvard Human Rights Journal*, 10, 1998.
- COPJEC, Joan; SORKIN, Michael (Orgs.). *Giving ground*. Londres: Verso, 1999.
- DAVID, Natacha. Migrants made the scapegoats of the crisis. International Confederation of Free Trade Unions (ICFTU): [www.hardford-hwp.com/archivers/50/012html](http://www.hardford-hwp.com/archivers/50/012html), 1999.
- DEERE, C. D. Rural women's subsistence production in the capitalist periphery, *Review of Radical Political Economy*, 8 (1), pp. 9-17, 1976.
- EISENSTEIN, Zillah. Stop stomping on the rest of us: retrieving publicness from the privatization of the globe, *Indiana Journal of Global Legal Studies*. Special Symposium on Feminism and Globalization: *The impact of the global economy on women and feminist theory*. Vol. 4, (10), 1996.
- ELSON, Diane. (Org.). *Male bias in the development process*. 2<sup>a</sup> ed. Manchester: Manchester University Press, 1995.
- ENLOE, Cynthia. *Bananas, beaches, and bases*. Califórnia, University of California Press, 1988.
- HEYZER, Noeleen. *The trade in domestic workers*. Londres: Zed, 1994.
- HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette. *Gendered transitions: Mexican experiences of immigration*. Berkeley: University of California Press, 1994.
- INDIANA JOURNAL OF GLOBAL LEGAL STUDIES. Special Issue: "Feminism and globalization: the impact of the global economy on women and feminist theory", n° 4(1), 1996.
- IOM (International Migration Office) (Annual Quaterly). *Trafficking in migrants* (Quaterly Bulletin). Genebra: IOM, 1998.
- ISMI, Asad. Plunder with a human face, *Z. Magazine*, fev. 1998.
- JONES, Erika. The gendered toll of global debt crisis, *Sejourner*, 25 (3), pp. 20-38, 1999.
- JUDD, Dennis; FAINSTEIN, Susan. *The tourist city*. New Haven: CT, Yale University Press, 1999.
- KEMPADOO, Kamala; DOEZEMA, Jo. *Global sex workers: rights, resistance and re-definition*. Londres: Routledge, 1998.
- KNOP, Karen. Re/statements: feminism and state sovereignty in international law. *Transnational law and contemporary problems*. Vol. 3, pp. 293-344, 1993.
- LIM, Lin. *The sex sector. The economic and social bases of prostitution in Southeast Asia*. Genebra: International Labor Office, 1998.
- LIN, Lap-Chew; MARJAN, Wijers. *Trafficking in women, forced labour and slavery like practices in marriage, domestic labour and prostitution*. Utrecht: Foundation Against Trafficking in Women (STV); Bangcoc: Global Alliance Against

- Traffic in Women (GAATW), 1997.
- MAHLER, Sarah. *American dreaming: immigrant life on the margins*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- MALKKI, Lisa H. Refugees and exile: from refugees studies the national order of things, *Annual Review of Anthropology*, 24, pp. 495-523, 1995.
- MEHRA, Reka. Women, empowerment and economic development, *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, pp. 136-149, 1997.
- MOROKVASIK, Mirjana. Special issue on women immigrants, *International Migration Review*, 18, n° 4, 1984.
- MOSER, Carolyn. The impact of recession and structural adjustment policies at the micro-level: low income women and their households in Guayaquil. Ecuador, *Invisible Adjustment*, Vol. 2, Unicef, 1989.
- OLDS, Kris; DICKEN, Peter; KELLY, Philip F.; KONG, Lily; YEUNG, Henry Way-Chung (Orgs.). *Globalization and the Asian Pacific: contested territories*. Londres: Routledge, 1999.
- ONG, Aihwa. Globalization and women's rights: the Asian debate on citizenship and communitarianism, *Indiana Journal of Global Legal Studies*. Special Symposium on Feminism and Globalization: *The impact of the global economy on women and feminist theory*. Vol. 4 (1), 1996.
- ONG, Aihwa. Strategic sisterhood or sisters in solidarity? Questions of communitarianism and citizenship in Asia, *Indiana Journal of Global Legal Studies*, n° 4(1), pp. 107-135, 1996.
- OXFAM INTERNATIONAL. On the homefront and in the workplace: integrating immigrant women into feminist discourse, *Anthropological Quarterly*, 68 (1), pp. 47-47, 1999.
- PETERSON, V. Spike (Org.). *Gendered states: feminist (re)visions of International Relations Theory*. Boulder, EUA: Lynne Rienner Pub, 1992.
- SAFA, Helen. *The myth of the male breadwinner: women and industrialization in the Caribbean*. Boulder: Westview Press: 1995.
- SASSEN, Saskia. *Losing control? Sovereignty in an age of globalization*. Nova York: Columbia University Press, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Guests and aliens*. Nova York: New Press, 1999a.
- \_\_\_\_\_. Global financial centers, *Foreign Affairs*, vol. 78, n° 1, jan.-fev. pp. 75-87, 1999b.
- \_\_\_\_\_. The global city: strategic site/new frontier. In: ISIN, Engin (Org.). *Democracy, citizenship and the global city*. Nova York: Routledge, 2000a.
- \_\_\_\_\_. Spatialities and temporalities of the global: elements for a theorization, *Public Culture*, n° 12(1), pp. 215-232, 2000b.

- \_\_\_\_\_. Digital networks and the state: some governance questions, *Theory, Culture & Society*, n°17 (4), pp. 19-33, 2000c.
- \_\_\_\_\_. *Global networks/city links*. Nova York/Londres: Routledge, 2001a.
- \_\_\_\_\_. *The global city. New York, London, Tokio*. Princeton: Princeton University Press, 2001b.
- SHANNON, Susan. The global sex trade: humans as the ultimate commodity, *Crime and Justice International*, pp. 5-25, maio 1999.
- SMITH, Joan; WALLERSTEIN, Immanuel (Orgs.). *Creating and transforming households. The constraint of the world economy*. Cambridge/Paris: Cambridge University Press/Maison des Sciences de l'Homme, 1992.
- SOYSAL, Yasemi. *Limits of citizenship: migrants and postnational membership in Europe*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- TINKER, Irene (Org.). *Persistent inequalities women and world development*. Nova York: Oxford University Press, 1990
- TOUSSAINT, Eric. Poor countries pay more under debt reduction scheme? <http://.twinside.org.sg/souths/twn/title/1921-cn.htm>. Acesso: 8 jul. 1999.
- WARD, Katryn. *Woman workers and global restructuring*. Ithaca, Nova York: Cornell University Press, 1991.
- WARD, Katryn; PYLE, Jean. Gender, industrialization and development. In: BOSE, Christine E.; Acosta-Belén, Edna (Orgs.). *Women in the Latin American Process. From structural subordination to empowerment*. Filadélfia: Temple University Press, pp. 37-64, 1995.

# Autoras e organizadoras

**Bila Sorj** é doutora em Sociologia pela Universidade de Manchester, Grã-Bretanha, e professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É autora, entre outros, de *O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992 (com Alice Rangel de Paiva Abreu); *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Marco Zero, 1994 (com Cristina Bruschini).

**Cristina Carrasco** é economista, professora da Universidade de Barcelona, Espanha, militante feminista e integrante do grupo Ca la Dona. É organizadora de *Mujeres y economía*, Barcelona: Icaria, 1999, e autora de vários artigos sobre economia feminista, entre os quais se destaca “A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?”, em *A produção do viver*, organizado por Nalu Faria e Miriam Nobre (Cadernos Sempre Viva da SOF, 2003).

**Maria Lucia da Silveira** é socióloga, doutora em sociologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, especialista em políticas públicas de gênero da Coordenadoria da Mulher de São Paulo e colaboradora da SOF. Foi uma das organizadoras dos livros *Gênero e educação*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher/Prefeitura de São Paulo, 2003, e *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria da Mulher/Fundação Friedrich Ebert, 2004. É autora de vários artigos sobre relações internacionais, políticas públicas de gênero, feminismo, relações de gênero, movimentos sociais e cidadania das mulheres.

**Nalu Faria** é psicóloga, com especialização em Psicodrama Pedagógico (Getep) e em Psicologia Institucional (Sedes Sapienties). Atua na SOF desde 1986, onde desenvolve atividades de assessoria e formação feminista com grupos de mulheres, ONGs e gestores públicos. Coordenou várias publicações da SOF, como o boletim *Mulher e Saúde* (1993 a 2002), a Coleção Cadernos Sempre Viva (dez livros desde 1997) e o boletim *Folha Feminista* (desde 1999). Com Sonia Alvarez e Miriam Nobre, organizou o dossiê “Feminismos no Fórum Social Mundial” para a *Revista Estudos Feministas*, publicada em 2003. É autora de vários artigos sobre o movimento de mulheres, entre eles “O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo”. Foi integrante do Conselho Diretor da Fundação Perseu Abramo de 1996 a 2004. Atualmente coordena a Rede Latino-Americana Mulheres Transformando a Economia (Remte) e é integrante da coordenação nacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

**Neuza Tito** é professora, mestre em Educação e Trabalho pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos-RS), co-autora do livro *Caminhos para a igualdade de gênero entre indígenas e quilombolas*, publicado pela SOF em 2006, e coordenadora do material da publicação *Formação com mulheres rurais – Estratégias para efetivação de políticas públicas de gênero no campo*, publicado pela SOF em 2006. É militante da Rede Economia e Feminismo (REF) e colaboradora da SOF.

## Autoras e organizadoras

**Renata Moreno** é formada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Participou da pesquisa e da elaboração do material sobre transnacionais publicado pela Marcha Mundial das Mulheres (MMM) em outubro de 2006. Assessora da Rede Latino-Americana Mulheres Transformando a Economia (Remte), atua no acompanhamento dos processos de integração na região da América do Sul. Faz parte da equipe que está realizando um estudo sobre os acúmulos feministas na luta contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e o livre-comércio. Integrou a equipe de coordenação do curso “Economia feminista: uma visão anti-sistêmica”, organizado pela Remte em 2007. É co-autora do caderno *Feminismo e Integração da América Latina e do Caribe*, publicado pela SOF em 2007. É militante da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil e da Fuzarca Feminista.

**Saskia Sassen**, socióloga holandesa, é conhecida por suas análises dos fenômenos de globalização e de migração urbana e por ter cunhado o termo “cidade global”. Atualmente é Lynd Professor de Sociologia e membro do Comitê sobre Pensamento Global, da Universidade de Columbia. Seus livros mais recentes são *Territory, Authority, Rights: From Medieval to Global Assemblages* (Princeton: Princeton University Press 2006) e *A Sociology of Globalization* (Londres: W.W. Norton, 2007), ambos publicados em espanhol pela Editora Katz (Buenos Aires e Madri), em 2008. Outros livros recentes são a terceira edição atualizada de *Cities in a World Economy* (Londres: Sage, 2006) e a edição de *Deciphering the Global* (Nova York: Routledge 2007). Terminou, recentemente, um projeto de 5 anos da UNESCO sobre assentamentos humanos sustentáveis com uma rede de pesquisadores e ativistas em mais de trinta países. O resultado desse trabalho foi publicado em um dos volumes virtuais da *Encyclopedia of Life Support Systems* (Oxford, Grã-Bretanha: EOLSS Publishers, www.eolss.net). Seus livros foram traduzidos para dezesseis idiomas. Escreveu para os jornais *The Guardian*, *The New York Times*, *Le Monde Diplomatique*, *International Herald Tribune*, *Newsweek International*, *Financial Times*, entre outros.

**Taís Viudes de Freitas**, graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), atualmente é mestranda pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), na área de Sociologia do Trabalho e Gênero. É co-autora de *Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado*, da Coleção Cadernos Sempre Viva, publicado pela SOF em 2007.

**Tatau Godinho** faz parte da diretoria da SOF. Militante do movimento de mulheres, tem se dedicado em particular ao trabalho feminista na área política. Dirigiu a Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura de São Paulo entre 2001 e 2004 e foi subsecretária de Programas e Ações Temáticas da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do governo federal em 2005. É doutora em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.